

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Letícia Oppido de Castro

Uma análise dos sentidos da não-participação para
os moradores de uma favela em São Paulo nos
serviços prestados por organizações do terceiro setor

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Letícia Oppido de Castro

Uma análise dos sentidos da não-participação para
os moradores de uma favela em São Paulo nos
serviços prestados por organizações do terceiro setor

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a Dr^a Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO

2009

Banca Examinadora

Agradecimentos

Ao longo de um trabalho como este, que teve origem desde minha experiência de estágio em Psicologia Comunitária na Universidade Presbiteriana Mackenzie e se estendeu até minha Pós-Graduação na PUC – SP, torna-se difícil nomear todos os atores importantes para a realização deste estudo.

Todas essas pessoas contribuíram de formas diferentes, seja através de trocas de experiências, de conhecimento, de vivências, de afetos e de conversas descompromissadas, onde se foi possível olhar para a sociedade de maneira crítica e pensar em como as potencialidades humanas podem ser melhor aproveitadas no dia-a-dia.

Agradeço à CAPES, que viabilizou a realização deste estudo.

A todas as pessoas da PUC que me auxiliaram nesta caminhada.

À minha orientadora, que mesmo com tantos compromissos esteve presente, contribuindo com todo seu repertório, conhecimento e dedicação.

Ao Júnior, à Divina e à Marlene, pela atenção e dedicação.

A todos do NEXIN, especialmente à Cécile, minha grande amiga, e aos queridos Marlito e Margarida, por quem tenho especial carinho, admiração e amizade, e que além de terem me trazido tanto conhecimento, mostraram-me um novo modo de enxergar a realidade.

A todos os professores que tive o prazer de conhecer e de poder usufruir de seus conhecimentos. Um agradecimento especial aos Professores Odair Furtado e Maria Cristina Vicentin, que muito me acrescentaram não só em termos de conteúdo, mas também pelo modo que compreendem a sociedade e pelo modo como tratam as pessoas.

À Professora Sueli Terezinha, pelas valiosas contribuições.

A todos os moradores e representantes de organizações de Paraisópolis com quem tive contato ao longo de minha caminhada, sem os quais este estudo não seria feito e nem teria sentido. Agradeço a atenção e o carinho e espero que o estudo possa contribuir com o desenvolvimento da comunidade.

À Miriam, minha companheira de estágio, que dividiu comigo as primeiras vivências, angústias e descobertas.

Um agradecimento especialíssimo à Rejane Teixeira Coelho, minha supervisora de estágio na UPM, que com todo seu conhecimento, sensibilidade e carinho, estimulou

em mim o interesse pelo tema e seu desenvolvimento no mestrado, me auxiliando em diversos momentos.

À minha família querida, Berenice, Carlos, Mariana e Vinicius. Pessoas especiais e que sempre me apoiaram em todos os momentos, de todas as formas.

Ao Ricardo, por toda dedicação, compreensão, carinho, amor e paciência.

Penso que todas essas pessoas foram tão especiais neste trabalho principalmente por se tratarem de pessoas que tem o prazer de compartilhar todo o seu conhecimento com os demais de maneira tão simples, humilde e respeitosa. A discussão sobre a participação presente nesse estudo trata essencialmente disso: valorizar as potencialidades das pessoas, compartilhar conhecimento e rejeitar quaisquer formas de discriminação e subestimação do outro.

Resumo

Uma análise dos sentidos da não-participação para os moradores de uma favela em São Paulo nos serviços prestados por organizações do terceiro setor

Letícia Oppido de Castro

Palavras-chave: Participação popular, terceiro setor, favela, sentido.

O presente trabalho teve como objetivo compreender os sentidos da não-participação para os moradores de Paraisópolis, uma favela localizada na região sul de São Paulo, nos serviços prestados pelas organizações do terceiro setor que atuam nessa comunidade. A relevância do tema se expande às práticas em coletividades, assim como às em âmbito individual, por trazer questões relacionadas ao sofrimento gerado pela desigualdade social. Para tal objetivo, este estudo teve como referência a Psicologia Sócio-Histórica e, a partir dela, as categorias de sentido, participação popular e do processo dialético de exclusão/inclusão. Além disso, buscaram-se subsídios para uma análise crítica da atuação do terceiro setor no país. Foram realizadas entrevistas com moradores e com representantes de organizações do terceiro setor da comunidade, as quais foram analisadas inspiradas em Vygotsky. Na análise foram identificadas categorias descritivas dos aspectos mais objetivos, às quais foram submetidas à análise do subtexto, revelando diversas formas de manifestação da desigualdade social e impotência à participação. Pôde-se identificar que há uma trama complexa de sentidos que se afunilam na desigualdade social e que aparecem nos discursos de moradores e representantes de entidades do terceiro setor, na estrutura das organizações e no cotidiano das pessoas.

Abstract

An analysis of the meanings of non-participation for the residents of a slum in São Paulo in the services provided by third sector organizations

Leticia Oppido de Castro

Keywords: Popular participation, third sector, slum, meaning.

This study aimed to understand the meanings of non-participation for the residents of Paraisópolis, a slum located in the southern region of São Paulo, in services provided by non-governmental organizations engaged in this community. The relevance of the topic expands the implications at the collectivity, because of the social question, as well as within the individual ambitious, by bringing the subject involved in this process the suffering caused by social inequality. For this purpose, this study had as reference the Sociohistorical Psychology and, from it, the categories of meaning, popular participation and the dialectical process of exclusion/inclusion. Moreover, subsidies were sought for a critical analysis of the role of third sector in the country. Interviews were held with residents and representatives of organizations of the community, which were analyzed based on Vygotsky. In the analysis it were identified descriptive categories of the most objective aspects, which were submitted to analysis of the subtext, showing various forms of manifestation of social inequality and powerlessness regarding participation. It was identified that there is a complex web of meanings that are narrow to social inequality and that appears in the speeches of residents and representatives of entities of the third sector, inside the structure of organizations and daily lives of people.

Sumário

Introdução.....	10
1. Objetivo.....	16
2. Enquadramento teórico.....	18
Sentido.....	18
A dialética exclusão/inclusão.....	20
A participação popular como potência de ação.....	26
A atuação do terceiro setor.....	39
3. Método de pesquisa.....	61
3.1. Caracterização da comunidade de Paraisópolis	62
3.2. Resgatando a história	62
• A história da comunidade	62
• A história da União dos Moradores	63
• A história do Fórum de Multientidades	65
3.3. Minha história de atuação na comunidade	67
3.4. Um outro olhar: a desigualdade da comunidade	77
3.5. Entrevistas com líderes comunitários	79
3.6. Considerações sobre a primeira experiência e delineamento do problema de pesquisa	85
3.7. Sujeitos	88
3.8. Procedimentos	89
3.8.1. Coleta de dados	89
3.8.2. Proposta de análise dos dados	91
4. Resultados e discussão	92
5. Considerações finais	142

6. Bibliografia.....	146
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	152
Anexo II - Relação das organizações e projetos que atuam na comunidade	153
Anexo III – Dados da Secretaria de Habitação da Pref. de São Paulo	166

Introdução

Este trabalho estuda os sentidos da não-participação para os moradores de Paraisópolis, uma favela localizada na região sul de São Paulo, nos serviços prestados pelas organizações do terceiro setor que atuam nessa comunidade. Os sujeitos são moradores que nunca freqüentaram as organizações do terceiro setor presentes na comunidade e aqueles que já participaram em algum momento, mas posteriormente se retiraram do serviço.

A relevância do tema se expande às práticas em coletividades, assim como às em âmbito individual, por trazer questões relacionadas ao sofrimento gerado pela desigualdade social. É importante ressaltar que, nessa perspectiva, coletivo e individual não estão separados, mas configuram-se mutuamente. Além disso, os resultados deste estudo poderão contribuir para o debate sobre a atuação das organizações e para a relação dessas com a população da comunidade em questão, possibilitando inclusive o delineamento de caminhos para intervenções da Psicologia.

A psicologia social avança na construção de uma práxis transformadora no âmbito individual e coletivo. Mostra-se cada vez mais necessário estudar os processos específicos que ocorrem atualmente nas comunidades, que estão sendo assoladas por uma realidade marcada pela violência, pela desigualdade social, pelo enfraquecimento do papel do Estado e pela escassez de políticas públicas - e, por conta disso, pela ação do terceiro setor, que supostamente teria como objetivo minorar os sofrimentos gerados por esses problemas.

O interesse por tal estudo se deu a partir de minha experiência em um estágio¹ curricular supervisionado em Psicologia Comunitária realizado na favela em questão durante o ano de 2006 para a conclusão do curso de graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, no qual meu envolvimento foi bastante significativo. Foram realizadas diversas atividades como: contatos informais, participação em reuniões, entrevistas, visitas a diversas entidades e a pontos de

¹ O estágio teve duração de um ano - os primeiros seis meses dedicados à aproximação e conhecimento da comunidade e os outros seis meses dedicados a um trabalho com agentes comunitários através de oficinas - sendo supervisionado¹ por Rejane Teixeira Coelho, que também faz parte do NEXIN - Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social da PUC/SP. Essa experiência será melhor descrita posteriormente. Dentro deste grupo supervisionado havia mais três estudantes que realizaram o estágio na comunidade - Flávio Maciel Settembre, Joana Barcellos e Míriam Lopes da Costa - e mais duas estudantes de outro grupo supervisionado pelo professor Robson Jesus Rusche - Milena Lourenço e Thaís Natal. Meu trabalho no estágio foi realizado em dupla com Míriam Lopes da Costa. Mais detalhes da experiência serão descritos posteriormente.

referência da comunidade. Neste primeiro momento, tive maior contato com a União dos Moradores, com as organizações do terceiro setor que atuavam na comunidade em grande número (cerca de 60 projetos ao todo), com os moradores freqüentadores desses serviços e com os agentes comunitários de saúde.

A atuação de entidades do terceiro setor é marcante em Paraisópolis, a ponto de configurar suas relações comunitárias. Tendo como bairro vizinho o Morumbi, um dos mais ricos da cidade, o contraste social é gritante e entende-se que a atuação em massa deste tipo de entidades esteja vinculado a essa localização. Também cabe destacarmos as diferenças territoriais dentro da comunidade. Paraisópolis é composta por cinco microrregiões: Antonico, Centro, Brejo, Grotão e Grotinho (sendo estas três últimas consideradas mais pobres pelos próprios moradores). A presença de organizações do terceiro setor, assim como as de serviços da rede pública, concentra-se nas regiões do Centro e Antonico. Há algumas organizações nas outras regiões, mas são exceções. Tanto representantes das organizações como moradores que participam dessas, relataram um distanciamento em relação a essas regiões e moradores, por acreditarem que as informações não chegam até lá (justamente as áreas consideradas como mais vulneráveis).

Outra característica marcante de Paraisópolis que provavelmente está ligada a este grande leque de atuações é o fato da comunidade estar muito aberta a pessoas de fora. Também é freqüente a requisição imediata de algum tipo de serviço aos “visitantes”. Houve algumas críticas dos moradores em relação ao “toma-lá-dá-cá” presente na comunidade, mas ao mesmo tempo muitos deles reforçam a importância da noção de troca. Neste contexto, o voluntariado acaba se tornando um imperativo, visto que a representação dominante é de que se as entidades ajudam, devem receber um retorno. Por sua vez, as entidades muitas vezes relacionam a não-participação somente aos moradores, numa atitude evidente de culpabilização destes.

No contexto do problema desta pesquisa, a participação aparece sob diversas formas (colaboração, execução, implantação e planejamento dos serviços; freqüência nestes; recebimento de benefícios diretos e indiretos) e em relação a diferentes atores (moradores que participam, moradores que deixaram de participar, pessoas de fora da comunidade) e contextos. Faz-se necessário assim, delinear as suas dimensões e delimitarmos o processo que será foco da investigação. As organizações do terceiro setor têm em uma de suas frentes de defesa o discurso da maior participação e

autonomia, por meio de representantes e organizações da sociedade civil. Assim, a participação é exaltada e utilizada para se justificar esse tipo de intervenção social.

Porém, o que se viu na comunidade em questão é que nesse tipo de intervenção social grande parte das personagens que participa nas funções de organização, coordenação e planejamento tem características comuns: são pessoas de fora da comunidade, com alto grau de instrução e pertencente às classes mais abastadas. Em meu primeiro contato com a comunidade e com as organizações, foi percebido que poucas consultavam a população na elaboração e na avaliação dos projetos. Assim, à população caberia somente a função de ser atendida nos programas e serviços. Ao mesmo tempo em que ela se encontra excluída dessa participação na elaboração e avaliação dos programas e projetos, é incluída nos serviços pela sua condição de falta, carência ou pobreza. Concomitante a este processo, observaram-se críticas das organizações em relação a projetos e serviços esvaziados (que não tem procura, colaboração e frequência dos moradores) e aos grandes índices de evasão em determinados projetos. Também foram observadas queixas dos próprios moradores que participavam em relação àqueles que não participavam.

Exceção a essa dinâmica de grande parte das entidades representadas por pessoas que são de fora da comunidade, é a associação de moradores, que será melhor descrita posteriormente. Essa organização possui um caráter muito diferente das demais, sendo que algumas vezes coloca-se em confronto com essas. A associação foi formada por moradores e tem um histórico de lutas mais arraigadas, sendo também frequentadora do Fórum de Multientidades² de Paraisópolis, reunião mensal das entidades que atuam na comunidade. Outra presença forte de participação de moradores se dá através dos agentes comunitários de saúde.

Além da impressão que tive da não-atenção de parte significativa das entidades à relevância da participação popular, constatou-se que uma parcela da população não chega sequer até os serviços oferecidos pelas entidades, parcela esta identificada pelas enormes listas de espera dos serviços, pela fala de que estes não chegam às regiões mais pobres e afastadas, e também pelo fato de nem todos os moradores buscarem as organizações, sem contar aqueles que nem chegam a conhecer sua existência. Identificou-se também que algumas vezes a não-participação torna-se

² A história do Fórum de Multientidades será descrita melhor posteriormente, assim como seu funcionamento. Aqui, vale ressaltar que ele constitui uma das iniciativas mais marcantes de prover um diálogo entre as organizações atuantes na comunidade.

fator de discriminação, de forma que a própria população reconstrói, em nível local, o processo de exclusão/inclusão social (como exemplo: em algumas falas aparece a idéia de que se as pessoas recebem ajuda das organizações, deveriam dar algo em troca – e logo, quem não o faz é “acomodado”, “mal-acostumado”, etc).

O discurso segregador também aparecia em vários outros contextos, como no referente à comunicação e à informação sobre as entidades e serviços (algumas pessoas tinham conhecimento, mas não sabiam se tal informação chegava até “aquela região”...), assim como na fala de haver locais mais perigosos que outros (nos foi indicado “um caminho mais longo, porém mais seguro, já que não conhecíamos o local e poderíamos nos perder indo parar em algum beco, no meio da favela”), ou até mesmo na referência que faziam à distância de um local ao outro, como se eles fossem muito mais distantes do que realmente eram. A grande distância, porém, é simbólica e social. Assim, encontramos duas categorias “divisoras de águas” na comunidade: uma delas é referente a questões econômicas e sociais, que muitas vezes delimitam territórios e que aparecem transmutadas simbolicamente em distâncias concretas – a divisão das regiões mais pobres (Grotão, Grotinho e Brejo) e das mais ricas (Centro e Antonico); e a outra referente a dinâmica participação/não-participação nos serviços prestados pelas organizações. O fato da maioria das organizações situarem-se nas regiões mais centrais parece ser um ponto de confluência dessa segregação.

Nos primeiros contatos com alguns moradores da comunidade, estes comentaram que aqueles que deixam de participar muitas vezes o fazem porque não conseguem as regalias dentro das entidades e acabam desistindo de trabalhar lá ou de envolver-se nas lutas. Também houve falas de moradores que diferenciavam posturas entre as entidades, colocando que algumas favoreciam o paternalismo e outras não.

Alguns moradores também afirmam que muitos dos problemas encontrados na organização dos serviços e movimentos dos moradores se deve ao fato de ter havido pouca divulgação, principalmente nas áreas mais pobres e afastadas do centro. Isso revela mais uma vez as diferenças e contrastes entre as regiões da comunidade, o que pode ser ainda agravado pela atuação desigual das entidades nas diferentes regiões.

Assim, a não-participação aparece como um sintoma dessa estrutura de relações que se estabelecem na comunidade entre moradores e entidades, denunciado pelos dois grupos. Há queixas dos moradores no sentido da não-participação dos “acomodados” e queixas dos representantes das organizações em relação àqueles que

não aderem aos projetos e serviços oferecidos. Neste estudo, rejeita-se a idéia de rotular um sujeito que não participa de “acomodado” ou “passivo”, e busca-se ampliar a compreensão do processo dialético de exclusão/inclusão que se dá entre moradores e organizações. Por este motivo, a parcela que não participa dos serviços chama a atenção por escapar a esta dinâmica, restando investigar qual seria o sentido atribuído a esta posição.

O estudo pretende discutir criticamente a atuação das entidades e a relação com os moradores, por meio dos sentidos da não-participação nos serviços para alguns destes, refletindo inclusive sobre os possíveis efeitos perversos gerados pelo trabalho das entidades. Considera-se, porém, que essas organizações constituem um importante meio de minorar as adversidades enfrentadas pelo descaso do Estado e pela falta de políticas públicas, apesar da crítica que compartilho com outros autores (como MONTAÑO, 2007) sobre a funcionalidade destas no sistema neoliberal. Ao frequentar comunidades esquecidas pelo Estado não há como desconsiderar as benesses dos trabalhos e serviços oferecidos por algumas destas entidades. E isso não surge como uma hipótese de um pesquisador; é explicitado pelos moradores, usuários dos serviços.

Surgem assim algumas perguntas iniciais, que disparam este estudo: Qual será o sentido da não-participação? Será uma resposta à falta de atenção ou desqualificação sofrida pelos moradores em relação aos representantes das organizações? Ou decorrente de uma falta de identificação com esses representantes? Ocorrerá pela falta de informação? Pela falta de tempo, em um cotidiano estafante? Ou simplesmente pela falta de vagas, nesse sistema onde a noção de direito acaba sendo transformada em benefício obtido através da troca de favores? Será ainda uma forma de resistência a esse tipo de inclusão? Ou ainda porque a população encontra-se em estágio de servidão ou impotência-alienação?

Apesar de partilhar da concepção de diversos autores (citados posteriormente neste estudo) de que a participação é um processo emancipatório, luta contra a submissão e caminho para a realização das potencialidades humanas, sendo a base para a cidadania e elemento fundamental a ser considerado nas intervenções em políticas públicas, neste estudo não se pretende fazer uma análise da qualidade da participação ou discutir estratégias para incentivá-la ou desenvolvê-la, principalmente porque a não-participação parece emergir como um sintoma do processo de exclusão/inclusão característico da comunidade, configurando-se como uma possível

estratégia de resistência a um determinado tipo de inclusão ou como um sinal de que este tipo de intervenção social ainda não atingiu esse público por outras razões, como a falta de vagas ou falha na divulgação dos serviços, por exemplo. Assim, a não-participação torna-se fator de quebra dessa dinâmica, tornando-se relevante compreender o sentido para seus atores sociais, a que se limita o objetivo do presente estudo.

1. Objetivo

Este trabalho consiste em estudar os sentidos da não-participação para os moradores de Paraisópolis (favela localizada na região sul de São Paulo) nos serviços prestados pelas organizações do terceiro setor que atuam nessa comunidade. Os sujeitos são moradores que nunca freqüentaram as organizações do terceiro setor presentes na comunidade e aqueles que já participaram em algum momento, mas posteriormente se retiraram do serviço, abrangendo pessoas das regiões mais centrais e mais periféricas da comunidade. A não-participação é aqui entendida como a não-freqüência nos serviços, a ausência de colaborações de qualquer tipo com as entidades e a inexistência de benefícios diretos recebidos pelo morador por meio destas.

Desta maneira, analisar-se-ão os discursos desses moradores buscando os sentidos que estes atribuem à não-participação nesses serviços. Também serão realizadas entrevistas com representantes das organizações do terceiro setor que atuam na comunidade para ver como estes enxergam a questão da participação popular na comunidade e na instituição ao qual fazem parte.

Assim, a partir da discussão sobre o sentido da não-participação dos moradores, este estudo visa ampliar a compreensão sobre a relação entre os moradores e a atuação das organizações do terceiro setor na favela, compreendendo como a parcela da população estudada as vê e se vê nessa relação, assim como sua inserção no processo dialético da exclusão/inclusão.

Para tanto delimita-se outro objetivo específico, que é compreender os sentidos dos moradores na relação com os sentidos dos representantes das organizações, no referente à dinâmica entre moradores e a atuação das entidades do terceiro setor.

Este trabalho não daria conta de analisar todo o processo de participação nessa dinâmica de exclusão/inclusão entre organizações e moradores. Focalizou-se assim uma parcela dos sujeitos implicados neste processo que se encontra, ao meu ver, em situação de maior vulnerabilidade: aqueles que não participam dos serviços prestados por estas organizações, que viriam supostamente ocupar o lugar ausente deixado pelo Estado. Além de ser a parcela mais vulnerável por não contar com uma alternativa de serviços, essa parcela da população parece fugir à lógica dominante de exclusão/inclusão na comunidade, seja àquela participação mais ativa e colaborativa

dos moradores nos serviços das entidades ou nas associações dos moradores ou àquela participação assistencialista, onde apenas são beneficiados por algum tipo de auxílio ou serviço das organizações. Investigando os sentidos da não-participação para os moradores, assim como os afetos envolvidos no processo, este estudo pretende colaborar com a relação entre organizações e moradores da comunidade e com a compreensão dessa dinâmica no atual cenário das políticas públicas e da questão social no país, investigando os pontos de ruptura desse processo de exclusão/inclusão no novo mercado das políticas sociais.

2. Enquadramento Teórico

Para tal objetivo, este estudo tem como referência a Psicologia Sócio-Histórica e, a partir dela, as categorias de sentido, participação popular e do processo dialético de exclusão/inclusão. Além disso, buscaram-se subsídios para uma análise crítica da atuação do terceiro setor no país.

Sentido

A Psicologia Sócio-Histórica, que toma como base os princípios de Vygotsky, apresenta-se como uma possibilidade de superação das visões dicotômicas na ciência, como subjetividade/objetividade, psíquico/orgânico, natural/social, autonomia/determinação, carregando consigo a possibilidade de crítica por seus fundamentos epistemológicos e teóricos. Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico dialético como filosofia, teoria e método. Concebe o homem como sujeito ativo apesar das determinações sociais e a sociedade como produção histórica dos homens (BOCK, 2007).

“É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo – objeto da Psicologia Social.” (LANE, 2006, p. 15-16)

Referendando-se nessa teoria, o presente estudo elege o sentido como categoria para compreender a não-participação para os moradores de Paraisópolis nos serviços das organizações do terceiro setor presentes na comunidade. O sentido, segundo Vygotsky, deve ser entendido na sua relação dialética com o significado.

Ambos constituem duas zonas diferentes de estabilidade nas palavras: o significado e o sentido. O sentido é concebido como unidade de significação que sintetiza os aspectos biológicos, sociais e psicológicos, assim como a relação entre objetividade/subjetividade. Já o significado é concebido como princípio organizador da consciência, mediando os processos psicológicos e o contexto social: “A natureza

do significado enquanto tal não é clara. No entanto, é no significado que o pensamento e o discurso se unem em pensamento verbal” (VYGOTSKY, 2005, p. 5). O significado é dinâmico e reflete a realidade social historicamente determinada. Assim, ele incorpora as transformações históricas, portanto também se transforma, produzindo assim novos significados. Porém é mais estável e preciso que o sentido, expressando a dimensão dicionarizada da palavra:

“...é o domínio do sentido de uma palavra sobre o seu significado — uma distinção que devemos a Paulhan. Segundo ele, o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala” (VYGOTSKY, 2005, p. 181).

Vygotsky também fala sobre os “influxos de sentido”, que é o modo pelo qual os sentidos das palavras se combinam e se unificam. Trata-se do processo dos sentidos de diversas palavras fluírem um dentro do outro, influenciando-se e modificando-se. O autor afirma que na fala interior³, “uma única palavra está tão saturada de sentido, que seriam necessárias muitas palavras para explicá-la na fala exterior” (VYGOTSKY, 2005, p. 183). O autor também atenta para o fato do pensamento ser gerado por nossos desejos e necessidades:

“O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último “por que” de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva” (VYGOTSKY, 2005, p. 187).

³ Para Vygotsky (2005), a fala interior não é o aspecto interior da fala exterior, é uma função em si própria. É pensamento ligado por palavras, sendo em grande parte, um pensamento que expressa significados puros. É algo dinâmico, instável e inconstante, que flutua entre a palavra e o pensamento (p.184 -185).

Desta maneira, para entendermos a fala de alguém, temos que entender suas palavras, seu pensamento e sua motivação, sendo que “nenhuma análise psicológica de um enunciado estará completa antes de se ter atingido esse plano” (VYGOTSKY, 2005, p. 188).

Assim, a análise dos sentidos da não-participação permite compreender como esta realidade tem afetado os moradores em questão. A partir disso, poderemos tecer considerações sobre como essas pessoas são afetadas por esse processo de exclusão/inclusão, assim como considerações sobre essa não-participação, se ela configura-se como uma potência de ação ou resistência ou se esta se configura apenas como uma forma passiva de submeter-se à dinâmica da exclusão/inclusão.

A dialética exclusão/inclusão

A exclusão tem sido amplamente estudada e é termo muito utilizado atualmente. Alguns autores utilizam expressões correlatas com o termo, como a “desqualificação” de Paugam, a “desinserção” de Gaujelac e Leonetti, a “desafiliação” de Castel e a “apartação social” proposta por Cristóvão Buarque (WANDERLEY, 2006).

A exclusão será aqui considerada através da noção dialética do processo de exclusão/inclusão, explicitada por Sawaia (2006), como processo complexo e multifacetado, que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros, sendo um produto do funcionamento do sistema. Assim, a exclusão só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela.

“Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema” (p.9).

A autora afirma que é a concepção marxista sobre o papel fundamental da miséria e da servidão na sobrevivência do sistema capitalista que constitui a idéia central da dialética exclusão/inclusão, a idéia de que a sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Também alerta que variam as formas de incluir e reproduzir a miséria “quer rejeitando-a e expulsando-a da visibilidade, quer acolhendo-a festivamente, incorporando-a à paisagem como algo exótico ou pelo retorno do lirismo ou da retórica econômica do potencial turístico” (Sawaia, 2006, p.108).

Sawaia (2006) menciona autores que trouxeram contribuições para tal reflexão, como Foucault (que nos alerta a analisarmos algumas atividades de inclusão social como processo de disciplinarização dos excluídos, um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social) e Castel (1998)⁴, para quem a dialética exclusão/inclusão é a aporia fundamental sobre a qual nossa sociedade experimenta o “enigma de sua coesão e tenta conjurar os riscos de sua fratura”. Afirma também que na literatura sobre exclusão, encontram-se alguns textos que buscam definir a exclusão como um conceito-processo, como o conceito de “participação/excludente” de Maria Alice Foracchi (1982)⁵, “inclusão perversa ou marginal” e “exclusão-integrativa” de José de Souza Martins (1997)⁶ e o de “inclusão forçada” de Virgínia Fontes (1997)⁷ (in SAWAIA, 2006).

Desta maneira, quando nos referimos ao processo de exclusão/inclusão que ocorre na comunidade de Paraisópolis estamos falando de um fenômeno complexo e abrangente. Se pensarmos neste processo de maneira ampla, podemos dizer que a comunidade já se originou a partir de um processo histórico de exclusão e de inclusão perversa na sociedade, visto que a formação da comunidade se deu através da migração de nordestinos que vieram trabalhar em construções civis que sediaram serviços dos quais os moradores não podiam usufruir (como o Hospital Albert Einstein, por exemplo). Esses moradores, por já habitarem locais esquecidos pelas políticas públicas e por viverem em condições de vulnerabilidade e pobreza, são ao mesmo tempo excluídos das políticas públicas e dos seus direitos constitucionais e são

⁴ CASTEL, R. (1998) *As Metamorfoses da Questão Social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. vozes.

⁵ FORACCHI, M.M. (1982) *A Participação Social dos Excluídos*. São Paulo: HUCITEC.

⁶ MARTINS, J.S. (1997) *Exclusão Social e a nova desigualdade*. São Paulo: Ed. Paulus.

⁷ FONTES, V. (1997) *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*. Tempo, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, vol. 2, nº3, jun.

incluídos pela sua mão-de-obra barata, por constituírem um mercado consumidor e por pagarem impostos.

Este estudo concentrar-se-á no processo local de exclusão/inclusão entre moradores e organizações do terceiro setor. Primeiramente, as organizações que vieram supostamente suprir as ausências do Estado não dão conta da demanda, já tendo que efetuar processos de exclusão no atendimento dos moradores. Muitas vezes essas ações são pontuais e fragmentadas, nem mesmo estabelecendo uma rede com os próprios serviços locais. Além disso, atuações beneficentes e filantrópicas que antes eram constituídas por ações de voluntários, baseadas na caridade cristã, hoje são vinculadas a empresas que por suas ações e projetos conseguem isenções fiscais; outras recebem dinheiro do Estado para executar serviços que antes eram de sua responsabilidade (as “parcerias”); tratando-se de um novo campo que gera inclusive vagas de emprego. Em todas elas as pessoas são incluídas pela exclusão (pela sua condição de falta de recursos e vulnerabilidade)⁸.

Os sujeitos nessa relação são distintos: os representantes das organizações (de classes mais elevadas e que “dão assistência”) e os moradores (de classe social mais baixa e que se encontram em condição de “assistidos”). Muitas vezes os “assistidos” também “dão assistência”, sendo muitas vezes aqueles que fazem parte do grupo de moradores que participam ativamente nas organizações do terceiro setor ou nas associações dos moradores (além dos vínculos de solidariedade entre membros da comunidade, sem relação institucional).

Entre aqueles que “dão assistência”, também há grandes diferenças. Sawaia (2006), citando Hanna Arendt (1988)⁹, discorre sobre a distinção entre compaixão e piedade: a compaixão é sofrimento que nos faz voltar à ação social, pode adquirir um caráter público e unificar os homens em torno de um projeto social. A piedade é a paixão pela compaixão, é sentimento que encontra em si mesmo o seu próprio prazer, aprisionando o homem ao seu próprio sentimento.

Como afirma Sawaia (2006), o processo de exclusão/inclusão traz uma configuração de dimensões não só materiais e políticas, mas também relacionais e subjetivas. A autora também explicita que os sentidos são um guia analítico deste processo, com destaque ao sofrimento ético-político:

⁸ Uma discussão mais aprofundada sobre o terceiro setor será feita posteriormente.

⁹ ARENDT, H. (1988). *Da Revolução*. São Paulo: Ática e Brasília: Ed. da UNB.

“O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (p. 104).

Ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais. Sem questionarmos o sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização (SAWAIA, 2006).

Para Sawaia (2006), não basta definir as emoções que as pessoas sentem, é preciso conhecer o motivo que as originaram e as direcionaram, para conhecer a implicação do sujeito com a situação que o emociona. Conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social.

É neste campo que começaremos a encontrar o exato foco deste estudo: essa dinâmica do processo de exclusão/inclusão entre moradores e organizações que é constituída por toda a afetividade e subjetividade dos sujeitos implicados. Delimitaremos assim como foco de estudo os sentidos da não-participação para os sujeitos que de alguma forma estão excluídos dessa dinâmica presente na comunidade, e a partir desses sentidos analisar essa relação.

Outros autores reforçam tal concepção teórica, como Jodelet (2006), que utiliza o conceito de categorização social (os membros são considerados como equivalentes em razão de características, ações e intenções comuns) e o “paradigma do grupo mínimo”, onde há uma tendência a favorecer o membro do grupo ao qual estamos ligados, em detrimento do representante de outro grupo. Nesta perspectiva, podemos compreender melhor a divisão que ocorre na comunidade entre os “assistidos” e os que “dão assistência”, tanto em relação às categorizações, como em relação aos interesses conflitantes e aos processos subjetivos. A autora fala também sobre a força da necessidade do pertencimento social e que “a imagem que temos de

nós próprios encontra-se ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos os valores dele” (pg. 61). Porém, adverte que os grupos têm limites imprecisos. As diferenças de identificação entre os dois grupos (representantes das organizações e moradores) podem constituir alguns dos fatores relacionados à não-participação, sendo que a atuação dos representantes das organizações do terceiro setor que são de classes mais abastadas e são de fora da comunidade também difere da atuação daqueles representantes das associações de moradores.

Já Paugam (2006), afirma que a pobreza é caracterizada por um status social desvalorizado e estigmatizado, levando o pobre a viver numa situação de humilhação e isolamento, já que “a humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria à qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros” (pg.68). O autor elabora assim o conceito de desqualificação social, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população, assim como as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo (fragilidade, dependência e marginalização). A partir do conceito de desqualificação social, podemos elaborar a hipótese de que um dos sentidos da não-participação pode estar ligada a um sentimento de humilhação e inferioridade dos moradores em relação aos representantes ou de processos reais discriminatórios destes últimos com os primeiros.

Gonçalves Filho (1998) introduz o conceito de humilhação social que se caracteriza por um problema político e psicológico, uma modalidade de angústia disparada pelo impacto traumático da desigualdade de classes. Para caracterizá-lo, o autor recorre às teorias marxista e à psicanálise:

“Sem dúvida, trata-se de um fenômeno histórico. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado” (GONÇALVES FILHO, 1998).

Essa perspectiva vai ao encontro dos conceitos anteriores de categorização e desqualificação social e sofrimento ético-político. É um conceito que leva em conta a historicidade dos grupos e os sentimentos gerados pelas desigualdades, que afetam o homem por inteiro e suas relações. Gonçalves Filho (1998) também afirma que o mal-estar na cidade capitalista se deve às relações sociais despersonalizadas, que refreiam a solidariedade para o âmbito privado da família. Toda e qualquer aquisição (material e simbólica) foi transformada em moeda e os laços públicos tendem a perder suas qualidades concretas e humanas, absorvidas por imperativos do mercado. Os direitos humanos deixam de valer como o resultado de colaboração e tornam-se tarefa do indivíduo isolado. O homem passa a valorizar o seu ingresso em instituições sociais apenas considerando vantagens a título privado e a conveniência torna-se a justificativa do homem burguês para ainda tolerar sua dedicação à cidade e aos outros homens.

Nesse sistema, a liberdade é então afirmada como um valor individual e a noção de justiça é forjada como direito reconhecido a cada indivíduo de fazer, na esfera de sua liberdade privada, tudo que não interfira na liberdade dos outros (GOLDMANN, 1979 apud GONÇALVES FILHO, 1998). Estabelece-se, assim, uma falsa oposição entre liberdade e vida social, obscurecendo nossa atenção para as condições libertadoras da vida social (GONÇALVES FILHO, 1998).

Para o autor:

“Num país em que os serviços públicos são tidos como estorvo econômico e em que a organização popular não cobre a multidão dos migrantes, a esperança dos pobres concentra-se cada vez mais no dinheiro, cada vez menos na cidade e no outro. Para os pobres, os ambientes urbanos, se não revelam suficientemente o seu desastre ecológico, revelam facilmente o seu caráter excludente, expulsivo. Para o que se beneficia de privilégios, pode não ser perceptível que os espaços citadinos, para o humilhado, carregam um sofrimento político corrosivo: são espaços imantados pelo poder de segregar, pelo poder de sempre atualizar a desigualdade de classes. O sentimento da dignidade parece desfeito. Deixa de ser espontâneo. É preciso um esforço de atenção para conservá-lo. Um esforço nem sempre eficaz para o humilhado – o proletário não é humilhado porque sente ou imagina sê-lo: o sentimento e a imaginação estão fincados numa situação real de rebaixamento. A situação imediata é sempre a situação mediada pela

longa história de rebaixamento que atravessa sua classe e atravessa sua família. Na condição proletária, a submissão é que se torna espontânea. Diríamos melhor: torna-se automática.” (GONÇALVES FILHO, 1998).

Ainda segundo o autor, todos aqueles que interrogam radicalmente a servidão humana concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana; só os homens excluem os homens da dignidade humana. Efeito da desigualdade política, a humilhação social é um fato psicossocial que reconduz sempre o homem ao outro homem -e a desigualdade não pode nunca dispensar os homens para que se mantenha (GONÇALVES FILHO, 1998).

“A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão. Os pobres sofrem freqüentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: "vocês são inferiores". E, o que é profundamente grave: a mensagem passa a ser esperada, mesmo nas circunstâncias em que, para nós outros, observadores externos, não pareceria razoável esperá-la. Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é freqüentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que estejam, com quem quer que estejam. O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê” (GONÇALVES FILHO, 1998).

A participação popular como potência de ação

A participação popular é um processo social altamente relevante ao desenvolvimento da autonomia e da emancipação social. Segundo Sawaia (2001), até os anos 80 o paradigma de análise e planejamento da participação era caracterizado pela ênfase no coletivo, na objetividade e na racionalidade, independente das variações teóricas e ideológicas. Nesta concepção, a participação pressupõe alto nível de conscientização política e social, e seu alvo de ação é a estrutura social, embora com diferentes intencionalidades: transformação social e reforma modernizadora. A

ação é sempre coletiva e, metodologicamente, predominam os indicadores quantitativos: “Participar é arrebanhar o maior número de pessoas para diferentes objetivos coletivos como, reivindicar direitos e benefícios, desenvolver projetos desenvolvimentistas ou revolucionários, exercer o direito de voto, fazer greves” (SAWAIA, 2001, p. 2).

A autora afirma que nos anos 80 a participação adquire um sentido mais subjetivo e menos estrutural, e a objetividade e o coletivo cedem lugar à preocupação com a individualidade e a afetividade. Autonomia, emancipação e diversidade tornam-se termos em voga. O espaço da participação social perde as fronteiras rígidas e o seu tempo é o do cotidiano. A autora considera as mudanças positivas, mas alerta para os riscos da instrumentalização que cercam a subjetividade, o que já vem ocorrendo na forma de um dogmatismo subjetivista - que nega qualquer outra dimensão da participação - ou de um solipsismo individualista, que reduz a participação a uma ação de foro íntimo, contrapondo-a ao coletivo.

O que a autora propõe é que se introduza a subjetividade como questão central da análise e planejamento da participação, para negar a sua manipulação como força produtiva por meio de estratégias “psi”. Ressalta também a importância de se discutir a respeito da função social da participação, visto que esta pode ser excludente ou integrativa, voltada ao “status quo” ou à revolução, sendo necessário atacar sua questão central que é ético-política. Assim, o subtexto ideológico por trás da variedade de sentidos da participação é a dialética exclusão/inclusão. Historicamente, ele aparece como conceito central tanto do discurso liberal e ditatorial como do nazismo e dos fundamentalismos, quanto do discurso revolucionário.

Jacobi (2002) acredita que deve ser registrada a multiplicidade de dinâmicas participativas nas estruturas de conselhos e colegiados criados a partir da Constituição de 1988. Afirma que desde o início da década de 1990 e até hoje a participação nas suas diversas dimensões vem sendo amparada e institucionalizada na América Latina dentro dos marcos das democracias representativas. A participação popular se torna a ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares numa concepção de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, assim como de garantia da execução eficiente de programas de compensação social. Entretanto, para o autor, no geral, as propostas participativas ainda permanecem mais no plano da retórica do que na prática. Para ele, poucas são as experiências de gestão municipal que assumem uma radicalidade democrática e

ampliam concretamente o potencial participativo. O autor afirma também que uma análise dos processos de participação deve levar em conta os condicionantes da cultura política dos países da América Latina, “marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas, meritocráticos e de interesses criados entre Sociedade e Estado” (JACOBI, 2002). Entretanto, atenta para o fato destes condicionantes não serem um fator impeditivo para a emergência de uma diversidade de formas de participação dos setores populares.

A participação, para o autor, pode assumir duas faces: uma que coloca a sociedade em contato com o Estado e outra que a reconcentra em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo. Para ele, a nova dimensão da cidadania inclui a constituição de cidadãos no papel de sujeitos sociais ativos, e, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. A participação social se enquadraria no processo de redefinição entre o público e o privado, redistribuindo o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso (JACOBI, 2002).

Tecendo considerações sobre as experiências de gestão participativa em diversas áreas como educação e saúde no país, o autor afirma que no âmbito da educação as resistências se centravam principalmente no preconceito e no questionamento, pelo corpo diretivo e docente, sobre o caráter deliberativo do Conselho e sobre a descentralização do poder. Além disso, a participação estava muito ligada à noção de utilidade e objetividade daquilo que era discutido, o que refletia as dificuldades de romper com a cultura política dominante, apesar do empenho da gestão em introduzir uma nova qualidade do trabalho na educação. Para ele, “freqüentemente, o baixo nível de institucionalização esteve vinculado às resistências corporativas à implementação de práticas participativas, sempre que vinham à tona questões como controle, fiscalização e deliberação por parte da comunidade” (JACOBI, 2002). Na gestão da saúde, um dos grandes problemas enfrentados foi o medo dos funcionários da participação popular, ou seja, do fato de seu serviço ser fiscalizado e da população estar mais presente no seu cotidiano.

Para Jacobi (2002) as complexidades da participação também são avaliadas como resultado de um desestímulo da população usuária diante dos poucos resultados positivos e da lentidão na resposta da administração frente às demandas dos setores

mais carentes, refletindo-se numa dificuldade na hierarquização dos problemas da população. Acredita que um estímulo à participação ativa deve basear-se no pressuposto de estimular a co-responsabilização dos usuários e uma disponibilidade para maior interlocução, assim como uma permeabilidade das propostas populares junto à administração. Assim, o desafio colocado é o de “construir novos hábitos, de neutralizar o clientelismo e de aproximar o cidadão do processo decisório” (JACOBI, 2002). O autor afirma que a criação de condições efetivas para multiplicar experiências de gestão participativa ocorrem:

“...pela superação das assimetrias de informação e pela afirmação de uma nova cultura de direitos. Estas experiências que denominamos inovadoras fortalecem a capacidade de crítica e de interveniência dos setores de baixa renda através de um processo pedagógico e informativo de base relacional, assim como a capacidade de multiplicação e aproveitamento do potencial dos cidadãos no processo decisório dentro de uma lógica não cooptativa.” (JACOBI, 2002).

Afirma ainda o autor que na realidade brasileira poucas pessoas se mobilizam para manifestar sua disposição de utilizar os instrumentos da democracia participativa visando romper com o autoritarismo social que prevalece. Assim, seria necessário superar as barreiras socioinstitucionais e fortalecer políticas pautadas pela inclusão da noção de interesse geral, existindo a necessidade de levar em consideração o nível de informação e/ ou desinformação dos moradores a respeito das necessárias inter-relações com os temas da cidade (JACOBI, 2002).

Tito (2007) coloca a questão: em determinados contextos, as experiências que se apresentam sob o discurso da participação popular não seriam acompanhadas por mecanismos ideológicos de controle social? Refletindo sobre os elementos que estruturam a relação entre dominantes e dominados no Brasil, o autor menciona a “reprodução de hierarquias sociais em que a relação de mando e obediência é “adocicada” por doses de paternalismo” (p.77).O autor afirma que enquanto o caminho traçado inicialmente pelos movimentos sociais era pautado pela politização das bases, no novo cenário várias ONGs privilegiaram o estabelecimento de relações diretas com os governos, dispensando o que havia constituído o principal arsenal das

lutas sociais: a participação popular das bases. Citando Dagnino¹⁰, afirma que este autor chama de “confluência perversa” os estreitos vínculos dessas ONGs com o modelo neoliberal, que encolhem as responsabilidades sociais do Estado.

Tito (2007) discute sobre as relações entre uma associação de moradores de um bairro da periferia de Palmas (TO) e as esferas do governo. Alguns dos moradores entrevistados em sua pesquisa relatam que existe não apenas uma exclusão social, mas também política em relação a seu bairro. Identificam a criação dos bairros da periferia como “depósitos” de pessoas de baixa renda, perpetuando o grupo político dominante no poder. O autor menciona que as práticas assistencialistas a “contagotas” foram comparadas por um morador como ração para animais. Os próprios moradores relataram que os candidatos a vereadores da comunidade não eram eleitos por sua precária condição financeira, assim, não podiam “ajudar” quem ia até eles pedir “ajuda”. Já outros políticos de outros bairros, pertencentes a classes mais abastadas, através de seus favores conseguem o voto dos moradores, que não teriam “coragem de virar Judas e trair o candidato que ajudou ele”(sic). O autor critica assim esse relacionamento clientelista entre bases populares e grupos políticos, citando a “ideologia do favor” de Schwarz¹¹. Para Tito (2007), a criação de um “novo” espaço público pode vir acompanhada da reprodução de “códigos de sociabilidade” que possibilitam a manutenção da dominação. As experiências observadas pelo autor (inclusive em Sessões Itinerantes – uma iniciativa do Poder Legislativo de Palmas que consistia em uma sessão especial, na qual os vereadores vão até os bairros para ouvir as reivindicações da comunidade - e de Planejamento Participativo) demonstraram como a tradição do clientelismo consegue perpetuar-se inclusive em espaços considerados como democráticos (TITO, 2007).

Para Gonçalves Filho (1998), o homem não simplesmente "está vivo" mas existe. E existência, em sua mais rica acepção psicossocial, supõe participação no mundo. A participação vem com o que Simone Weil chamou "enraizamento":

“O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. E uma das mais difíceis de definir. Um ser humano possui uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos

¹⁰ DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹¹ SCHWARZ, R. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p.347 apud GONÇALVES FILHO, 1998).

Para o autor, o homem tem uma raiz por meio de sua participação em grupos que conservam heranças e que, ao mesmo tempo, conservam abertura para o futuro. Conservam determinados bens que vinculam o homem a outros que o precederam, vinculam o presente ao passado e conservam informações de outro tempo, através da memória retomada pelas narrativas e transmitidas aos grupos. Ao mesmo tempo, conservam abertura para iniciativas e para a recriação do que é dado e transmitido. São grupos, como adverte Simone Weil, em que a participação dos homens não se desenvolva em formas insólitas, aéreas, tampouco em formas rigidamente fixadas, mas grupos de participação ao mesmo tempo informada, consistente e espontânea (GONÇALVES FILHO, 1998).

Estas passagens ressaltam a importância de atentarmos à historicidade dos grupos e da participação nestes, que não é aleatória. A associação dos moradores da comunidade traz histórias, lutas e situações compartilhadas que tornam a participação destes característica de um processo com maior enraizamento na história.

Segundo Sawaia (2001) “a participação como potência trata da passagem da passividade à atividade, da heteronomia passiva à autonomia corporal” (p.8) A autora afirma que o ser da participação é exterior a si mesmo, imanente à sociedade, residindo na dialética que a constitui e nas concepções de justiça, igualdade e felicidade.

Dentro dessa perspectiva, a autora pretende enfatizar a análise da participação pela subjetividade como positividade, indo na contracorrente do *Zeitgeist*, para garantir que as necessidades humanas sejam priorizadas em lugar das econômicas e políticas, nas análises e planejamento da participação social. A participação deixa de ser um imperativo categórico que obriga à renúncia de necessidades e desejos particulares como condição para viver em sociedade.

A participação não implica numa atitude solidária por bondade ou para obter recompensas, mas por saber que somar os esforços traz benefícios a todos e fortalece o cidadão contra os poderes instituídos. Ela só é possível na perspectiva em que o sujeito tem autonomia para fazer suas escolhas e posicionar-se diante das situações de seu cotidiano, assim como quando a noção de grupo não sucumbe à noção do individualismo.

A autora também menciona que:

“Eleger a potência de ação como alvo da práxis participativa, equivale a adotar como objetivo o fortalecimento do sujeito em perseverar na luta contra a escravidão e não, apenas, o aprimoramento de sua eficácia de negociador, defensor de seus direitos e de militância como alvo de participação, mesmo porque estes últimos dependem do primeiro” (p. 8).

Propõe-se assim: 1) a luta contra a submissão; 2) a contemplação dos afetos no planejamento da participação, elegendo especificamente o sofrimento como indicador da participação social e como seu alvo de ação; 3) evitar o empobrecimento do campo perceptivo e das necessidades, visto que geralmente as estratégias utilizadas para motivar a participação são homogeneizadoras, centrando a atenção, o pensamento e os afetos em uma única necessidade ou questão social; 4) planejar ações de diferentes temporalidades, cujos extremos são a do “aqui- agora e a do “sem tempo”, isto é, essas ações devem ter continuidade no tempo, mas atuando no presente para evitar a responsabilidade abstrata do cidadão; 5) diversificar os espaços de ação, abarcando concomitantemente às esferas pública e privada, lembrando que potência de ação visa dar força ao sujeito sem tirar a responsabilidade do Estado e que não há antagonismo entre necessidade individual e coletiva; 6) diversificar as estratégias de ação e os indicadores da eficácia das mesmas para romper o cotidiano da vida pública e privada sustentador da participação autista, reativa e imperativa (SAWAIA, 2001).

Para Gonçalves Filho (1998):

“Em resumo: entre os homens, as condições para a participação são condições intersubjetivas especiais; condições em que o encontro do homem com o homem não se forme por meios violentos; condições em que não falte vínculo criativo com o passado, a iniciativa para novas fundações e o livre exercício da palavra. As circunstâncias de um desenraizamento podem, quem sabe, ser então esclarecidas pela maneira como foram prejudicadas a liberdade, a igualdade e a pluralidade, podem ser esclarecidas pela maneira como foram prejudicados o vínculo com o passado, o campo das iniciativas e o campo da palavra”.

A participação no terceiro setor

Em busca de um levantamento de discussões e pesquisas sobre a articulação entre os temas deste estudo, foram tidos como referências importantes a serem citadas aqueles textos onde o tema central era a participação no terceiro setor, dando preferência aos textos que se referiam ao contexto brasileiro e ao trabalho em comunidades, assim como privilegiou-se pesquisas dentro da Psicologia Social.

Toro (1997) propõe quatro teses para discutir o papel do terceiro setor em sociedades de baixa participação, sendo que, em síntese, acredita que este deve contribuir para a construção de um Estado social de direito. Primeiramente, afirma que nesse tipo de sociedade, o Terceiro Setor deve contribuir para a construção do projeto de nação, construindo uma ordem de convivência democrática e transformando os países em altamente produtivos e sem pobreza interna. Ele afirma que “uma sociedade vai se convertendo em nação à medida que é capaz de responder pró-ativamente aos desafios que lhe apresenta a história” (TORO, 1997, p.35).

O segundo ponto discutido pelo autor é que nos países de baixa participação, é função do Terceiro Setor contribuir para a formação e o fortalecimento do comportamento do cidadão e da cultura democrática. O Terceiro Setor deve assim transformar atores sociais em sujeitos sociais, através de intervenções sociais democráticas. Para ele, todas as ações nesse setor são intervenções sociais, pois buscam modificar modos de pensar, atuar ou sentir, formando culturas segundo o enfoque que a intervenção tenha: “Se a intervenção é assistencialista, cria a dependência; se é autoritária, cria a baixa auto-estima, se é clientelista, cria uma cultura de adesão; se é democrática, cria cidadania e autonomia” (TORO, 1997, p. 36). Para ele, a máxima expressão da participação é a possibilidade de criação da ordem em que se quer viver. A participação também significa aceitar como próprias regras que são anteriores, tanto quanto atuar para mantê-las e preservá-las. Assim, o Terceiro Setor deve “selecionar métodos de planificação participativos, sistemas de decisão deliberantes e modelos de gestão com altos níveis de comunicação externos e internos” (TORO, 1997, p.37).

A terceira tese proposta por Toro (1997) é que nesse tipo de sociedade é função do terceiro setor contribuir para a reinstitucionalização do âmbito público (entendido aqui como aquilo que convém a todos de igual maneira para sua dignidade) para aumentar a igualdade e fortalecer a governabilidade (entendido aqui

como a capacidade que uma sociedade tem de resolver seus conflitos sem recorrer à violência, pautado em regras conhecidas publicamente). Deve-se fortalecer todos os processos de informação pública que permitam à população compreender, usar e controlar os serviços institucionais do Estado.

“Um dos indicadores da exclusão e da baixa participação das nossas sociedades é o baixo controle e compreensão que os setores populares têm das instituições públicas. Uma das razões para essa baixa compreensão e controle tem raízes históricas. Na América hispânica e lusitana, as instituições não surgiram de propósitos e necessidades da sociedade civil. Forma trazidas ou impostas “de fora”, sem a participação ativa dos afetados e desconhecendo, em muitas ocasiões, a institucionalidade indígena e mestiça existentes” (TORO, 1997, p.38)

Esses acontecimentos teriam distanciado a sociedade e especialmente os setores populares da institucionalidade pública, o que abre caminho para a corrupção administrativa e política, dificulta a governabilidade e fragmenta a sociedade, dificultando a busca de objetivos comuns. Uma das funções mais importantes do Terceiro Setor seria reinstitucionalizar o Estado, fazendo do setor público um bem de igual qualidade para todos, visto que é no público que podemos ter interesses compartilhados e construir a igualdade (TORO, 1997).

A quarta tese é a de que o Terceiro Setor deve criar condições para que todos os diferentes sentidos e símbolos da diversidade social possam competir e circular em igualdade de condições. Deve tornar possível a competência cultural, visto que uma das características da pobreza é a exclusão simbólica nos sistemas de comunicação e que a democratização cultural aumenta a auto-estima das comunidades (TORO, 1997).

Dulany (1997), fundadora do Instituto Synergos (que atua há anos no trato de parcerias e “instituições-ponte”), afirma que o instituto estudou e coordenou duas séries de casos de colaboração intersetorial na Ásia e na África que iluminaram a compreensão sobre as dificuldades e utilidades de estabelecer uma parceria. A autora afirma que a parceria funciona melhor quando os grupos envolvidos possuem relativamente o mesmo nível de poder de decisão e alerta que colaboração, quase sempre, implica conflito em algumas fases do processo, sendo que este deve ser encarado como inevitável (e não como falha) ao se associar a grupos com distintos

interesses e ideologias. Ela afirma que esses conflitos podem ser atenuados ou superados em alguns casos no decorrer do processo de estabelecimento de confiança entre os participantes, que é muitas vezes estimulado por relações informais entre os indivíduos oriundos de distintos setores e grupos, porque uma base de confiança já existiria no nível pessoal.

Pelos casos em estudo, verificou-se também que a tendência dos grupos era não se comprometer em parcerias até que as outras estratégias tivessem falhado, ou até que a questão fosse suficientemente séria para que todos tivessem um real interesse pessoal em resolvê-la. As soluções definidas por parcerias tinham uma propensão a permanecer ao longo do tempo, visto que “todos tinham um sentimento de posse e simpatia por aquelas soluções” (DULANY, 1997, p.64 e 65), além de sentirem-se fortificados para resolução de outros problemas. Dessa maneira, era imprescindível conhecer a motivação pessoal que levava cada um a participar e reconhecer que haveria benefícios para todos.

Para Dulany (1997), “o fato de que o poder dos governos, de modo geral, está sendo reduzido em todo o mundo pode tanto favorecer como obstruir o desdobramento de parcerias” (p.65). Se o governo se sentir ameaçado por perda de poder, ele pode opor-se às organizações da sociedade civil receando o crescimento de partidos de oposição ou até mesmo um golpe para depô-lo. Já outros governos, “tendo de admitir que por si mesmos não são mais capazes de financiar e operar programas sociais e que, em muitos casos, aqueles organismos podem levar adiante esses programas de modo mais competente e a custos mais eficazes” (DULANY, 1997, p.65), podem ter uma postura mais favorável à atuação dessas organizações da sociedade civil. Para a autora, quando a sociedade civil se torna forte o suficiente para colocar-se relativamente à altura das vozes de seus pares no setor privado ou do governo, isso indica uma maior probabilidade de parceria bem-sucedida.

“Uma autêntica parceria deve procurar instrumentos para superar os desequilíbrios de poder para que, ao sentarem-se à mesa, todas as partes tenham os mesmos direitos de expressão. Construir parcerias felizes toma tempo e exige esforço, mas conduz a soluções sancionadas. Também fortalece a participação dos movimentos populares, para que estes sejam capazes de lidar com outras questões por conta própria ou com novos parceiros. (...) quando o talento, capacidade e recursos oriundos de diferentes grupos começam a atuar

harmoniosamente, e não com propósitos conflitantes” (DULANY, 1997, p.70)

Kisil (1997) afirma que os projetos de desenvolvimento local constituem uma oportunidade de se criar cidadãos competentes e mobilizados para o bem-estar da coletividade e que, embora haja concordância sobre a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, há menos consenso sobre o conteúdo e a natureza dessa participação. Assim, ele distingue dois tipos de compreensão sobre este conceito: a participação como um meio e a participação como um fim (KISIL, 1997).

- *A participação como meio.* Sendo vista como um meio de atingir um objetivo, é um modo de usar a comunidade (como uma técnica de gerência) para propósitos estabelecidos fora dela. Seus resultados são mais importantes do que o próprio ato da participação.

- *A participação como um fim.* A ênfase é colocada na participação como um processo no qual a confiança e a solidariedade estão estabelecidas. É vista como um meio de capacitar as pessoas a se tornarem mais envolvidas no desenvolvimento.

O autor define algumas fases da participação: um estágio de participação marginal (onde a participação das pessoas é limitada e transitória, tendo pouca influência direta no resultado da atividade de desenvolvimento); em um nível posterior, as pessoas se envolvem ativamente para determinar prioridades e executar as atividades, mesmo havendo um controle externo sobre sua participação; e um último nível, onde ocorre a participação estrutural, onde as pessoas têm um papel direto e ativo no processo de desenvolvimento, tendo o poder de garantir que suas vozes sejam consideradas nas decisões a serem tomadas. (KISIL, 1997).

A participação, para Kisil (1997), vai além do envolvimento em um ou noutro projeto, limitada a poucos representantes da comunidade. Diz respeito à capacidade de controlar os acontecimentos que dirigem suas vidas, sendo que os pobres constituem o maior grupo de cidadãos excluídos dos processos participativos:

“A pobreza tem levado ao estabelecimento de uma cultura de pobreza, que leva os pobres a aceitar o modo como são excluídos, ou colocar-se uns contra os outros gerando formas de violência e aniquilamento, ou a serem consumidos numa inércia cívica sem esperança. Mudar tal cultura é um esforço adicional do processo de desenvolvimento se se busca um desenvolvimento sustentável.

Felizmente, se assiste hoje na América Latina ao aparecimento de inúmeros pequenos círculos de poder exercidos pela cidadania, apoiados pelos processos de desenvolvimento locais. Círculos pequeninos vindos de baixo, que podem se transformar em movimentos cívicos poderosos para o desenvolvimento de toda a região” (KISIL, 1997, p.150).

Para o autor, no nível micro é imprescindível garantir a participação total dos membros da comunidade no processo de desenvolvimento, enquanto no nível macro é necessário participar do desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável da comunidade (KISIL, 1997).

Andrade (1997) aponta que com a explosão dos meios de comunicação e de processamento de dados, adicionamos ao conceito de “aldeia global” de MacLuhan o de isolamento participativo, “um isolamento crescente do indivíduo, refugiado atrás de um umbigo tecnológico, dentro da passividade amniótica do cubo de concreto onde mora” (p.80), criado pela televisão interativa e a Internet. Assim, o autor aponta como duas novas ameaças à sobrevivência de nossa sociedade: um entendimento falso do papel da economia na estrutura social e o risco de que nos tornemos “ermitões tecnológicos”.

Afirma o autor que a participação do cidadão junto à comunidade, difere da participação política, manifestada através da democracia representativa, visto que é direta e concerne a matérias com as quais o cidadão tem contato imediato e conhecimento direto. “A maior força de recrutamento, principalmente de indivíduos, não é a vantagem fiscal, mas a convicção individual” (ANDRADE, 1997, p.80).

Coelho (2002) realizou um estudo que investigou a questão do voluntariado em uma favela localizada no município de Santos, em São Paulo, procurando conhecer e questionar a ação voluntária, conhecendo os motivos que impulsionavam os voluntários a essa participação e a repercussão desta atividade na potência de vida diária dos sujeitos, sendo que estes eram na sua maioria moradores da favela. A autora afirma que para analisar o trabalho voluntário na sua processualidade, elegeu a participação como uma macro unidade de significado, por sua centralidade no discurso dos moradores entrevistados. Os termos participação e trabalho voluntário apareceram como sinônimos, reproduzindo o significado social valorizado de que o trabalho voluntário possibilita a participação social e que ser voluntário é ser cidadão participante. A autora discute que os voluntários em questão não demonstravam uma

consciência crítica e nem uma história de participação e de luta pela conquista de direitos, o que não significa que são impotentes para transformar sua realidade. O sentido do trabalho voluntário para os moradores se expressava em suas necessidades cotidianas, sendo para os sujeitos uma forma de enfrentamento de uma realidade difícil. Para os moradores, a criança constituía-se como um dos principais sentidos que impulsionavam às ações e ao trabalho, visto que nelas estavam projetadas o desejo de um futuro melhor, e a ajuda também era um dos principais sentidos para essa participação.

Castro e Silva (1998) realizou um estudo de caso da dinâmica organizacional de uma ONG que atuava no campo da AIDS que visava identificar os aspectos psicossociais que facilitariam o processo de participação comunitária/política em seu espaço de atuação. O autor afirma que o estudo da qualidade das interações entre as pessoas é fundamental para o fortalecimento do espaço cotidiano de uma ONG como promotor de cidadania, pois tanto a formação quanto o desenvolvimento da entidade têm seu cerne relacionado a projetos de vida de seus agentes e à capacidade de trocas - afetivas, de conhecimento, etc.- entre eles. A ONG em questão demonstrava capacidade de lidar com as diferenças, sendo que estas mesmas foram elementos iniciais em sua composição, e sua liderança expressava de maneira intensa as contradições e tensões da entidade, sendo um lugar delicado e estratégico ao mesmo tempo. O autor acredita que na ONG há um privilegiamento das inter-relações entre os agentes, sendo importante considerar a trajetória destes, o vínculo afetivo que os uniu na formação da entidade e os ideais de luta para compreender a dinâmica de uma ONG. Assim, sua flexibilidade institucional é um referencial privilegiado para compreender sua relação com as comunidades. Para ele, a questão da representação e da legitimação em relação à comunidade implica um processo contínuo de aproximação e negociação. Assim, é necessário ter claro o que conecta essas pessoas em torno de um grupo, sabendo porém que os motivos iniciais se transformam. As ONGs podem ajudar a comunidade a se organizar e representam muitos dos conflitos vividos silenciosamente pela sociedade.

A atuação do terceiro setor

No contexto sócio-histórico do qual a comunidade faz parte, é imprescindível analisarmos como vem se dando o processo de intervenção das entidades do terceiro

setor no país, este sendo compreendido como um processo totalmente imbricado com a configuração política e econômica nacional e internacional, assim como na revolução na estrutura produtiva da sociedade¹².

Gohn (2000), afirma que o terceiro setor é um fenômeno complexo, diferenciado e contraditório, que está participando da revolução na estrutura produtiva da sociedade atualmente. Ele tem gerado um tipo de associativismo que atua ao nível do poder local e suas organizações se definem com fins públicos e sem fins lucrativos. Sua natureza foi construída nos últimos anos a partir de transformações no campo das ONGs (organizações não-governamentais), dos movimentos sociais e das associações filantrópicas e comunitárias. A origem dessas transformações vem tanto de alterações ocorridas internacionalmente no mundo da economia e da política, como de alterações na sociedade civil brasileira, especialmente na organização popular, em mobilizações e participação popular direta (nas décadas de 70 e 80).

Sobre a multiplicidade desse campo, a autora afirma que o terceiro setor é um tipo “Frankenstein”, construído de múltiplas facetas, abarcando entidades progressistas e conservadoras, abrangendo programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, como programas meramente assistenciais, compensatórios, pautados pela lógica do mercado - ambos falando em nome da cidadania (GOHN, 2000). A autora alerta para os perigos de se tratar o terceiro setor como um bloco homogêneo, sem contemplar suas diferenças, simplificando e estigmatizando, pautando-se numa leitura reducionista da realidade.

Gohn (2000) destaca que alguns autores encaram o terceiro setor negativamente, como mais uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização e mobilização sindical e popular dos anos 80, além de desobrigar o Estado de atuar na área social. Já outros autores carregados de um otimismo acrítico fariam parte do grupo para quem o terceiro setor é algo realmente novo, pois o Estado não conseguiria mais penetrar nas microesferas da sociedade,

¹²Para Gohn (2000), a revolução na estrutura produtiva esvazia e desloca as grandes unidades produtivas, estimulando o surgimento de milhares de negócios na economia informal. A imensa rede de organizações privadas autônomas, à margem do aparelho formal do Estado, sem fins lucrativos e mobilizadora do trabalho voluntário, passou assim a ter uma relação íntima com as atuais mudanças sociais e tecnológicas, em duas direções: atua na economia informal gerenciando milhares de empregos voluntários e na economia formal, por meio de parcerias com cooperativas de produção que atuam com demandas terceirizadas, empresas privadas e programas apoiados por órgãos públicos.

atribuindo como causas do crescimento do terceiro setor a falência das políticas estatais na área social.

Gohn (2000) afirma que as ONGs são a face mais visível do terceiro setor (mas apenas uma das frentes de ações coletivas que o compõe), sendo também muito diferentes entre si, quanto aos seus objetivos, projetos, formas de atuação, paradigmas, estilos de participação e nos pressupostos políticos-ideológicos que alicerçam suas práticas. A autora distingue dois tipos de ONGs: aquelas que defendem a cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 70/80, as quais ela denomina de militantes; e, de outro lado, as propositivas, que atuam segundo ações estratégicas e utilizando-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas.

As ONGs militantes dos anos 70/80 no Brasil estiveram por trás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que contribuíram para um cenário de grande participação da sociedade civil, contribuindo para a queda do regime militar e para a transição democrática no país, inscrevendo como sujeitos de direitos categorias até então esquecidas. Apesar de serem em sua maioria contra o Estado, elas serviram para a criação de espaços de interlocução entre este e a sociedade civil. A promulgação da Constituição de 1988 representou a ruptura com a tradição até então dominante de ser contra o Estado. Assim, uma nova concepção de participação passou a vigorar, a participação da gestão dos direitos (GOHN, 2000).

Por conta da reorganização de outras redes associativistas e por mudanças nas políticas sociais dos Estados (decorrentes da implantação de um novo modelo de desenvolvimento, levando à transferência da operacionalização de vários serviços para o setor privado sem fins lucrativos), essas ONGs militantes tornaram-se minoria nos anos 90. Elas têm suas raízes nos movimentos populares de base da Igreja dos anos 70/80, no novo sindicalismo dos anos 70 e na nova esquerda que deu origem ao Partido dos Trabalhadores e outras alas progressistas de alguns partidos políticos. Já as novas ONGs do terceiro setor não têm um perfil ideológico definido e defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos, sendo que a maioria delas foi criada sem movimentos ou associações comunitárias militantes por trás, surgindo pela iniciativa de empresários, grupos econômicos (tendo seu discurso muito próximo das agências financiadoras internacionais) ou por personalidades do mundo artístico ou esportivo. (GOHN, 2000).

Para a autora, o associativismo predominante nos anos 90 deriva de mobilizações pontuais e não de massa, o que tem como consequência que esse tipo de associativismo não demanda dos indivíduos um compromisso permanente com as organizações “e a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica” (GOHN, 2000, p. 66). Nesse sentido, podemos compreender melhor a problemática que estes diferentes tipos de história da atuação irão desencadear nos processos de participação na comunidade em questão neste estudo.

O fenômeno que temos assistido atualmente, porém, é a desconcentração de várias atividades estatais na área social, levando à desativação da atuação direta e transferindo os serviços para o terceiro setor. Isso pode ter como consequência a noção de direito sendo transformada em noção de benefício, ou até mesmo regalia. Além disso, nota-se que muitas das entidades têm uma atuação paliativa que não chega na origem dos problemas, atuando de forma emergencial.

“A maioria das entidades do terceiro setor atua segundo a lógica do mercado, a partir de articulação de atores ditos “plurais”, não se coloca a questão da mudança do modelo de desenvolvimento econômico vigente, ou a luta contra as formas geradoras da exclusão, e atua-se apenas sobre seus resultados. O terceiro setor atua para incluir, de forma diferenciada, os excluídos pelo modelo econômico” (GOHN, 2000, p. 83).

Esse tipo de intervenção muitas vezes pode favorecer o voluntarismo, o assistencialismo e o individualismo, em detrimento da autonomia e da liberdade, reproduzindo formas de dominação e reforçando uma condição de passividade que se perpetua no contexto e nas condições devidas, sem possibilitar uma transformação nos envolvidos e nas suas relações entre pares.

Martinelli (1997) atenta para os riscos de uma relação assistencialista:

“A relação entre benfeitor e beneficiário, quer sejam pessoas físicas ou jurídicas, tem, ao longo da história, assumido um *caráter paternalista, assistencialista*: os dois lados pouco se conhecem; o primeiro doa algo ao segundo, definido por ele mesmo, sem qualquer referência às prioridades do outro. A relação daí decorrente pouco traz de benefício permanente ao parceiro, mantendo-o em dependência

crônica, quando não há manipulação intencional de um sobre o outro”
(MARTINELLI, 1997, p.87 e 88).

Thompson (1997) afirma que em 1986 realizou um estudo¹³ junto com um grupo de pesquisadores para buscar compreender o fenômeno das ONGs na América Latina, visto que estas haviam surgido com muita força nas décadas de 1960 e 1970, com apoio de diversas agências de cooperação internacional. Uma de suas conclusões foi a de que as ONGs constituíam formas de ação política que se opunham ao autoritarismo, tendo surgido em contextos de regimes militares, tendo como objetivo manter espaços de ação cidadã e defesa de alguns valores democráticos. Estas tinham um caráter transitório, devendo desaparecer quando a democracia fosse retomada juntamente com suas formas tradicionais de representação e participação, como os sindicatos e partidos políticos. Outra de suas conclusões foi que as ONGs constituíam núcleos de energia social que objetivavam favorecer a participação dos excluídos, identificadas com os setores populares. O não-governamental e o não-lucrativo era identificado com o opositor, o alternativo. Além disso, uma terceira característica das ONGs era sua independência do poder político e sua capacidade de fazer política vinculando-se com os novos movimentos sociais emergentes (direitos humanos, mulheres, ecologia, associações de bairro, etc).

A década de 80 inicia o desenvolvimento de processos de democratização política em diversos países da região, mas acompanhados de políticas econômicas regressivas em relação às populações mais pobres, com a redução dos programas sociais, aumento do desemprego e inflação. O novo contexto político-econômico também transforma as instituições e a percepção sobre elas, percepção que se torna mais funcional do que político-ideológica. Começa a falar-se em dois grandes blocos, o das instituições mais tradicionais e conservadoras, formado por organizações de caridade e beneficência, voltadas para o serviço social, e as novas ONGs, com uma lógica política alternativa, opositora e voltada para o desenvolvimento social sustentável (THOMPSON, 1997).

Para Thompson (1997), a própria democracia também leva a uma mercantilização da vida social. Nesse período, o mercado e a economia passam a ser os reguladores das práticas dos cidadãos e das comunidades, o que, juntamente com a

¹³ Este estudo foi realizado na Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e México e foi dirigido pelo Programa de Relações Europa – América Latina (PREAL), com a colaboração da Fundação Pablo Iglesias de Madri e do ILET do Chile (THOMPSON, 1997).

institucionalização dos mecanismos democráticos, acaba por reconceituar o papel do Terceiro Setor. De início, eram alternativas no campo da política; já neste momento, o interesse pelas organizações não-governamentais cresce devido ao seu potencial papel funcional na economia. Começa a imperar a visão de um Terceiro Setor que antes era de um setor de mobilização social, transformação e reivindicação e que cede lugar à pressão pela profissionalização no provimento de serviços sociais:

“Profissionalização que, neste caso, significa, na maioria das vezes, a incorporação acrítica e fora do contexto dos instrumentos provenientes do campo empresarial com todo o seu jargão típico do mercantilismo, tais como *marketing*, *management*, *outsourcing*, *merchandising*, *resizing*, e outros do gênero. Desta forma, essas tendências agravam a sua crise de identidade: As organizações do “Terceiro Setor” deveriam funcionar como empresas eficientes no fornecimento de serviços ou deveriam funcionar como organizações portadoras de idéias de transformação e de utopias sociais?” (THOMPSON, 1997, p.46).

Sendo o terceiro setor um fenômeno tão complexo e abrangente, faz-se necessário pontuar alguns dos principais argumentos do debate entre os defensores e os críticos desse tipo de intervenção social.

Alguns argumentos de defesa do terceiro setor como intervenção social

Para o levantamento dos principais argumentos e idéias relativas à defesa do terceiro setor como intervenção social, foram utilizados artigos produzidos por diversos autores que participaram do III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, realizado pelo GIFE em setembro de 1996, no Rio de Janeiro (RJ), sendo que a coletânea destes artigos foi um dos primeiros livros a abordar o tema no Brasil, o que justifica a escolha desta obra para representar os argumentos de defesa deste debate, mas que também impõe a ressalva de todo o idealismo e euforia da época em relação a esse tipo de intervenção. Dentre alguns autores que defendem o terceiro setor como intervenção social, os argumentos encontrados centram-se:

- em críticas em relação ao setor governamental: um Estado com normas impessoais, que deixou como legado “uma burocracia pesada, acostumada a agir no

seu próprio ritmo e no seu próprio interesse” (KISIL, 1997, p.135), que vem diminuindo sua ação social (IOSCHPE, 1997), que é insuficiente para assegurar o acesso aos direitos básicos a todos os cidadãos em países como o Brasil, com uma herança profunda de desigualdade e marginalização (CARDOSO, 1997).

- em críticas em relação ao setor privado e lucrativo: problemas com fatores intrínsecos ao mercado, como a busca do lucro e do ganho pessoal (KISIL, 1997).

- na solução através de um terceiro caminho, o terceiro setor.

Uma sociedade com necessidades cada vez maiores, onde os outros dois modelos anteriores não deram conta de oferecer respostas às demandas sociais e onde cresce a consciência das pessoas de que é necessário posicionar-se ativamente no espaço público, estaria levando a “uma revolução nos papéis sociais tradicionais” (IOSCHPE, 1997, p. II). Surge então a necessidade de um esforço de parceria: entre os Poderes de Estado, e entre esse Estado e a iniciativa privada, de indivíduos, empresas e organizações comunitárias não-governamentais e não-lucrativas” (KISIL, 1997). Assim, o terceiro setor seria um setor cujas ações visam o interesse público, distinguindo-se assim do setor público e das atividades lucrativas, não se submetendo assim à lógica do mercado e nem à lógica governamental. Para Falcão (1997), ele não visa nem mesmo o poder. Dentro dessa perspectiva, “o fortalecimento da sociedade civil e de sua atuação no campo do desenvolvimento social é o caminho correto para que possamos superar essa herança pesada de injustiça e exclusão” (CARDOSO, 1997, p.10). Para Thompson (1997), se existe um ponto em comum entre as organizações que compõem o terceiro setor é o de colocar as pessoas, o social, no centro do cenário.

Fernandes (1997) caracteriza o Terceiro Setor como:

“...composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (FERNANDES, 1995 e 1996 apud FERNANDES, 1997, p.27)¹⁴.

¹⁴ FERNANDES, R.C. (1995) Elos de uma Cidadania Planetária. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, ANPOCS.

O autor afirma que essa definição pode soar estranhamente, visto que combina palavras de contextos simbólicos e épocas diversas, incluindo uma história de divergências entre os termos (a filantropia já se contrapôs à caridade e a cidadania ao mecenato). Entretanto, para ele as diferenças ainda são importantes, mas estão em processo de mutação, dando lugar a “um jogo complexo e instável de oposições e complementaridades” (FERNANDES, 1997, p.27).

Por não resultarem de uma ação governamental e se o lucro lhes é proibido, para Fernandes (1997) a criação dessas organizações é “fruto de um puro ato de vontade de seus fundadores (...) e duram no tempo em grande medida graças a um conjunto complexo de adesões e contribuições igualmente voluntárias” (p. 25). O terceiro setor seria “...um projeto que poderia parecer utópico se já não fosse uma prática estabelecida: para além do Estado e do mercado, trata-se da busca (...) pela Justiça Social” (IOSCHPE, 1997, p. V).

Kisil (1997) classifica as organizações do terceiro setor em três categorias, de acordo com o tipo de atividade que realizam em maior número: organizações de advocacia (defendem interesses ou lutam por objetivos específicos); organizações de caráter técnico (que dão informações, consultoria e acesso a tecnologias, objetivando ajudar grupos sociais); e as organizações prestadoras de serviço (que desenvolvem serviços para atender as necessidades humanas básicas).

Para Cardoso (1997), o terceiro setor rompe com a dicotomia público/privado, sendo um campo marcado por uma grande diversidade de atores e formas de organização:

“Na década de 80, foram as ONGs que, articulando recursos e experiências na base da sociedade, ganharam visibilidade enquanto novos espaços de participação cidadã. Hoje percebemos que o conceito de Terceiro Setor é bem mais abrangente. Inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de grupos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio-ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Engloba as múltiplas experiências de trabalho voluntário, pelas quais

(1996) Privado, Porém Público – O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais. Mais recentemente temos observado o fenômeno crescente da filantropia empresarial, pelo qual as empresas concretizam sua responsabilidade e compromisso com a melhoria da comunidade.” (CARDOSO, 1997, p. 8)

Cardoso (1997) afirma que governo (com a lógica governamental pautada pela permanência e universalidade de políticas públicas) e sociedade (marcada pela lógica da sociedade civil, onde há a defesa de interesses específicos e experimentação de formas inovadoras de ação) estão aprendendo juntos a identificar o que cada um faz de melhor, sem uma confusão de papéis, sem abdicação da autonomia e responsabilidade inerente a cada parceiro, e sem que haja qualquer intenção de uma substituição ao poder da área governamental ou às múltiplas iniciativas da sociedade civil. Para a autora, há regras e modos de atuação que só se constroem através da ação e experimentação, o que seria uma das facilidades do Terceiro Setor que precisaria ser aprendida pelo governo. Assim, este setor nos ofereceria “modelos de trabalho que representam modos mais eficazes de resolver problemas sociais”(CARDOSO, 1997, p. 10). Ou, como afirma Kisil (1997), essas organizações passam a dar incentivo às iniciativas locais “de maneira ágil, apropriada e pronta (...) criando um ambiente favorável ao desenvolvimento” (p.135). Essa superioridade do Terceiro Setor justificaria um esforço de convencer os legisladores de que a comunidade saberá usar o dinheiro da nação de maneira mais eficaz que os governos em projetos que estiverem ao seu alcance, o que poderia ser feito através de “apoio governamental ativo, como também de renúncia fiscal desburocratizada, fácil de usar e ampla” (ANDRADE, 1997, p.80).

Fernandes (1997) afirma que recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia de sociedade civil serviu para destacar um espaço próprio e não-governamental de participação nas causas coletivas, onde indivíduos e instituições particulares exerceriam sua cidadania de forma direta e autônoma. Estar na sociedade civil daria um sentido de pertença cidadã , num plano simbólico, anterior ao obtido pelo pertencimento político dado pela mediação dos órgãos do governo.

Para Marcovitch (1997) o desenvolvimento do país necessita de uma sociedade pluralista e coesa, e as alternativas do Estado provedor ou do Estado desenvolvimentista demonstraram suas limitações. A lógica do poder, segundo ele,

tem sufocado a lógica dos resultados. Uma abordagem abrangente em busca da coesão social, enfrentaria necessidades materiais e não-materiais, ou seja, o acesso ao mercado através de uma remuneração decorrente do trabalho e o acesso à cidadania através de direitos e responsabilidades civis e políticas. Dessa maneira, ele considera que se a presença do Estado é imprescindível, as entidades criadas por iniciativas de grupos de cidadãos mobilizados são também necessárias para a defesa de uma causa social. Tais iniciativas até mesmo reforçariam o papel do Estado porque constituem um foco de influência política rumo à coesão social.

Apesar de componentes tão distintos, Fernandes (1997) aponta quatro razões para agrupá-los dentro do mesmo nome, Terceiro Setor:

- *Faz contraponto às ações do governo.* Os bens e serviços públicos resultam não apenas da atuação do Estado, mas também de diversas iniciativas particulares. Além disso, para o autor não há serviço público que não possa em alguma medida ser trabalhado pelas iniciativas particulares.

- *Faz contraponto às ações do mercado.* Viabiliza o campo dos interesses coletivos para a iniciativa individual, o que tradicionalmente era feito por instituições religiosas (que transformavam em serviços os apoios recebidos) ou em disputas eleitorais (que atraía contribuições voluntárias via militância ou doação de recursos). Nos dois casos, a participação individual encontrava-se mediada por megainstituições, como a Igreja ou o Estado. O Terceiro Setor sinaliza que o mercado gera demandas que não consegue resolver, utilizando recursos humanos, simbólicos e ambientais que não consegue repor.

- *Empresta um sentido maior aos elementos que o compõem.* Realça o valor político e econômico das ações voluntárias, sem fins lucrativos. Dignifica iniciativas que haviam caído em desuso e em desprezo, como as que se reportam aos valores da caridade. Legitima ações que eram consideradas como perigosas e subversivas, como as ações de protesto dos grupos de interesses particulares. A participação do cidadão passa a ser vista como necessária à consolidação das instituições. Estimula o desenvolvimento da filantropia empresarial e difunde a idéia do voluntariado como expressão de cidadania, acessível a todos e indispensável à resolução dos problemas de interesse comum.

- *Projeta uma visão integradora da vida pública.* Enfatiza a complementaridade entre ações públicas e privadas. Sem o Estado, o Terceiro Setor sucumbiria na anarquia e se fragmentaria. É o sistema legal instituído e mantido pelo

Estado que esclarece os limites das ações voluntárias consideradas legítimas. O Terceiro Setor não é capaz de regulamentar-se segundo normas de aceitação universal, carecendo de mecanismos de representação geral, não havendo em seu interior quem possa falar e agir em nome de todos. Além disso, interessa ao Terceiro Setor que o Estado seja eficaz na execução dos serviços públicos, sendo que a cobrança de ações do governo é uma das atividades características das ONGs. Também é importante ressaltar que se não houvesse a autonomia do mercado não haveria a autonomia das organizações sem fins lucrativos. O Terceiro Setor pode ser sem fins lucrativos porque supõe a existência do lucro em outro plano.¹⁵ A propriedade privada é uma pedra fundamental na sustentação da autonomia da sociedade civil ante o Estado. Por outro lado, não se caracteriza por investimentos intensivos de capital, e sim pelo uso extensivo do trabalho, sendo mais rico em eficácia simbólica do que em resultados quantitativos. A dinâmica do terceiro setor é complementar também à dinâmica do mercado, marcando suas insuficiências, denunciando os abusos, assimilando suas inovações e direcionando-as para áreas desprezadas pelo mercado. A complementaridade entre os três setores, porém, não exclui conflitos, que devem ser resolvidos na dinâmica social. Ela pode dar-se ou não, pode ser mais ou menos eficaz, mas é possível e desejável (FERNANDES, 1997).

A tabela abaixo, elaborada por Kisil (1997), mostra como os três setores podem contribuir com o desenvolvimento, numa abordagem que poderíamos chamar de conciliatória. Porém, o autor não nega a existência de conflitos e lutas pelo poder durante este processo.

Abordagens combinadas para o desenvolvimento da comunidade (KISIL, 1997)

	Governo	Mercado	Terceiro Setor
Mecanismo principal	Estruturas democráticas	Interações de mercado	Associações voluntárias
Tomada de decisão	Funcionários eleitos, administradores	Produtores individuais, consumidores, investidores	Líderes e membros
Guias para comportamento	Regulamentos	Preços	Acordos
Critérios para tomada de decisão	Política	Eficiência	Interesse dos membros
Modo de operação	De cima para baixo	Individualista	De baixo para cima

¹⁵ Para Fernandes (1997) “o conceito não fazia sentido nos países socialistas totalitários onde a vida pública era absorvida por inteiro pelo Estado; mas, em contraste, sobreviveu (e até cresceu) sob o autoritarismo militar latino-americano, o qual se apoiava economicamente no mercado” (FERNANDES, 1997, p.32).

Kisil (1997) afirma que em se tratando de países em desenvolvimento, há muitas diferenças tanto entre como dentro destes países, sendo que a mais significativa corresponde à oportunidade que as pessoas têm de decidirem sobre suas vidas, influenciarem decisões públicas e participar de atividades que interfiram em sua qualidade de vida. O autor defende assim que, para um desenvolvimento sustentável¹⁶, é necessário a participação de cada cidadão; que haja organizações sociais que sejam responsáveis e receptivas a seus membros; que a diversidade de interesses de cada sociedade exija uma variedade de organizações e que uma forma de colaboração entre estas organizações é necessária para o processo de desenvolvimento, sendo que isto dependerá da experiência local de cada comunidade, das tarefas a serem concretizadas e do meio político-administrativo-econômico¹⁷.

O autor discute quais elementos contribuem para a sustentação do processo de desenvolvimento, identificados a partir da experiência em iniciativas de base comunitária ou projetos comunitários de desenvolvimento. Assim, pensa ser necessário identificar o processo de institucionalização das idéias e ações que melhoram a qualidade de vida de um número restrito de pessoas dentro de uma comunidade e como estes projetos podem influenciar mudanças sistêmicas, através de políticas públicas que se ampliem a todos os cidadãos de um país (KISIL, 1997).

Kisil (1997) aponta que há dois tipos básicos de mudanças, estrutural e cíclica, segundo Martel¹⁸. A estrutural é uma transformação fundamental a partir de um estado anterior que resulta numa mudança da qualidade essencial, sendo irreversível e exigindo um ajuste permanente. Começa lentamente, depois avança rapidamente até atingir um equilíbrio, quando requererá um novo ajuste estrutural. A mudança cíclica é uma mudança temporária a partir de um estado para o qual provavelmente retornará posteriormente. Elas ocorrem na operação das instituições e não em sua forma. Durante um certo período, seguem um padrão perceptível e flutuante, depois retorna

¹⁶ Ioschpe (1997) afirma que o conceito de sustentabilidade foi originado no debate ecológico dos anos 60 e 70 e tem sido utilizado na área social para referir-se à problemática do desenvolvimento humano a longo prazo. A idéia é que o uso dos recursos hoje não deve reduzir os ganhos no futuro, ou seja, não deve prejudicar as gerações futuras.

¹⁷ Para o autor, também são necessários: investimento público em infraestrutura física e social; um processo político que garanta a participação do cidadão, capacitando os indivíduos e as organizações a identificar e solucionar seus próprios problemas; tecnologias adequadas e o acesso a elas; e existência de instituições e organizações do setor privado e público que sejam eficazes e democráticas (KISIL, 1997).

¹⁸ MARTEL, L. *Mastering Change*, Simon e Schuster, New York, 1986.

ao estado anterior. Dessa maneira, as mudanças propostas nas comunidades por projetos de desenvolvimento, podem ser desses dois tipos, sendo importante estabelecer o potencial de sustentabilidade da idéia (KISIL, 1997).

Para Marcovitch (1997), a fragilidade de muitas dessas organizações do terceiro setor levam ao desaparecimento destas muito precocemente:

“A informalidade, tão útil nos primeiros passos de uma associação de interesse público, torna-se rapidamente uma ameaça à sua perenidade. O ideal generoso e altruísta presente na sua criação deve ser acompanhado pela visão gerencial e por rigor financeiro para a obtenção dos frutos almejados. Estatutos, plano diretor, relatórios periódicos, avaliação externa podem inserir-se naturalmente no dia-a-dia da entidade. O receio da burocratização é compreensível, já que ela sufoca a inovação, mas a ausência de procedimentos para a ação atomiza o sistema de valores humanos que sustentou o nascimento da iniciativa” (MARCOVITCH, 1997, p. 122)

Assim, segundo ele, a organização da sociedade em iniciativas de interesse público, deve evitar identificá-las como atividades voluntárias não-profissionalizantes ou caricaturar os setores público e privado. Ao contrário, deve “buscar uma harmonia que coloque a eficiência empresarial a serviço de objetivos sociais (...), promovendo atividades socialmente úteis, economicamente viáveis e profissionalmente recompensadas” (MARCOVITCH, 1997, p.125). O agente do terceiro setor, dentro de sua perspectiva, deve “defender a cooperação, a solidariedade, a equidade, mas também a competência, a responsabilidade e o rigor econômico” (p.127). Dentre os fatores que Marcovitch cita como inibidores do desenvolvimento do setor, encontram-se: institucionalização precária, poucos recursos financeiros, falta de capacitação técnica e gerencial, escassez de dados de acompanhamento, carência de sistematização de informações, pouca aptidão para a articulação institucional.

Salamon (1997) afirma que o terceiro setor existe como idéia, conceito ou ideal; como realidade (através rede de instituições sociais concretas); e como ideologia, sendo que ele acredita que esta última substituiu as outras duas faces para muitas pessoas. Dentro dessa ideologia, o autor menciona e questiona alguns mitos levantados sobre o setor: o mito da insignificância ou incompetência do setor (ações amadoras que não alterariam os problemas da sociedade); o mito do voluntarismo (a

noção de que o setor deveria apoiar-se somente no trabalho voluntário e na caridade privada, pois são formas de ação mais puras e eficientes que o Estado); o mito da virtude pura (a noção de que o setor tem como natureza propósitos essencialmente públicos, sendo responsáveis pelas camadas necessitadas e obedientes a normas democráticas – o que costuma gerar dramatizações sobre as diferenças dessas organizações e do Estado); e o mito da imaculada concepção (baseado na idéia de que a filantropia e o voluntariado são fenômenos novos em quase todo o mundo e de que a construção de um terceiro setor pode ocorrer em solo virgem copiando modelos de fora livremente).

Ele coloca que parte todos esses mitos têm uma parcela de verdade, visto que as organizações sem fins lucrativos já tiveram problemas de eficiência; a filantropia e o voluntariado são importantes para a saúde e independência desse setor; tais organizações encarnam muitas vezes os valores de solicitude e democracia e tradições de filantropia se desgastaram em muitos cenários. Porém, o autor refuta todos eles. As organizações estão longe de serem ineficientes, sendo ágeis e flexíveis em suas ações; o mito do voluntarismo é facilmente refutado com as constatações de que em países como a Alemanha e a França, o Estado chega a contribuir com mais de 60% da renda das organizações sem fins lucrativos; assim como os outros dois mitos, visto que as organizações do terceiro setor também são vulneráveis às mesmas limitações de outras instituições burocráticas, como rotina, falta de receptividade, morosidade, procedimentos antidemocráticos, controle hierárquico e mau uso das organizações para ganho pessoal. Além disso, as organizações do Terceiro Setor não são uma invenção americana, pois tradições de caridade e altruísmo existiram em quase todas as sociedades. O autor também questiona o ponto de que é preciso redefinir o conceito de sociedade civil, pois ela não é aplicável unicamente ao Terceiro Setor e deve ser aplicado às relações entre setores, em posturas colaborativas (SALAMON, 1997).

Para consolidar as bases da filantropia, deve-se divulgar “o conceito de que a doação privada constitui uma obrigação de todos e não apenas dos ricos” (SALAMON, 1997, p.106)

Falcão (1997) afirma que dentre os fatores responsáveis pelo desenvolvimento do Terceiro Setor podemos encontrar: a redefinição da natureza e funções do Estado moderno; a progressiva implementação da democracia participativa, que complementa a democracia representativa; a expansão do setor de serviços da economia, onde atua a imensa maioria das ONGs, fundações e associações

comunitárias; e um último fator (que seria peculiar ao nosso país), que seria o fortalecimento da sociedade civil como ator político e econômico, possível com o regime democrático e a Constituição de 1988. Desta maneira, não se poderia desvincular o crescimento do Terceiro Setor da consolidação da democracia.

O autor faz uma comparação entre o terceiro setor e a imprensa, afirmando que as diferenças básicas são que o terceiro setor, não visando nem o lucro e nem o poder, tem um fim eminentemente público, sendo que “sua razão de ser é a possibilidade – ideal, utopia ou ilusão, não importa – de poder contribuir para solucionar alguns dos problemas brasileiros” (FALCÃO, 1997, p.160), tendo assim como foco a proposição e não a crítica, como no caso da imprensa. Para a imprensa, interessaria mais o problema, a catástrofe, a polêmica em lugar do consenso. O autor afirma que a imprensa tem prestado inúmeras contribuições ao Terceiro Setor e que algumas das organizações do Terceiro Setor:

“... percebendo esta preferência da imprensa, se especializaram em ações espetaculares. (...) Sobretudo se considerarmos que um dos instrumentos absolutamente indispensáveis para a maioria das iniciativas do Terceiro Setor é a capacidade de mobilizar pessoas. De mobilizar a sociedade civil. A utilização de nomes famosos em campanhas do Terceiro Setor é, aliás, pelas pesquisas realizadas nos Estados Unidos, um dos principais fatores de seu sucesso” (FALCÃO, 1997, p. 161)

Andrade (1997) aponta para o problema da corrupção entre algumas organizações “pseudobeneficentes” e diz que essa distorção se torna mais tentadora com os atrativos da renúncia fiscal ou da ajuda ativa do governo, que acaba sendo “geradora de escândalos altamente publicizados, sendo um dos fatores que dificultam a introdução de uma nova cultura de cidadania participativa em nosso meio” (p.78).

O autor coloca que outro problema enfrentado pelo Terceiro Setor é a confusão que se faz entre este e a caridade, virtude cristã, que pode ser convertida em ação e benefício da coletividade, mas que não se confunde com a cidadania. O mesmo

ocorre com a filantropia¹⁹, que também se enquadra no Terceiro Setor, mas não o esgota (ANDRADE, 1997).

O terceiro setor tem atraído cada vez mais empresas, que não estão ligadas a ele somente por uma obrigação ou por sua consciência social, mas por sugestões de natureza estratégica. Assim, “será mais palatável a empresa que incorpora uma boa dose de cumplicidade com seu entorno, evidenciada num programa de ação comunitária” (MARTINELLI, 1997, p.81). Para o autor, didaticamente podemos distinguir três estágios principais das empresas: a empresa somente como negócio (na qual o centro de interesses é o investidor e o lema pode ser resumido em “o lucro a qualquer custo”); a empresa como organização social (formada por um grupo de pessoas numa relação de interdependência com ela); e a empresa-cidadã, que opera em uma concepção estratégica e um compromisso ético, “resultando na satisfação das expectativas e respeito aos direitos dos parceiros. Com esse procedimento, acaba por criar uma cadeia de eficácia, e o lucro nada mais é do que o prêmio da eficácia” (MARTINELLI, 1997, p.83). Assim, para o autor, as empresas podem relacionar-se com a sociedade de três modos: numa atitude predatória ou exploradora, numa atitude neutra, ou numa posição pró-ativa, que é a da empresa-cidadã.

Entretanto, o autor faz alguns alertas. Enquanto a empresa age como segundo setor, utiliza práticas comerciais (como marketing, promoção, publicidade) com objetivos econômicos. Já os recursos mobilizados para causas sociais, devem utilizar-se de instrumentos sociais²⁰. Ocorre então a formação de campanhas que podem ser batizadas de “marqueteiras”:

“Parte-se de uma boa causa, selecionada por seu apelo sobre as pessoas. Porém, seu mecanismo indisfarçadamente comercial chega a resvalar para uma espécie de chantagem emocional. Por lógica, essa prática significaria o uso do social, do bem comum com objetivos econômicos, de interesse particular (...)” (MARTINELLI, 1997, p.85)

¹⁹ Entendida aqui como “o amor ao próximo leigo, geralmente expresso por donativo pecuniário do rico ao pobre, ou às obras que têm como objetivo beneficiar as classes menos favorecidas” (ANDRADE, 1997, p.78)

²⁰ Martinelli (1997) cita trecho do Código de Ética do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas): “As práticas de desenvolvimento social são de natureza distinta e não devem ser confundidas nem usadas como ferramentas de comercialização de bens tangíveis e intangíveis (fins lucrativos) por parte da empresa mantenedora, como são, por exemplo, marketing, promoção de vendas ou patrocínio, nem devem ser confundidas com políticas e procedimentos de recursos humanos, que objetivam o desenvolvimento e o bem-estar da própria força de trabalho, portanto, no interesse da empresa”.

O autor menciona que há diversos ganhos para a empresa através da prática da cidadania empresarial, como valor agregado à imagem da empresa, nova fonte de motivação e treino de liderança para funcionários, consciência coletiva interna e mobilização de recursos disponíveis da empresa (MARTINELLI, 1997).

Outro argumento utilizado para defender o terceiro setor como intervenção social é o fato de que o mundo atual e as transformações produtivas e tecnológicas reduziram drasticamente os postos de trabalho: “A era industrial acabou com a escravidão e a era da informação vai acabar com o trabalho remunerado massificado” (RIFKIN, 1997, p.16). Através de ajustes entre governo, empresários e funcionários (como por exemplo, isenção de impostos para as empresas que diminuíssem as horas de trabalho de seus funcionários para evitar a demissão de uma parcela destes, visto que o trabalho seria dividido) seria possível para este autor libertar as pessoas para que estas “possam restaurar a família e a comunidade e colocar o setor civil novamente no centro da vida de cada país” (RIFKIN, 1997, p.23).

Ainda assim, restariam milhões de desempregados:

“Quem está desempregado em São Paulo não é necessário no mercado, que já está automatizando-se; tampouco é necessário no governo, que já está reduzindo-se; portanto, o caminho a ser seguido deve ser o estabelecimento de uma parceria institucional oficial entre governo e Terceiro Setor (...) para que ele possa ter um emprego numa das milhares e milhares organizações comunitárias ou cooperativas, organizações da Igreja, e deixar que os Estados concedam um vale às organizações não-governamentais para que elas possam prover os desempregados com salários decentes e assim reconstruir as vizinhanças, as comunidades, a sociedade civil. A que outro lugar irão as pessoas se não são necessárias no governo? Elas têm somente duas opções: a comunidade ou a prisão” (RIFKIN, 1997, p. 21)

Cardoso (1997) acredita que uma história de conflito e oposição entre um Estado autoritário e uma sociedade civil denunciadora e reivindicativa gera resistências e preconceitos que precisam ser superados.

Andrade (1997) aponta para a necessidade de buscar o equilíbrio através de um Estado democrático de âmbito reduzido ao essencial, que não se enquadra na esfera da ação dos outros dois setores: economia de mercado globalizada tanto quanto

possível e um Terceiro Setor, eticamente estruturado e abrangente²¹. O autor acredita que o fim do século XX trouxe um clima de otimismo:

“Não mais acreditamos em utopias, nem esperamos um novo advento criado pelos governos através de doutrinas partidárias. (...) O mundo prospera e parece acreditar que a prosperidade será permanente. Os regimes democráticos se generalizam. As economias se globalizam. Parece aberto o caminho da ascensão gradual de todos a uma qualidade de vida decente. O Estado, que foi a grande vedete do século, encolhe-se, encabulado ante os desastres que causou. Discute-se qual a sua verdadeira dimensão, mas a preocupação é antes com o mínimo indispensável que com a magnitude necessária ou tolerável” (ANDRADE, 1997, p.75)

Thompson (1997) acredita que política e economia são os dois campos onde o papel das organizações do Terceiro Setor estão ganhando espaço. Na política, precisa atuar na conquista de direitos e cidadania dos excluídos, enfrentando às vezes o Estado e as empresas. No segundo campo, a prestação de serviços, as regras do mercado serão os orientadores de sua ação, o que pode gerar inclusive a competição econômica com outras entidades. Porém, a sua característica peculiar neste campo deverá ser a natureza não-distributiva de lucro, distinguindo-se do setor privado empresarial. O autor cita os elementos que considera importantes para que o Terceiro Setor possa cumprir seu papel:

“A transparência (ou accountability) nas finanças e na ação, diante de uma vasta corrupção que penetra na maioria das instituições; o interesse e a defesa dos interesses comuns da sociedade, do público, diante de uma cada vez mais exacerbada cultura do privado, do individual; o voluntariado, a solidariedade e a filantropia, como expressões de uma nova cultura que enfatiza “dar” tempo, recursos e talentos para o bem dos demais, acima das práticas cada vez mais obscenas de apropriação ilegítima e do egoísmo; a cidadania participativa e responsável ante a exclusão política e social. Enfim, elementos de uma nova ética, na qual o direito das pessoas à uma vida

²¹ O autor acredita que “o exemplo, ainda que imperfeito, dos Estados Unidos deve ser estudado e imitado do mesmo modo que estudamos e imitamos os sucessos econômicos de nossos vizinhos do norte” (ANDRADE, 1997, p.78).

digna tenha preponderâncias sobre as coisas materiais, o poder e o dinheiro.” (THOMPSON, 1997, p.47 e 48)

Como já foi dito anteriormente, estes argumentos utilizados pelos autores refletem todo o idealismo e euforia da época em relação a esse tipo de intervenção, que continua a ser reproduzido por muitas pessoas. O que temos visto, porém, é que o terceiro setor não se constituiu exatamente como um modo de intervenção que teria revolucionado os papéis sociais. Muitas vezes ele acaba por reproduzir a lógica de dominação e de mercado, mantendo as mesmas estruturas das relações de poder na sociedade e na desigualdade de classes. As intenções daqueles que adentraram a suposta terceira via também nem sempre foram tão nobres como foi previsto por estes autores. Basta lembrarmos da CPI das ONGs, da necessidade de implementação pelo Governo Federal de legislações para maior controle dessas organizações, dos montantes que circulam nesse tipo de atuação, do *boom* do marketing da responsabilidade social. O discurso destes autores também acaba por ignorar o conflito de classes, as relações de poder e os interesses conflitantes no interior da sociedade, através de um discurso conciliador que visaria à harmonia e à justiça social numa sociedade coesa. Além disso, houve também uma terceirização de políticas sociais, principalmente no estado de São Paulo. A idéia da caridade e da filantropia abriram espaço para um novo mercado que movimenta muito dinheiro e emprega muitos profissionais. Aliás, os atores do terceiro setor, muitas vezes englobados no termo sociedade civil, geralmente não pertencem às classes sociais mais baixas e o discurso da participação não é para todos.

Alguns argumentos da crítica do terceiro setor como intervenção social

Para discutir as críticas feitas ao terceiro setor como intervenção social utilizarei como referência-base o autor Carlos Montaña (2007), que desenvolveu uma crítica bastante detalhada, embasada e atual sobre o terceiro setor.

Montaña (2007) compreende o terceiro setor em duas direções: como conceito ideológico e como fenômeno real, que consiste num processo de desresponsabilização do Estado no desmonte e na privatização das políticas públicas, tendo como representantes diversas organizações como ONGs (organizações não-

governamentais), OSFLs (organizações sem fins lucrativos), OSCIPs (organizações da sociedade civil de interesse público), OSCs (organizações da sociedade civil), fundações, instituições filantrópicas, dentre outras.

Soares (in MONTAÑO, 2007), afirma que ainda não ficou claro que as estratégias utilizadas até agora para compensar os estragos causados pelas políticas neoliberais sequer conseguiram minimizá-los. Ela afirma que na América Latina a ortodoxia na formulação e na implementação das políticas neoliberais no campo social foi muito maior do que na maioria dos países capitalistas centrais, sobretudo os europeus. Pela fragilidade ou inexistência de um Estado de Bem-Estar Social na maioria dos países latino-americanos, o desmonte das políticas sociais foi mais fácil e devastador.

“... ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres.” (SOARES, 2007, p. 12)

A autora afirma que a versão mais “sofisticada” dessa concepção é o chamado “Terceiro Setor”, dominado por organizações não – governamentais que são bancadas por recursos públicos, visto que a maioria dessas organizações é financiada por governos: “Independente de suas boas intenções, a maioria delas, por políticas explícitas por parte dos próprios governos, vem assumindo um papel substitutivo ao Estado, sobretudo naqueles lugares mais pobres e afastados, de onde o Estado ou se retirou ou simplesmente não existia” (p. 12).

Esse caráter substitutivo do papel do Estado evidencia a fragmentação das ações e seu caráter emergencial e provisório. Programas nacionais e regionais são substituídos por iniciativas locais que não dão cobertura suficiente ao problema, tendo um impacto quase nulo quando se trata de grandes contingentes. Aliados a isso, estão os movimentos de descentralização e privatização dos serviços públicos (SOARES, 2007).

Montaño (2007) afirma que o debate ideológico sobre o terceiro setor, que encobre na verdade o fenômeno real de desarticulação do padrão de resposta estatal às seqüelas da “questão social” desenvolvido a partir da luta de classes no Welfare State:

“...induz a uma postura desintegradora da realidade e a uma perspectiva possibilista da mudança social, acreditando em inférteis processos de oposição sociedade civil/Estado, na ilusória co-participação do empresariado (com “consciência social”) com a população na atividade social/assistencial, ou até na utopista idéia de um processo democratizador/transformador desenvolvido na “sociedade civil”, com independência da dinâmica econômica e política que ocorre no Estado, no mercado, na indústria” (MONTAÑO, 2007, p.259)

Para ele, no debate ideológico do terceiro setor há uma localização e trivialização da “questão social” e uma auto-responsabilização dos sujeitos, ao deslocar a responsabilidade estatal e a ética do direito universal à cotidianidade individual dos sujeitos na esfera da sociedade civil.

“...para os diversos autores do “terceiro setor” a “vida cotidiana” da sociedade civil acaba por ser considerada instância exclusiva de liberdade, de desalienação, de emancipação, de agir comunicativo, de aprendizagem participacionista, de desenvolvimento da democracia, de atividade vital, autônoma, livre, sem os constrangimentos do “sistema” e da racionalidade instrumental do Estado e do mercado. (...) Tão equivocado é identificar sumariamente o cotidiano como mero espaço de dominação, de alienação, como também o é conceituá-lo diretamente como âmbito imaculado da emancipação, da desalienação. A esfera da cotidianidade é, substancialmente, e por sua natureza, uma permanente arena de disputa, de lutas individuais e sociais, pontuais ou gerais, setoriais ou classistas, emergenciais e imediatas ou estruturais e mediatizadas” ((MONTAÑO, 2007, p.262).

Para o autor, há necessidade de articulação das lutas sociais gerais, mas sem perder de vista a centralidade nas contradições das classes sociais que perpassam todas as arenas de lutas. Assim, o autor afasta a idéia de que se deve descartar as lutas na sociedade civil, visto que uma sociedade civil desarticulada e apática favorece o controle hegemônico dos setores sociais como o Estado ou o mercado: “Um sistema social sem a ativa participação dos setores progressistas, populares, trabalhistas,

subalternos, explorados, remete a uma ordem congelada e inteiramente dominada pelas elites sociais” (MONTAÑO, 2007, p.263). Assim, as lutas na sociedade civil são necessárias, imprescindíveis, mas insuficientes.

Este debate sobre o terceiro setor, segundo o autor, acabaria por ignorar o Estado, o mercado e a produção como arena das mesmas lutas sociais que se processam na sociedade civil e desconsidera particularmente o Estado democrático e de Direito como horizonte particular das lutas naquela esfera social. Perde-se a dimensão de lutas e confrontos, substituindo-a por idéias de consenso, parceria, bem comum e entendimento, subtraindo-se a visão da sociedade civil como espaço tenso e contraditório, considerando “as organizações da sociedade civil como articuladas num mesmo interesse, o de promover o bem geral da população” (MONTAÑO, 2007, p.264).

Para Petras e Veltmeyer (2001) as ONGs, em certo sentido, podem ser rotuladas de “agentes do imperialismo”, visto que acabam sendo braços ou agentes do Banco Mundial, de órgãos de ajuda bilateral ou do próprio governo. Longe de ser o elo entre transformação produtiva e justiça, a participação popular em tomadas de decisão acaba sendo uma armadilha planejada por agentes do desenvolvimento capitalista neoliberal:

“O modo como esta armadilha funcionou – e funciona – é que as organizações de base, através da intermediação das ONGs, são incorporadas no processo decisório a nível local sob a condição de que tal participação se restrinja a questões que sejam locais em sua finalidade e efeito. Assim, associações civis e de vizinhança são convidadas a “participar” em decisões sobre como gastar recursos disponíveis para mitigação da pobreza. Em troca dessa participação, as políticas macroeconômicas permanecem nas mãos do governo central e todas as organizações, quer sejam sindicatos ou movimentos sociais baseados em classe com um programa anti-sistêmico e antiestatal, são desarticuladas ou destruídas, muitas vezes com a cumplicidade dos intelectuais e consultores no setor das ONGs.” (PETRAS e VELTMEYER, 2001, p.109).

Assim, para os autores, vários desses projetos aumentaram a participação popular em vários contextos distintos, porém somente em questões puramente locais, com recursos quase sempre insuficientes e pouca capacidade institucional para

administrar e absorver os recursos. Ainda na maioria dos casos, os recursos e os processos decisórios acabam sendo controlados e manipulados pelas elites locais, como a classe dominante faz a nível nacional, proliferando novas formas de clientelismo (PETRAS e VELTMEYER, 2001).

3. Método de Pesquisa

A partir deste referencial, buscou-se um método no qual fosse possível estudar o processo complexo como a dialética exclusão/inclusão, compreendendo a produção de subjetividade relacionada a este. A metodologia utilizada seguirá os princípios de Vygotsky, construindo-se núcleos de significação do discurso através da análise dos sentidos, que serão levantados por meio da palavra, buscando-se não somente a descrição, mas também a explicação dos fenômenos que são objetos desse estudo.

“Por meio da palavra, podemos apreender os aspectos cognitivos/afetivos/volitivos constitutivos da subjetividade, sem esquecer que tal subjetividade e, portanto, os sentidos produzidos pelos indivíduos são sociais e históricos” (AGUIAR, 2007, p. 131).

Na descrição do método serão utilizados tanto dados referentes ao período de estágio desenvolvido na comunidade como dados coletados posteriormente para o presente estudo.

Primeiramente, serão descritos os dados referentes ao período de estágio, que serviram de base para o levantamento deste problema de pesquisa, correspondem à minha trajetória na comunidade e forneceram informações que embasaram também a análise. Estes primeiros dados abarcaram os itens de caracterização da comunidade; elementos da história de Paraisópolis, da União dos Moradores e do Fórum de Multientidades; minha história de atuação na comunidade no período do estágio, compreendendo também o relato de minha vivência diante da desigualdade existente em Paraisópolis.

Nessa primeira parte também foram incluídas as entrevistas realizadas com líderes comunitários sobre a participação popular em Paraisópolis. Apesar destas terem sido realizadas já no momento do presente estudo, considerou-se que se tratam de dados de referência e não propriamente de falas dos sujeitos desta pesquisa obtidos através das entrevistas.

Após o levantamento destes dados, descreveu-se como este processo suscitou o presente problema de pesquisa e descreveu-se o segundo momento do trabalho onde foram realizadas as entrevistas com moradores que não participam das organizações e com representantes destas, em busca dos sentidos da não-participação.

3.1. Caracterização da comunidade de Paraisópolis

Segundo dados da Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo, Paraisópolis possui cerca de 80 mil habitantes, mais de 17 mil domicílios e quase 800 mil metros quadrados. Pertence à subprefeitura de Campo Limpo e ao distrito de Vila Andrade. Divide-se em cinco regiões (Centro, Antonico, Brejo, Grotão e Grotinho), sendo estas últimas três consideradas como mais pobres pela população. A comunidade está localizada ao lado de um dos bairros mais ricos da cidade de São Paulo, o Morumbi, sublinhando ainda mais o contraste e a desigualdade social. Por ter essa característica, a favela conta com a atuação de diversas entidades²² (sendo subdivididos entre estas cerca de 60 projetos), que vão configurando as relações estabelecidas nesse território e sendo construídas por estas. Além disso, notou-se que a população é diversificada em relação à condição econômica (variando as construções lá presentes, por exemplo, de madeira ou papelão até casas de alvenaria com eletrodomésticos modernos), o que possivelmente está relacionado ao processo de exclusão/inclusão da população. Segundo informação de moradores, Paraisópolis tem o metro quadrado mais caro de favela em São Paulo. Um sobrado de 50 metros quadrados custa por volta de 20 mil reais. D'Andrea (2005) considera que Paraisópolis é um lugar atípico com uma significativa “estrutura de oportunidades” tendo em vista o conjunto das favelas da região metropolitana de São Paulo. Para ele, a precariedade de Paraisópolis é compreendida em um contexto de relativas oportunidades e relativa segregação social, com possibilidade de acesso a algum consumo, assistência social e ocupação, mesmo que precários, limitados e informais. Mais dados sobre a comunidade podem ser encontrados no anexo III.

3.2. Resgatando a história

• A história da comunidade

Para conhecer a história desta comunidade, conversei com diversas pessoas e busquei alguns registros presentes em algumas entidades. O ex-presidente da União

²² A lista contendo todas as entidades e respectivos projetos encontra-se no anexo II.

dos Moradores (presidente na época do estágio), José Rolim, contou que a região era ocupada por uma antiga fazenda de plantação de chá e que em 1922 foi feito o loteamento de partes dessa fazenda. Alguns lotes não estavam sendo totalmente ocupados e houve uma invasão de japoneses e paulistas que ocuparam alguns deles. A sede da fazenda é a atual Casa da Fazenda do Morumbi. Em 1947 houve a chegada dos nordestinos, que vieram para trabalhar em diversas construções. Muitos deles eram contatados na Estação da Luz quando chegavam em São Paulo e imediatamente eram levados para trabalhar em diversas obras, como na construção do Estádio do Morumbi e do Hospital Albert Einstein. Como não havia alojamento para todos, eles construíam seus barracos nesses lotes e aos poucos traziam suas famílias do nordeste. Desta maneira, eles consideram que a comunidade existe há 62 anos.

Assim, logo em seu início, a população da comunidade já foi incluída por uma relação de dominação e exploração, visto que tinham sua mão-de-obra explorada para construir, no caso do Einstein, por exemplo, um serviço do qual não podia usufruir.

- **A história da União dos Moradores**

Segundo informações também do ex-presidente José Rolim, a União foi formada em 1983 por três moradores: Maria Bethânia e dois homens chamados Cícero. A sede era apenas “uns barracos de madeira e havia muito mato à sua volta” (sic). Ao longo do tempo, a sede foi se transformando no que ela é hoje. A luta dos moradores começou quando Paulo Maluf era governador de São Paulo e estava querendo desapropriar a área para a construção de alguma obra. Nessa época, Mário Covas era prefeito de São Paulo. Assim, a luta inicial era impedir que fosse feita a desocupação dos lotes e a União servia como espaço de informação e articulação dos moradores. Por fim, venceram essa batalha.

Explicou-me também sobre o decreto fundiário, que para ele “resolveu o problema da ocupação e da briga pela posse” (sic). A maioria dos moradores de Paraisópolis construiu suas casas (assim como a União), num terreno que não era deles. Assim, muitos desses terrenos têm donos, o que gera conflitos. Agora, se o dono do terreno estiver com os IPTUs quitados, ele recebe um certificado de potencial construtivo, que pode ser usado ou vendido a grandes construtoras. Esse certificado dá direito ao proprietário de construir em outras áreas. Se o dono não paga o IPTU, agora ele pode doar o terreno, o que antes não podia ser feito. Também foi feito um decreto

sobre as áreas vazias do entorno (que seriam zonas de interesse social) e que serão utilizadas para a construção dos CDHU, através também da emissão dos tais certificados.

José Rolim envolveu-se no movimento da União em 1983, quando tinha 20 anos de idade. Em 1992 entrou como diretor e em 1997 tornou-se presidente e exerceu o cargo até 2007, quando foi substituído pelo atual presidente, Gilson Rodrigues. Já venceu seis eleições, com voto direto e não obrigatório. Primeiramente o período do mandato era de um ano, depois passou para dois e agora é de três anos.

Sobre a história das lutas da União, ele afirmou que a maioria delas concentrou-se nas questões de moradia e educação, incluindo ações contra governantes que deixaram de cumprir seu papel. Citou principalmente a luta para construção de escolas na comunidade. Ressalta que “tudo que aconteceu em Paraisópolis, passou pela União dos Moradores” (sic).

Atualmente, a União dos Moradores funciona de segunda a sábado, das 9 às 22 horas. Sua equipe é constituída pelo presidente, vice-presidente, onze diretores, uma secretária (a única que recebe uma bolsa auxílio por seu trabalho), uma jovem que dá aulas de reforço, uma senhora da limpeza, cinco voluntárias que trabalham na cozinha, dois homens que ajudam com serviços gerais e uma garota que organiza bazares para arrecadar fundos para a associação e busca contribuição das famílias dos diretores.

A União dos Moradores se estrutura apenas por meio de doações. Segundo o atual presidente, há mil pessoas cadastradas como membros dessa entidade, sendo que todos deveriam contribuir com R\$1,00, porém apenas nove pessoas pagam essa contribuição. A União também conta com doações de um supermercado para o projeto Paraisópolis Sem Fome.

Gilson Rodrigues, que era vice-presidente da União, na época do estágio me disse que a associação estava sem dinheiro, inclusive com o telefone cortado. Lá todos são voluntários, apenas a secretária recebia um salário “bem baixo”(sic). Como as entidades já ajudam, eles acham que “não dá pra pedir mais dinheiro pra associação se eles já tem o projeto e ajudam em outro espaço”(sic). Como nos informaram, há mais de 60 projetos e muitas empresas atuando na região. E o núcleo dessa comunidade é a associação, que muitas vezes fica totalmente sem verbas e contando sempre com o trabalho voluntário dos moradores. Isso me pareceu curioso. Penso que, para promover a autonomia dessa comunidade, seria interessante fortalecer essa

liderança, esse núcleo. Como pode ter tantos projetos e investimentos na comunidade e a associação ficar com o telefone cortado por falta de verba?

O público atendido pela União e pelos projetos em que está envolvida é bem diversificado, atendendo de crianças a idosos. Segundo informações do atual presidente, em sua maioria são famílias que recebem de 400 a 500 reais por mês e muitos dos moradores atendidos estão desempregados. Os diretores da União coordenam projetos e atividades, que muitas vezes utilizam os dados cadastrais e CNPJ da União dos Moradores e Comércio de Paraisópolis, ocorrendo muitas vezes fora da sede da associação. Os projetos desenvolvidos na União encontram-se descritos no anexo II.

• **A história do Fórum de Multientidades**

O Fórum de Multientidades é uma reunião mensal entre diversas entidades atuantes na comunidade que é sediada cada vez em uma delas. Não são todas as entidades que participam. A importância do Fórum evidencia-se pela presença de um grande número de projetos na região e pelo fato de ter-se identificado ao longo de meu percurso que muitas vezes não havia articulações entre eles, o que traz diversas consequências que serão discutidas posteriormente.

Segundo o ex-presidente da União dos Moradores, José Rolim, o Fórum de Multientidades começou em 1994 com a iniciativa de Dr. Horácio, que era da Unidade Básica de Saúde (UBS). Buscando um diálogo entre os projetos participantes na comunidade, organizou algumas reuniões que visavam troca de informações do que estava sendo feito dentro dos projetos, identificando também demandas. As organizações atuantes nessa época, segundo Rolim, eram o Mosteiro São Geraldo, o Colégio Pio XII, a União dos Moradores e a Unidade Básica de Saúde. Ele relatou que o Fórum parou de acontecer por cerca de quatro anos, mas não tinha muitas informações sobre isso. Questionado quanto à participação restrita de algumas entidades no Fórum o ex-presidente respondeu: “Treze entidades participando não são poucas. Acontece que os 45 projetos que existem aqui estão dentro dessas treze. Assim, há cerca de 80 % de participação” (sic). Ele também afirma que o objetivo do Fórum é a discussão dos problemas da comunidade.

Segundo informações de um documento fornecido por uma voluntária responsável por uma das entidades da comunidade, o Fórum nasceu da tentativa de

integrar o atendimento à população. Ele não tem vinculação política, religiosa, empresarial ou comercial. Também não possui sede, corpo dirigente e nem hierarquia. As reuniões mensais ocorrem na última quinta-feira de cada mês e o espaço onde elas são realizadas é definido através do rodízio das entidades atuantes. O Fórum foi criado através da iniciativa deste diretor do posto de saúde, que visava esclarecer à população que o posto não era um pronto-socorro e para conceber um sistema de agentes comunitários de saúde. Destas reuniões amadureceu-se a idéia do Fórum de Multientidades, que tem como objetivos: ações conjuntas para a solução de problemas da comunidade, integração dos serviços prestados pelas entidades à população, fortalecimento da União dos Moradores como representante dos interesses da comunidade e organização da população.

As principais dificuldades identificadas neste documento para a realização e eficácia do Fórum é a dificuldade de conciliação das agendas das entidades, a lentidão e o descaso dos órgãos públicos, a dificuldade de articulação com o poder governamental, a dificuldade de mobilização da comunidade devido ao tamanho e a desinformação da população e a falta de participação das igrejas locais.

Conversando com alguns representantes de organizações que participam do Fórum, comentou-se que um dos problemas é a falta de tempo para essa comunicação entre as entidades. Além das organizações darem conta de suas próprias atividades, tem de preocupar-se com essa visão do todo, o que muitas vezes acaba ficando para segundo plano. Sobre a participação da população no Fórum, também comentou-se que a população geralmente não é convidada, por causa dessa falta de tempo e da dificuldade de comunicação com o grande público (com exceção da presença marcante das associações de moradores e de agentes comunitários). Algumas organizações participam com mais frequência, outras tem esta bastante alternada.

Não se obtiveram dados referentes ao início da atuação das organizações na comunidade, porém se acredita que o grande número destas está intimamente ligado ao fato de ser uma região vizinha a um dos bairros mais nobres da cidade. As áreas de atuação dessas organizações compreendem saúde, educação, cultura, esporte e serviços assistenciais como doação de enxovais e entrega de alimentos.

3.3. Minha história de atuação na comunidade

Como já dito anteriormente, o interesse por este estudo se deu a partir da experiência no estágio curricular supervisionado em Psicologia Comunitária realizado em Paraisópolis durante o ano de 2006 para a conclusão do curso de graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie. O estágio teve duração de um ano - os primeiros seis meses dedicados à aproximação e conhecimento da comunidade e os outros seis meses dedicados a um trabalho com agentes comunitários através de oficinas – sendo supervisionado por Rejane Teixeira Coelho, que também faz parte do NEXIN – Núcleo de Estudos Psicossociais da Dialética Exclusão/Inclusão Social da PUC/SP.

O relato e as discussões referentes ao estágio estão sendo considerados como uma primeira parte da pesquisa por diversas razões, dentre elas: 1) através dessa experiência foi possível conhecer algumas relações e dinâmicas da comunidade; 2) nesta experiência surgiram reflexões e considerações que acabaram por suscitar o problema de pesquisa desenvolvido nesta dissertação; 3) explicitam a minha implicação com a problemática durante o processo, indicando meu posicionamento e possibilitando reflexões críticas sobre minha atuação; 4) apontam para uma tentativa de resgate da positividade epistemológica das emoções, não as negando e sim as considerando como constitutivas do processo de conhecer²³; 5) trazem apontamentos metodológicos relevantes, construídos na relação com a comunidade; 6) indicam a importância e a riqueza de experiências como essa na formação dos estudantes de graduação; 7) os dados e reflexões aqui traçados serão fundamentais para a articulação da discussão proposta nesta pesquisa.

Partindo do referencial da psicologia social comunitária²⁴, do conceito de rede social²⁵, participação popular e território²⁶, assim como utilizando o método da pesquisa-ação²⁷, o estágio realizado partiu do pressuposto de que a intervenção do

²³ Essa tentativa é conduzida com base nas reflexões de SAWAIA (2001), que defende que Vygotsky, inspirado em Espinosa, provoca uma revolução na Psicologia mudando a ontologia do fenômeno afetivo. A emoção passa de fenômeno instintivo e negativo para fenômeno ético, propulsor ou inibidor da autonomia. Os afetos são inerentes à condição humana e por consequência à ética, pois determinam a passagem da heteronomia passional à autonomia corporal e intelectual. Mas sua gênese é social, pois mediados pelos significados (SAWAIA, 2001).

²⁴ Segundo Góis (1993), a psicologia comunitária é uma “área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade (...), tendo como seu problema central a transformação do indivíduo em sujeito” (GÓIS, 1993 apud CAMPOS, 2003, p. 11).

²⁵ Reportou-se ao conceito de rede social definido por Bassinet e Bourget (1988, apud Sudbrack 1996) como um sistema de comunicação entre veículos interconectados em suas múltiplas dimensões.

²⁶ O conceito de território utilizado na pesquisa está explicitado mais adiante.

²⁷ Pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os

psicólogo e os objetivos do seu trabalho devem ser construídos com a participação da comunidade, a partir do conhecimento do seu cotidiano, dos seus problemas e de suas necessidades.

Inicialmente deu-se a imersão no território, este sendo compreendido não apenas como o espaço físico, mas intersubjetividade, o que significa a forma como ele é apropriado pelas pessoas, construindo identidade, relações de pertencimento e demarcando relações de poder. Tal conceito revela que as relações sociais se dão em determinado espaço e no decorrer do tempo, assim como afirma Bombardi (2001): “o espaço materializa as relações no decorrer do tempo, tornando-se então território”(p.37). Há uma inter-relação entre fatores históricos, relações sociais no tempo e espaciais, de modo que a sociedade ao interagir com o espaço determina o território.

Como estratégia para conhecer a complexidade dessa realidade, foram realizadas atividades como: contatos informais, participação em reuniões, entrevistas, visitas a diversas entidades e a pontos de referência²⁸ da comunidade. Assim, fui identificando junto com os diversos atores quais eram as demandas e potencialidades que emergiram nessa relação de trabalho. As visitas geralmente eram semanais e ocorreram de março a dezembro de 2006, mas houve ocasiões em que ocorreram mais de uma vez por semana.

A entrada na comunidade deu-se inicialmente através da União dos Moradores e do Comércio da Comunidade, com quem formalizei o contrato do estágio.

A chegada à comunidade já foi bastante interessante. O desembarque numa avenida próxima, cercada de edifícios e comércio de altíssimo padrão, logo desembocava numa rua de igual condição. Ao lado de uma dessas grandes construções, já se encontrava uma casa bem simples, como as que se seguiriam adiante. Fiquei me perguntando como aqueles vizinhos definiriam o nome do bairro onde moram (Morumbi? Paraisópolis?). Penso que nesse caso a nomeação se dá muito além de uma divisão meramente geográfica, na qual o conceito de território já discutido anteriormente dá luz a essa compreensão.

pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, sendo seu planejamento bastante flexível. Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação (THIOLLENT, 2003).

²⁸ Conheci o Castelinho, obra riquíssima de detalhes e referência frequente dos moradores aos visitantes. Trata-se da casa de um morador que é pedreiro e a construiu inspirado na obra de Gaudí.

Logo que entrei na comunidade, pedi informações dentro de um salão de beleza e me foi indicado “um caminho mais longo, porém mais seguro, já que não conhecia o local e poderia me perder indo parar em algum beco, no meio da favela”(sic). Segui as instruções, porém estranhei essa recomendação, que portava uma diferenciação, um estranhamento, uma advertência em relação a algo que parecia não fazer sentido. Sendo eu uma jovem de classe média, compartilhava as ideologias veiculadas pela mídia de massa que sempre pontua as favelas como locais perigosos e homogêneos. A favela como representante de toda privação, sendo geradora e vítima da violência.

Mais algumas pessoas foram consultadas até que chegasse à União dos Moradores. As ruas lá são bastante estreitas e quase não há calçadas, sendo difícil a caminhada até o local. O tráfego é intenso e há muitos carros considerados de classe média, algo que novamente me chamou a atenção, visto que acreditava que numa favela só havia pessoas muito pobres. Há muito comércio e intenso fluxo de pessoas pelas ruas, muitas delas estavam reunidas em grupos e sentadas nas portas das construções. Outro fato que chamou bastante a atenção foi o grande número de crianças na comunidade, andando pelas ruas muitas vezes sozinhas.

Vale mencionar aqui algumas diferenças encontradas em outra ocasião, na minha ida à comunidade em um fim de semana. As ruas estavam muito mais cheias, e pude notar que em apenas um dos quarteirões havia cinco bares com mesas de sinuca, onde todas elas estavam sendo usadas. Em alguns também havia fliperamas, sendo estes recursos de lazer bastante utilizados pelos moradores.

Aos poucos fui percebendo como a noção de território já mencionada anteriormente era relevante para a compreensão da comunidade. A relação com o tempo e com o espaço lá eram também muito diversas da relação que estabeleci com o lugar onde moro, das referências que eu tinha.²⁹

Chegando na União dos Moradores, me deparei com muitas pessoas na porta da associação. Uma senhora estava distribuindo refeições em marmitas e nós fomos

²⁹ Como exemplo de diferenças em relação ao espaço, nota-se que o público e o privado na comunidade são muito mais próximos do que em bairros mais ricos. Casas mais próximas, menos privacidade, maior convivência entre as pessoas. Um caso ilustrativo desse impacto das diferenças foi quando o atual presidente da União recomendou-me que fosse até a casa do ex-presidente, certa vez quando o procurava. Respondi que não queria incomodá-lo na sua residência e ele, com visível estranhamento, respondeu-me que “não tinha problema nenhum, todos iam até a casa dele” (sic). Como exemplo de diferenças em relação ao tempo, pode-se citar os diversos atrasos de alguns representantes da União dos Moradores em nossos encontros previamente marcados e a relação de naturalidade destes diante dos desencontros.

convidadas a entrar dentro da associação. Em todas as nossas visitas todos nos receberam muito bem, perguntando-nos sobre nossas intenções na associação e projetos. Isso foi outro ponto que se destacou nesse primeiro contato e em diversos outros: a receptividade a pessoas de fora da comunidade e a requisição imediata da disponibilidade para oferecer algum tipo de serviço ou ajuda. Este era um indicativo da relação estabelecida entre moradores e visitantes, sendo que a população está habituada ao número de entidades e voluntários presentes.

Em minhas visitas à União dos Moradores conversei com diversas pessoas, todas moradoras da comunidade e participantes das atividades da associação. Esta é uma característica que diferencia esta organização de todas as outras³⁰: ela é feita pelos e para os moradores. Essas pessoas forneceram entrevistas, indicaram-me representantes das organizações atuantes na comunidade, convidaram-me para reuniões e eventos e muitas vezes me acompanharam para conhecer locais da comunidade.

A maioria destas conversas não será relatada por questões éticas, visto que se tratavam muitas vezes de conversas informais com diversos moradores e representantes da época, sendo difícil localizá-los para obter consentimento sobre esta pesquisa. Assim, relatarei apenas conversas que tive com alguns moradores dos quais obtive o consentimento para pesquisa e minhas observações e impressões a partir destes encontros.

Em algumas conversas com participantes da União dos Moradores, houve alguns relatos interessantes quanto ao papel da mídia na comunidade. Contaram-me que quando implantaram o Projeto Einstein na Comunidade, em 1998, saiu apenas uma pequena nota nos jornais. Entretanto, quando houve um homicídio, quatro helicópteros de emissoras sobrevoavam a região. Outro caso relatado que remete a abrangência do alcance midiático foi quando um programa sensacionalista de uma renomada emissora informou que tinha sido decretado toque de recolher em Paraisópolis. Foi uma mentira, mas como muitas pessoas assistiam ao jornal, ninguém saiu de casa. No fim das contas, foi o apresentador quem decretou o toque de recolher... Estes relatos parecem evidenciar como a favela se apresenta na mídia e no imaginário de muitas pessoas: o lugar da violência, só recebendo destaque por isso.

³⁰ Recentemente foi fundada uma nova associação de moradores, a União dos Movimentos em Defesa das Moradias e Melhorias das Comunidades do Complexo Paraisópolis.

Essa é sua maneira de ser incluída no discurso midiático e na preocupação das pessoas, que geralmente dela não se ocupam.

Há uma frase de José Rolim que é quase um lema sobre o contraste social da região: “Não existe um Morumbi bom com uma Paraisópolis ruim” (sic). O ex-presidente, na época de seu mandato, contou-me que freqüentavam o conselho dos moradores do Morumbi, para também discutirem soluções para os problemas da região. Afirmou que muitas vezes há preconceito quanto aos moradores da comunidade. Citou que uma vez houve um assalto na Avenida Giovanni Gronchi e que o assaltante era da Zona Leste. Porém, logo afirmaram, inclusive nos telejornais, que era um morador de Paraisópolis.

Também me intrigou o fato ocorrido em uma entrevista com o vice-presidente da União na época, hoje o atual presidente, que ocorreu na escola de informática da qual é dono, muito próxima da associação. Enquanto Miriam e eu esperávamos por ele, duas garotas que estavam aguardando na mesma sala nos perguntaram: “Vocês não são daqui, né?” (sic). Fiquei me perguntando como elas sabiam que não éramos da comunidade, que diferenças eram tão evidentes num primeiro encontro.

Houve também alguns diálogos significativos com moradores sobre os termos favela/comunidade, sendo que alguns defendiam que Paraisópolis devia ser chamado de favela e outros defendiam o termo comunidade. Muitas vezes quem defendia este último considerava o termo favela pejorativo (ou também uma artimanha para atrair intervenções e investimentos na região); já para outros, o termo favela deveria ser motivo de orgulho.

Esta distinção “eu” (da comunidade)/ “outro” (externo a ela), parece vir carregada de contradição. Ao mesmo tempo em que esse “eu” apareceu em várias situações como motivo de orgulho, parece que este orgulho surge muitas vezes como uma resposta a desqualificação (real ou imaginária) desse “eu” pelo “outro”. Um outro exemplo disso foi quando gentilmente membros da União nos convidaram para almoçar na associação, com o parêntese: “mas a comida é de pobre...”(sic).

Penso ser pertinente analisar minhas reações diante dessas situações. Muitas vezes senti um grande desconforto ao visitar a comunidade e ao conversar com as pessoas. Sentia uma tristeza muito grande pela situação de algumas pessoas com quem conversei e ao mesmo tempo uma culpa e vergonha muito grandes por pertencer a uma classe social privilegiada. Esse mal-estar, muitas vezes, prejudicou minha atuação, me deixando hesitante e constrangida em situações muito simples. No

dia em que recebi um convite para participar do almoço na União, por exemplo, já havia almoçado e não iria permanecer mais tempo na comunidade neste dia. Logo, recusei e agradei, afirmando que já havia almoçado, mas fiquei receosa de minha recusa soar como uma indelicadeza, uma desqualificação “da comida de pobre” (sic) mencionada no convite.

Outra situação bastante ilustrativa desse meu constrangimento foi quando uma moradora voluntária da associação tentou me vender diversos produtos (desde produtos de um real até alguns que custavam mais de mil reais). Essa atitude da moradora me impressionou, porque eu percebi que ela possuía uma representação de minha situação financeira muito longe de ser condizente com a minha realidade (uma estagiária não-remunerada). Ao refletir sobre isso, levei em conta que muitos dos voluntários atuantes na comunidade são provenientes de um dos bairros mais ricos da cidade, seus “vizinhos ricos”. Mesmo assim, me senti muito culpada por não contribuir e acabei comprando um item dos mais baratos. Saí de lá muito pensativa³¹, perguntando-me se esse sentimento e atitude estavam no âmbito do sofrimento ético-político ou se eu já me encontrava envolvida no clima “toma-lá-dá-cá” percebido muitas vezes na comunidade (se estou lá fazendo uma pesquisa ou um estágio, teria que contribuir de alguma forma; se a moradora me forneceu uma entrevista, tenho que retribuir; ou ainda, se pertencço a uma classe social privilegiada, tenho que ao menos colaborar comprando algo que não necessito).

Conversando com alguns moradores e perguntando quais eram as maiores dificuldades encontradas na comunidade, relataram que eram os altos índices de gravidez na pré-adolescência (meninas de até 11 anos grávidas), “reincidência de gravidez” (sic)³², altos índices de doenças sexualmente transmissíveis, problemas de alcoolismo e falta de vagas para crianças nas escolas.

O próximo passo na comunidade foi entrar em contato com algumas das organizações que atuavam na comunidade, para conhecer sua atuação. Visitei seis organizações do terceiro setor, a Unidade Básica de Saúde e a Secretaria de Assistência Social que abrange a área da comunidade. Conforme já relatado anteriormente, como se tratava de um estágio sem fins para pesquisa, não foram

³¹ Nessas e em diversas outras situações, minhas supervisões com Rejane Teixeira Coelho foram fundamentais para acolher, refletir, interpretar e transformar essas afecções.

³² Interessante notar que o termo reincidência é normalmente utilizado no discurso popular para se referir às pessoas que cometem crimes ou atos infracionais mais de uma vez. Isso suscita a hipótese de culpabilização e estigmatização dessas adolescentes.

obtidos termos de consentimento e, logo, as informações não serão utilizadas, apenas minhas impressões que foram relevantes para o delineamento da pesquisa.

Em minha visita às organizações (muitas vezes com minha parceira Miriam Lopes da Costa), havia a necessidade de um foco em algum tipo de problemática e, devido às informações coletadas com os atores da comunidade num primeiro momento, optou-se pelos serviços referentes à questão da mulher e sua relação com a maternidade, enfocando a parte de planejamento familiar e programas de atenção à família. O grande número de mulheres grávidas e com gestações sucessivas que muitas vezes se iniciaram na adolescência, assim como a falta de vagas em creches, foram demandas trazidas pela população e pelas entidades. Nos serviços que freqüentei, deparei-me com um grande número de crianças e de mães nos corredores, muitas delas nas filas de espera para os serviços de saúde.

Além do contato com as entidades do terceiro setor atuantes na comunidade, pensei ser importante contatar um órgão público responsável pelo atendimento à população e que pudesse ser uma central que coordenasse as organizações atuantes ou que tivesse ao menos um registro destas. Entrei em contato com a Secretaria de Serviço Social do Campo Limpo³³, que é responsável pela região que abrange Paraisópolis.

Primeiramente eu pretendia investigar as demandas da comunidade e conhecer os projetos que já são desenvolvidos, e pude perceber que havia poucos projetos conveniados com a SAS, alguns que recebiam verbas da prefeitura. As organizações, mesmo se não forem receber verbas, podem ter o registro e conseguir alguns benefícios, como isenção de impostos. Algumas, mesmo sem registro, recebem alguns benefícios ainda de outros órgãos. Constatei que há uma burocracia muito grande para o registro dessas organizações e que, além disso, não necessariamente os projetos precisam do registro para funcionarem (e assim esses projetos ficam sem nenhuma fiscalização, por não responderem a nenhum órgão). Muito menos se pode assim garantir a qualidade do serviço oferecido.

Dentre algumas razões para as organizações não buscarem o registro, pode-se mencionar a falta de dinheiro destas para implantar as melhorias necessárias e a falta

³³ A SAS abrange somente os projetos de assistência de Paraisópolis, e não os de educação e saúde, por exemplo, que respondem às respectivas secretarias. A SAS do Campo Limpo atende as regiões de Capão Redondo, Campo Limpo e Vila Andrade, que compreende o bairro do Morumbi, Paraisópolis e Penhinha.

de consistência no trabalho para a aprovação do COMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Com este contato, pude observar a engrenagem burocrática que perpassa o credenciamento dos serviços e projetos. Além disso, ficou claro como estes podem e funcionam independentemente, sem articulação ou qualquer tipo de fiscalização, o que por si só já indica as possíveis conseqüências desse funcionamento.

Esses contatos com representantes e colaboradores foram muito ricos. Todos foram muito solícitos e mesmo nas conversas informais, pude delinear diversas características dos processos que ocorrem na comunidade.

Dentre as políticas públicas que apareceram como mais urgentes, evidenciaram-se a necessidade de escolas e creches e de políticas referentes ao planejamento familiar e a gravidez na adolescência. Em várias reuniões do Fórum de Multientidades (freqüentados por colegas de estágio) e nos contatos com as entidades e moradores foram abordadas essas questões. Nos serviços contatados, notou-se que grande parte da população não é atendida e se encontra em longas filas de espera, apesar de muitos destes atendimentos serem de alta qualidade. O que fica marcado é o “salve-se quem puder”. Conseguir uma vaga num dos requisitadíssimos serviços já é bem difícil.

Dentre algumas das entidades visitadas, também se identificou alguns sinais de preconceito em relação à população, assim como se identificou que muitas vezes a população não era consultada para opinar no andamento e na construção dos projetos que visavam atendê-la. Ou seja, quem é de fora da comunidade é que tem o saber e fala com propriedade daquilo que é do outro.

Os crescentes projetos que são introduzidos na comunidade nem sempre estabelecem uma comunicação entre si e algumas vezes não respondem a nenhum órgão, o que gera duplicação de demanda (projetos diferentes atendendo as mesmas famílias sendo que outras ficam sem atendimento), orientações divergentes que acabam confundindo a população (como algumas verificadas em relação à amamentação), sem contar nas conseqüências possíveis de se ter projetos que não necessitam de regras básicas para funcionarem e não são fiscalizados. Além disso, não são todas as entidades que buscam essa interlocução, sendo que várias delas não participam do Fórum de Multientidades.

Durante os primeiros contatos com a comunidade, formulou-se uma proposta de intervenção inicial que consistia na construção de um espaço, em alguma das

organizações visitadas de assistência e saúde, onde as mulheres pudessem nomear sua angústia diante das várias situações que as acometiam no cotidiano de Paraisópolis. Porém, se criássemos o grupo, estaríamos reproduzindo a cisão e a fragmentação já existente na rede, entrando com um trabalho independente.

Pensou-se então: quem poderia fazer esta interlocução entre as entidades e que participasse do Fórum de Multientidades? Quem estava em contato com a população e que poderia trazê-la para esta relação? Assim, chegou-se ao trabalho dos agentes comunitários de saúde. Estes participavam do Fórum e estavam em contato direto com a população, além de serem da comunidade.

A partir dos primeiros contatos, os agentes trouxeram uma demanda muito grande por intervenções devido também ao grande sofrimento relatado, sofrimento este que não é somente individual, mas construído pela realidade social marcada pela precariedade dos serviços básicos de saúde e assistência, pela falta de articulação da própria rede de saúde e também da equipe, extrapolando suas possibilidades de resolução.

Diante desse contexto, a psicologia social comunitária pode contribuir criando espaços relacionais para ressignificar que a gênese desse sofrimento não passa somente pelo indivíduo, mas por seu contexto social. Busca assim desenvolver a consciência dos moradores de uma determinada localidade como sujeitos históricos e comunitários através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos (GÓIS, 1993 apud CAMPOS, 2003). O grupo é considerado como condição necessária para conhecer as determinações sociais que agem sobre o indivíduo, bem como sua ação como sujeito histórico, partindo do pressuposto que toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam (LANE, 1994).

Assim, decidiu-se que se faria um grupo com os agentes comunitários na Unidade Básica de Saúde. O foco, portanto, se daria a partir do que fosse trazido pelos agentes, tanto pelo fato de ter sido verificado um grande sofrimento por parte desses, quanto pelo fato deles se constituírem como grande potência de ação.

A partir das demandas trazidas pelos agentes, organizou-se a proposta de trabalho em oficinas³⁴ que ocorreram na Unidade Básica de Saúde. As oficinas não

³⁴ Segundo Afonso (2006), como método de intervenção social, a oficina busca suas bases na teoria dos grupos em um contexto sociocultural. Não sendo um grupo de psicoterapia e nem um grupo de ensino, a oficina pretende realizar um trabalho de elaboração sobre a inter-relação entre cultura e subjetividade.

possuíam um caráter rígido, nem tão pouco suas temáticas, ficando abertas ao que o grupo desse prioridade nos encontros. As temáticas sugeridas pelos agentes e organizadas na proposta foram relacionadas ao trabalho que os agentes realizam (significado de saúde, o papel do agente comunitário, relacionamento com colegas e equipe, busca de reconhecimento, pressão no trabalho, ansiedade e impotência); relacionadas à família (sobrecarga de trabalho influenciando no âmbito familiar e a problemática da educação dos filhos) e relacionadas a auto-imagem (possibilitar uma reflexão sobre si mesmo, investigando expectativas, sonhos e medos, buscando estimular o auto-cuidado).

Constatou-se que o papel desempenhado pelo agente comunitário era bastante delicado. Os agentes exerciam o papel de amortecedor dos atritos entre a população que não recebia o atendimento adequado e a rede de saúde, que era fragilizada e pouco articulada em suas respostas às demandas da população. Esta rede não articulada e a deficiência dos serviços atingiam a população diretamente, que projetava nos agentes comunitários o papel de representante direto deste sistema e depositário de sua insatisfação. Ficando neste meio-de-campo, por um lado os agentes sofriam com a impotência, com o precário atendimento da rede que é a mesma que eles utilizam e com a revolta da população, cujas necessidades não eram satisfeitas. Por outro, sofriam ainda com o descrédito e a desqualificação atribuída muitas vezes por parte dos demais profissionais da saúde e também da população, pelo fato de não serem médicos, por exemplo.

Este foi um primeiro momento na comunidade e o trabalho com os agentes somou ainda mais indicadores ao problema deste estudo, que já estava sendo delineado neste momento. A desqualificação sofrida pelos agentes por parte da equipe médica e da própria população por não serem médicos, por exemplo, são indicadores de como essa distinção entre morador da comunidade e pessoa de fora que vem para trabalhar nesta é bastante contrastante e permeada de preconceitos, o que gera muito sofrimento aos envolvidos. Além disso, os agentes constituem-se num grupo diferenciado que tenta fazer a ponte entre moradores e serviço de saúde, mas que tem

Porém, tem uma dimensão ou potencialidade terapêutica (visto que facilita o insight e a elaboração sobre questões subjetivas, interpessoais e sociais) e tem também uma dimensão ou potencialidade pedagógica (já que deslança um processo de aprendizagem a partir da reflexão sobre a experiência). Sua particularidade é que ela é realizada em um contexto sócio-institucional com enquadre definido e um prazo de realização (AFONSO, 2006).

seu trabalho prejudicado por diversos entraves estruturais que impossibilitam uma ação eficaz.

3.4. Um outro olhar: a desigualdade na comunidade

Como já mencionado anteriormente, eu possuía uma representação da favela como homogênea e fiquei muito surpresa ao me deparar com as desigualdades na comunidade. O centro da favela era bastante urbanizado, asfaltado, por onde circulava muitos carros (inclusive muitos de classe média) e transportes coletivos. Havia muitos pontos de comércio e algumas construções que eram grandes e bem acabadas se alternavam com casas muito mais simples de tijolos à vista. Quase não se via barracos de madeira.

Ao conversar com os moradores, fui descobrindo que havia regiões “mais afastadas” e muito mais pobres na comunidade: o Brejo, o Grotão e o Grotinho. Acompanhada por alguns moradores, fiz algumas visitas a essas regiões e fiquei muito surpresa. Primeiramente porque ao mencioná-las, os moradores referiam-se a elas como se a distância espacial fosse muito grande. Porém, nas visitas que fiz, a poucos minutos de caminhada eu já era informada de que já estava numa delas.

Numa das visitas na qual fui acompanhada por uma moradora, logo entramos numa viela ela me avisou que estávamos no Brejo. Entramos por um corredor muito estreito, com cerca de meio metro. Muitas pessoas circulavam. Alguns lugares cheiravam muito mal e podia se ver o esgoto. Alguns barracos eram de tábuas e ameaçavam desmoronar. A moradora inclusive contou-me que já viu uma seqüência deles desmoronar de uma vez. Para cada canto que olhávamos, víamos muitas crianças, algumas bem pequenas e sozinhas. Entre construções mais organizadas e aconchegantes, via-se algumas que era difícil de acreditar que vivia alguém ali dentro. Essas construções me lembraram a toca de um rato. Suja, mal-cheirosa, com cerca de um metro de altura (as pessoas tinham que se abaixar para entrar e permanecer lá dentro). Muitas pessoas estavam em suas casas. Passávamos e víamos casais assistindo televisão, pessoas nas portas das casas, alguns homens jogando cartas ou sinuca, crianças brincando. Parecia que estávamos dentro da casa das pessoas. Aliás, isso é algo que me marcou muito. A quase indiferenciação entre o espaço privado e o coletivo. Também me impressionou que em várias casas havia aparelhos de som e

outros utensílios bem modernos. Mesmo nessas regiões, havia desigualdades bem visíveis.

Continuávamos andando pelo corredor e comecei a ficar um tanto agoniada. Ele era muito comprido e parecia não ter fim. Não havia saídas laterais, ou se seguia em frente, ou voltava-se todo o caminho percorrido. Mesmo nessa viela, havia alguns pontos de comércio.

Em outra visita, desta vez ao Grotão e ao Grotinho, fui acompanhada por outra voluntária. Ela é moradora da comunidade, estudante de Direito e é uma das pessoas que dá assistência jurídica aos moradores. O cenário se repetiu: vielas estreitas, barracos em cima do esgoto (o cheiro era muito ruim), miséria. Muitas crianças, como sempre. A moradora conhecia muitas pessoas, que nos viam e vinham conversar com ela. Conversamos com uma senhora que está na comunidade há muitos anos e que contou sua história (parece que muitos de lá partilham histórias de vida semelhantes – migrantes nordestinos que vieram em busca de trabalho e passaram por inúmeras dificuldades, como fome). Demos uma volta grande por uma região com muito mato em volta, parecia difícil acreditar que estávamos em São Paulo. Estávamos nas cercas do cemitério do Morumbi, um campo lindo e cheio de flores. A moradora comenta o grande contraste: “Pois é, essas pessoas que sempre viveram bem, estão mortas e bem melhores do que as pessoas que sempre sofreram e continuam a sofrer por aqui” (sic). Essa paisagem e essa frase da moradora foram muito impactantes. Pensei na mensagem que ficaria para aqueles moradores, diante dessa situação. Os mortos ricos “melhores” que os pobres vivos. Mesmo fora do terreno do cemitério, havia uma vasta área plana e sem esgoto não ocupada na região. Perguntei o porquê dos moradores não construírem suas casas ali, em vez de construírem em regiões próximas muito piores. A moradora informou-me que se trata de uma área privada e que se constroem barracos naquela região, no dia seguinte já retiraram todos eles. Enquanto isso, as pessoas ficam ali, em cima dos esgotos.

3.5. Entrevistas com líderes comunitários

Entrevistei estes dois líderes comunitários, José Rolim (ex-presidente da União e atual vereador em São Paulo) e Gilson (o atual presidente da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis), para investigar o que eles achavam sobre

a não-participação dos moradores nos serviços das organizações do terceiro setor na comunidade.

A entrevista com José Rolim foi realizada em seu gabinete na Câmara dos Vereadores em 07 de agosto de 2008. Para ele, a participação é “algo muito bom, assim como fazer o bem” (sic). Diz que mesmo estando de licença ainda está participando da associação de moradores: “Eu não paro, eu não consigo, eu tenho que fazer alguma coisa. Se eu não fizer, eu não fico bem” (sic). Ressalta que acha importante que as pessoas que participem o façam “por carinho” (sic) e não pela noção de troca, “pelo tapinha nas costas” (sic). Diz enfaticamente: “Faça algo enquanto é vivo” (sic).

Ele acredita que as pessoas que não participam não o fazem “porque não têm um conhecimento do que é ser um voluntário, ter um trabalho, passar o que você aprendeu para as pessoas que não sabem” (sic). Afirma que sabe o que está dizendo porque têm vários “seguidores” na comunidade, principalmente jovens, que dão continuidade ao seu trabalho. “Eu devo tudo ao voluntariado, eu adorei ser voluntário...” – diz citando o nome de várias entidades as quais ajudou na comunidade. “Foi uma vitória importante na vida da gente” (sic).

Outra razão para a não-participação para Rolim é a falta de tempo das pessoas e o fato de achar que a vida em São Paulo é muito difícil. Afirma também que muitas pessoas não participam porque “não sabem o que é isso” (sic). Diz que muitas pessoas ainda vêm lhe perguntar o que ele já havia feito em Paraisópolis para estar pedindo o voto deles: “Quando eu cheguei lá nem água tinha pra beber. Eu transformei Paraisópolis de favela em um bairro e transformei a minha vida. E transformei a vida de várias pessoas, mas têm pessoas que não tem sabedoria para enxergar isso, um palmo na frente da cara. Quando chegou já tava tudo pronto, né? Mas eu aprendi muito”(sic).

Rolim fala sobre as pessoas que só freqüentam as organizações para receber benefício: “Não é bom, não vai pra frente, é como fazer uma ONG em benefício próprio” (sic). Quando questionado sobre pessoas que não vão nem ao mesmo para receber esses benefícios, Rolim comenta que depende do benefício que for oferecido. Ele diz que se preocupa com o assistencialismo, não com o trabalho social: “Como no nordeste com o bolsa-família. As pessoas não querem mais trabalhar na agricultura, não quer fazer mais nada, pois sabem que vão receber gás, alimento, se a mulher engravidar eles pegam... Isso é que é preocupante, isso não é bom. Mas o trabalho

social de orientação, vou te dar um exemplo: Acabamos de formar 10 jovens para trabalhar em restaurante, isso não têm preço. Tão formando lá em Paraisópolis, a Escola do Povo do Gilson, mais de mil pessoas que não sabiam nem escrever o nome e passaram a ter o RG. Eu acho que esse é o caminho. Agora esses da bolsa eu acho que não ajuda muito não, eu acho que cria uma sociedade preguiçosa. O governador Miguel Arraes nunca deu uma cesta básica pra ninguém, no Estado de Pernambuco. Mas se você tinha um pedaço de terra ele pagava pra você fazer uma barragem dentro do pedaço de terra dele. Te emprestava um saco de cimento para você plantar naquelas terras. Financiava para comprar arado pra arar a terra. Comprava a produção. Eu acho que com isso você incentiva” (sic).

Perguntado sobre como vê as organizações que vem de fora atuar no terceiro setor em Paraisópolis, Rolim fala que “algumas vêm por vaidade, outras por costume de fazer filantropia” (sic). Fala que também “é muito fácil dizer que fulano está lá por causa do desconto no imposto de renda, mas você também poderia estar lá fazendo isso. É melhor falar essa frase infeliz e não fazer nada. Faça alguma coisa. Só falar, só criticar...” (sic).

A entrevista sobre a participação popular na comunidade realizada com Gilson, atual presidente da União dos Moradores, também trouxe dados muito importantes para a compreensão do problema de pesquisa. Gilson coloca que a grande maioria das organizações é de fora da comunidade e mostra que também tem dúvidas em relação às parcerias dessas organizações com o governo. Quanto às listas de espera nos serviços comenta: “Meu filho está na lista de espera da creche. Pra tudo tem fila aqui”(sic). No referente à divulgação das informações sobre as entidades, afirma que “tem muita gente que nem sabe o que é o Einstein”(sic).

Perguntado sobre como vê a questão da participação na comunidade, Gilson coloca:

“Eu acho o seguinte, esse negócio da participação, o que a gente procura incentivar é principalmente a participação dos jovens no trabalho, né... Muitas vezes as organizações entram em Paraisópolis com o projeto muito fechadinho... Vem aqui, achando que todo mundo aqui tá passando fome e eu quero dar cesta básica, porque é meu projeto de vida e eu acho que vai me satisfazer pessoalmente... Dar cesta básica pras pessoas em Paraisópolis, na favela, os coitadinhos... E aí muitas vezes as pessoas chegam aqui e vêem que essa não é a realidade. “As pessoas precisam de

cesta básica que ajuda”, de repente essa não é uma necessidade. E talvez as organizações ainda não tenham conhecimento do que é a comunidade, um trabalho de pesquisa, um trabalho pra fora. Às vezes essas pessoas vêm pra instituição e não pra essa comunidade, nunca andou, não sabe quantas ruas tem, quantos moradores tem, não sabe as carências... Chegam aqui no centrinho, ficam por aqui e acham que é isso mesmo e de repente acham que Paraisópolis é um bairro. A gente sabe que tem bastante pessoas falando que é bairro, mas a gente acha que ainda não é bairro, mas também não seria uma favela, não tem todas as carências que caracterizam uma favela, mas também não tem toda a estrutura que caracteriza um bairro. Tamo ali, tamo usando o termo comunidade, a gente acha que ainda não chegou a um bairro. Tem pouco tempo, o projeto de urbanização... Mas a gente acha que... Da não-participação... Porque chegam com a coisa montadinha, o que é bonito pra fora e que o morador não se identifica. A maioria das vezes é por aí. Olha e aí não se identifica, por isso que acho que muitas pessoas não participam. Outra questão é talvez a informação. Tem poucas informações do trabalho, por mais que a gente quer divulgar, às vezes não sabe nem o que que é, o que que faz, como funciona e se pode ter acesso, né... Muitas vezes a pessoa olha aquilo lá, você pega o (nome de uma organização), por exemplo... Você olha lá, tudo uniformizado, um monte de seguranças, aquela coisa bonita... “Aquilo lá não é pra mim, não, né!”... Então a primeira coisa, o primeiro medo, é o cara chegar lá e tomar uma... Como é que chama quando o policial pára, ela faz o que... Uma batida! Tomar uma batida ali o risco é grande... (risos) Então ele tem medo, quer passar longe daquele lugar ali, porque pode ser um lugar de risco, de... E como a comunidade sofre bastante preconceito, não porque o pessoal é bandido e tal e tá aqui, não passa porque tem medo de batida e tal, mas porque é fruto do preconceito, essa batida freqüentemente pode ser com o bandido ou pode ser com o trabalhador, não tem diferença, né... Pela cara não dá pra saber... Então vai todo mundo. A polícia passa... Tem várias organizações aqui que tem uma segurança muito forte vamos dizer assim... (...) Eu acho que a questão da segurança acaba inibindo das pessoas irem lá e participar das coisas. E as pessoas também precisam se identificar. Mas tem o problema também da parte de informação”(sic).

Quando foi perguntado se diferencia a participação na União dos Moradores da participação nas outras organizações que vêm de fora, Gilson afirma:

“Eu acho que talvez haja uma diferença entre a Associação e as ONGs, porque o foco da Associação é uma entidade de massa... Pra uma ONG que tem uma diretoria, um cara que é lá de fora, o cara da empresa vai e monta, doze pessoas, super bambambam, vai lá e põe o nome na ONG e leva a organização pra cima... Do que um cara que é líder comunitário, trabalha na comunidade, que já faz isso porque gosta e não ganha nada por isso e quer modificar essa comunidade. Então há uma diferença maior, há uma identificação e por isso talvez mais moradores venham, pra ser voluntários, pra participar... Então o morador pode falar: ah, quero fazer isso aqui. Se precisar de uma sala o espaço é nosso, o morador pode usar à vontade, é um espaço da associação, onde ele pode escolher os representantes, não é a empresa mantenedora, então aqui o povo vota quem é o representante. Então tem quatro ou cinco chapas e a que fizer as melhores propostas vai ganhar.(...) Há mais espaço pra participação. A gente costuma fazer mais atividades de mobilização, tem o evento das mulheres aí, com a participação de um monte de mulher, tem caminhada na rua... Tem reunião, palestra, pra que essas pessoas possam participar e contribuir de várias formas. Você chega na instituição e ela tem o foco em educação, se o cara não fez Pedagogia, não fez isso, não fez aquilo, ele não pode ajudar com nada. Aí a pessoa acaba sendo só beneficiária. Aqui as pessoas podem ser beneficiárias e podem também construir com a gente, e essa é a proposta. Quando a gente monta um projeto, nem sempre funciona, mas a idéia inicial é que as pessoas sejam multiplicadoras... Por exemplo, fez o cursinho pro vestibular, a idéia é que ele vá pra faculdade e que volte pra dar aula no cursinho... Então sempre esse retorno. A idéia é que fique e descobre que ela enquanto agente de transformação pode fazer alguma coisa, né... Então se você descobrir que pode fazer alguma coisa pra melhorar a vida de alguém, você fala pô... E é tão pouco às vezes, então vou ajudar, vou me ajudar, passa às vezes até do individual, quero ajudar pra ajudar minha casa, minha família, sei lá, ter alguma coisa. De repente você tá ajudando a outra comunidade, o vizinho e tá multiplicando isso. Acho que essa é a diferença e é fundamental. Porque aqui a gente tem problema de participação, mas não é a participação que nem tem nas outras organizações. Por exemplo, o (nome de uma organização) quando quer gente pra participar, ele chama a gente pra levar gente. Se a gente não participa do processo, as pessoas não costumam participar, não porque somos os bons, mas porque a gente consegue chegar em mais pessoas e mobilizar a participar. Por

exemplo, o (nome de uma organização) atende 10 mil pessoas hoje, se eles quisessem parar 16 mil eles conseguiriam, mas não... Fica naquele processo assistencialista, a pessoa vai lá e tal... (...) Eu não quero que as pessoas precisem de mim a vida inteira... (...)Meu sonho é que não tenha nenhuma organização aqui, por não precisar. Vai estar num processo de mobilização tal que a gente vai dar conta de ir lá no governo e garantir as coisas. (...) As ONGs estão aqui hoje pela ausência do Estado, né... O papel que o Estado deveria cumprir as organizações fazem e com o dinheiro do Estado, né, o que é estranho, né... E a noção não é percebida da mesma maneira, acha que é favor... Tão ganhando muito dinheiro, tem salários superfaturados... Tem gente séria trabalhando aqui em Paraisópolis e tem pessoas que não são sérias... Esse projeto aí (cita o nome de uma organização)... Eles não falam com as instituições, não ficam sabendo de nada, ficam ali só usando o nome da comunidade pra pegar dinheiro... Vender produtos, vender a imagem, lançar carreira política, quer dizer, não é o foco, né... E usam o nome da ONG e da comunidade pra tentar se eleger. Tem instituições aí que arrecadam milhões de reais aí por ano pra usar em Paraisópolis e a associação não tem um telefone, porque cortaram, a gente tem que ficar mendigando... Às vezes eu acho que seria mais fácil pegar esse dinheiro que as ONGs arrecadam e dar na mão dos moradores e acabar com as ONGs... Veja quanto que daria por mês na mão de cada morador... Daria muita grana... O cara vai poder comer, fazer, comprar e com autonomia. Eu tenho colocado umas polêmicas no fórum de Multientidades... Pra discutir o papel do Multientidades nas questões mais gerais da comunidade. A questão da violência e do policiamento... Tem policial quebrando braço de gente na rua, agredindo, montando flagrante e ninguém faz nada, ficam com os olhos fechados... E o que as instituições vão fazer? Ah, a escola tal trata mal as pessoas... Vieram falar pra mim que é responsabilidade da associação com as outras organizações. Então tem que ter poder. (...) Vamos pensar nisso em conjunto. Senão a gente vai ali pra reunião, conta um pouquinho do que cada um tá fazendo e fica tudo lindo, maravilhoso... Fica a transformação pra gente mesmo, né, olha que legal e tal. Tem que repensar esse papel, mas colocar isso é sempre polêmico. Porque não é fácil também. Fica nessa questão do coitadinho, na questão do favor, nós estamos investindo aqui, tá achando ruim? Eu tô devolvendo projetos... Eu mandei embora um projeto aqui... Falei que não queria. Era um projeto de 400 mil reais que tinha uma parceria com (fala o nome de uma empresa conhecida) que destinou recursos pra ele, mas querem fazer do jeito que eles querem,

não querem a opinião da comunidade, tem recursos mas não tem equipamentos, os recursos são pra pagar os salários da equipe... Então não quero. Manda embora. Na comunidade eu não quero um negócio desse, só pra usar o nome da comunidade. (...) A gente quer projetos que mudem a realidade no sentido da autonomia pra comunidade. Aí você vai lá e põe um projeto de 500 mil reais, você usa 50 mil e o resto só Deus sabe pra onde vai. Coloca um salário de 50 mil pra um, pra outro... Acontece. Tem entidade aqui que tá sendo investigada...

Ao longo destas duas breves entrevistas com Gilson e Rolim, já se evidenciam diversos conflitos na questão da atuação do terceiro setor e da participação popular na comunidade que serão melhores discutidos na análise, como as diferenças entre a participação na União dos Moradores e nas organizações que vêm de fora; as diferenças de postura desses dois tipos distintos de organizações; a nebulosidade da relação dessas organizações com o Estado; a insuficiência de informações sobre os serviços; a postura nem sempre disponível das organizações para uma maior interlocução ou solução de problemas coletivos; a insuficiência dos recursos para atender a toda a população e até mesmo a desconfiança em relação à idoneidade de algumas entidades.

3.6. Considerações sobre a primeira experiência e delineamento do problema de pesquisa

Nesta experiência, foi feita uma aproximação com a forma de organização da comunidade e com as relações lá estabelecidas. Neste primeiro momento, tive maior contato com as organizações e seus representantes. Os contatos com a população se deram mais ao nível dos frequentadores destes programas, dos agentes comunitários e dos participantes da União dos Moradores. Só neste momento, porém, já puderam ser delineadas diversas características da comunidade em questão e o tamanho de sua complexidade, incluindo a diversidade que a constitui.

Identificou-se que há um grande número de organizações do terceiro setor que atuam na comunidade de maneira independente, não havendo uma rede efetiva entre

elas³⁵. Isso gera diversos conflitos, como a duplicação da demanda e orientações divergentes dos serviços para a população. Com a constatação de que em algumas das organizações visitadas a população não era convidada a participar da elaboração dos projetos, nem consultada em avaliações posteriores em relação aos serviços, assim como houve a presença de falas com elementos de preconceito em relação aos moradores, levantou-se a hipótese de que algumas dessas entidades não estão atentas à relevância da participação da população no desenvolvimento destes serviços, sendo esta uma relação unilateral: dos que têm para os que não têm (a organização dá o que ela quer, e não necessariamente o que a população pede ou precisa). Assim, à população caberia somente a função de ser atendida nos programas e serviços. Ao mesmo tempo em que ela se encontra excluída dessa participação na elaboração e avaliação dos programas e projetos, é incluída nos serviços pela sua condição de falta, carência ou pobreza. Por sua vez, parece que a população assume este lugar que lhe é dado, sustentando este processo.

Concomitante a este processo, observaram-se queixas das organizações em relação a projetos e serviços esvaziados (que não tem procura, colaboração e freqüência dos moradores) e aos grandes índices de evasão em determinados projetos. Também foram observadas queixas dos próprios moradores que participavam em relação àqueles que não participavam. Assim, parece que a não-participação torna-se fator de discriminação, de forma que a própria população reconstrói em nível local o processo de exclusão/inclusão (como exemplo: em algumas falas aparece a idéia de que se as pessoas recebem ajuda das organizações, deveriam dar algo em troca – e logo, quem não o faz é “acomodado”, “mal-acostumado”, etc).

Também é freqüente a requisição imediata de algum tipo de serviço aos “visitantes”. Houve algumas críticas dos moradores em relação ao “toma-lá-dá-cá” presente na comunidade, mas ao mesmo tempo muitos deles reforçam a importância da noção de troca. Neste contexto, o voluntariado acaba se tornando um imperativo, visto que a representação dominante é de que se as entidades ajudam, devem receber um retorno. Por sua vez, as entidades muitas vezes relacionam a não-participação somente aos moradores, numa atitude de culpabilização destes.

A participação é exaltada e utilizada para se justificar esse tipo de intervenção social, porém o que se viu na comunidade em questão é que nesse tipo de intervenção

³⁵ Como tentativa de se estabelecer uma rede temos o Fórum de Multientidades e as organizações que o freqüentam regularmente, diferenciando-se das demais nessa tentativa de uma maior interlocução.

social grande parte das personagens que participa nas funções de organização, coordenação e planejamento tem características comuns: são pessoas de fora da comunidade, com alto grau de instrução e pertencente às classes mais abastadas. O perfil dos voluntários muitas vezes acompanha o desses representantes.

Exceções a essa dinâmica de entidades representadas por pessoas que são de fora da comunidade, são as associações de moradores. A história da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis é baseada numa luta militante por direitos à moradia e à educação, e muito da estrutura atual se deve a esse tipo de posicionamento. Diferente das outras entidades, a União se caracteriza por ser construída pelos e para os moradores. Assim, neste tipo de organização é onde realmente se efetiva a participação popular. Com a maioria das pessoas que tive contato na União, pude perceber um grande envolvimento com as questões da comunidade, dedicando grande parte do seu tempo a isso. Outra presença forte de participação de moradores se dá através dos agentes comunitários de saúde.

Além da hipótese da não-atenção de parte significativa das entidades à relevância da participação popular, constatou-se que uma parcela da população não chega até os serviços oferecidos pelas entidades, parcela esta identificada pelas enormes listas de espera dos serviços e pela fala de que estes não chegam às regiões mais pobres e afastadas.

Nos primeiros contatos com alguns moradores da comunidade, estes comentaram que aqueles que deixam de participar muitas vezes o fazem porque não conseguem as regalias dentro das entidades e acabam desistindo de trabalhar lá ou de envolver-se nas lutas. Também houve falas de moradores que diferenciavam posturas entre as entidades, colocando que algumas favoreciam o paternalismo e outras não.

Alguns moradores também afirmam que muitos dos problemas encontrados na organização dos serviços e movimentos dos moradores se deve ao fato de ter havido pouca divulgação, principalmente nas áreas mais pobres e afastadas do centro. Isso revela mais uma vez as diferenças e contrastes entre as regiões da comunidade, o que pode ser ainda agravado pela atuação desigual das entidades nas diferentes regiões.

Encontramos assim dois “divisores de águas” na comunidade: um deles é referente a questões econômicas e sociais, que muitas vezes delimitam territórios e que aparecem transmutadas simbolicamente em distâncias concretas – a divisão das regiões mais pobres (Grotão, Grotinho e Brejo) e das mais ricas (Centro e Antonico); e o outro referente a dinâmica participação/não-participação nos serviços prestados

pelas organizações. O fato da maioria das organizações situarem-se nas regiões mais centrais parece ser um ponto de confluência dessa segregação.

A não-participação deve ser analisada no contexto dessa estrutura de relações que se estabelecem na comunidade entre moradores e entidades, denunciado pelos dois grupos. Há queixas dos moradores no sentido da não-participação dos “acomodados” e queixas dos representantes das organizações em relação àqueles que não aderem aos projetos e serviços oferecidos. Neste estudo, rejeita-se a idéia de um sujeito que não participa porque é simplesmente “acomodado” ou “passivo”, e busca-se ampliar a compreensão do processo dialético de exclusão/inclusão que se dá entre moradores e organizações. Por este motivo, a parcela que não participa dos serviços chama a atenção por escapar a esta dinâmica, restando investigar qual seria o sentido atribuído a esta posição.

Assim, nesta segunda parte do método buscar-se-ão os sentidos da não participação para os moradores nos serviços prestados pelas organizações do terceiro setor que atuam na comunidade através de entrevistas com moradores e representantes dessas organizações.

3.7. Sujeitos

Devido às constatações observadas através do estágio, para investigar o problema de pesquisa optou-se trabalhar com doze sujeitos, sendo que seis destes nunca tenham freqüentado qualquer serviço prestado pelas organizações do terceiro setor que atuam na comunidade (independente da área de atuação, abrangendo educação, saúde, assistência, cultura, lazer ou outras) e seis já tenham freqüentado e tenham deixado de freqüentar. Metade dos sujeitos mencionados anteriormente (ou seja, três de cada um dos grupos) pertence à região central da favela (compreendendo as áreas do Centro e Antonico) e a outra metade à região mais pobre e mais afastada do centro (compreendendo as áreas do Grotão, Grotinho e Brejo). Não serão consideradas na amostra a participação: nas duas associações de moradores (visto que estas são muito distintas das organizações que vêm de fora); nos serviços públicos (UBS, escolas da comunidade, etc); nos projetos de assistência básica que possuem convênio com a rede pública, como o Projeto Einstein na Comunidade e a Creche da Margarete, não estando incluídos neste grupo outros projetos das mesmas instituições

que não sejam da assistência básica; e as organizações que não estão localizadas dentro da comunidade.

Os sujeitos foram localizados de diversas maneiras: através de suas residências (principalmente quando estavam na porta de suas casas, fazendo faxina, por exemplo, ou até mesmo vendo televisão com a porta aberta); pontos de comércio na comunidade; igrejas; agrupamentos de amigos; pessoas que circulavam pelas ruas; indicações de pessoas já entrevistadas anteriormente e até mesmo freqüentadores da reunião das organizações. Vale ressaltar: o fato da maioria dos entrevistados terem sido mulheres não foi fruto do acaso. Por cautela, não me senti confortável de entrar na casa de homens que não conhecia.

Dentre os entrevistados, a maioria era de migrantes nordestinos (cinco deles), mas também haviam mineiros, cariocas criados na Bahia e pessoas que nasceram em Paraisópolis. Duas pessoas entrevistadas estavam desempregadas e as outras ocupações citadas foram: vendedores, empregadas domésticas, comerciantes, garçons, donas de casa, atendentes e assistentes.

Segue abaixo o quadro dos sujeitos entrevistados, a freqüência da participação nas organizações e a região da comunidade onde moram.

	Já participou e parou	Nunca participou
Área Central	Janete, Arlete e Dalva	Norma, Odracir e Clothilde
Área Periférica	Michel, Marinalva e Samantha	Nilde, Paulina e Tamires

Além das entrevistas com moradores, selecionei representantes de três organizações do terceiro setor da comunidade que estavam entre as mais citadas nas entrevistas, sendo uma predominantemente da área da saúde, uma da educação e outra da assistência (em virtude de que todas essas entidades têm projetos em mais de uma dessas áreas) para realizar uma entrevista sobre como viam a questão da participação popular na comunidade e na organização em que trabalhavam. Anteriormente a essas entrevistas, buscou-se a aplicação de um pequeno questionário (com cinco perguntas) com todas as organizações por e-mail, para levantamento de alguns dados sobre a participação da população. Obtive resposta de apenas três delas, o que é mais um indicativo de que nem todas estão abertas a uma maior interlocução.

3.8. Procedimentos

3.8.1. Coleta de dados

Partindo do objeto de estudo descrito, através do contato com os sujeitos selecionados, organizou-se entrevistas semi-dirigidas específicas aos dois grupos da amostra e às organizações, que investigarão os seguintes temas:

a) População que nunca freqüentou os serviços:

- Conhecimento sobre o trabalho das entidades³⁶ e objetivos da atuação destas;
- Motivo da não-freqüência;
- Divulgação dos serviços;
- Relação destas entidades com o Estado;
- Impacto da atuação em suas reais condições de vida ou a dos outros moradores;
- Busca de auxílio em outros recursos da rede;
- Possíveis benefícios da atuação dessas organizações aos moradores e representantes;
- Possíveis prejuízos ou conseqüências negativas da atuação dessas organizações aos moradores e representantes.

b) População que freqüentou e deixou de freqüentar:

- Conhecimento sobre o trabalho das entidades³⁷ e objetivos da atuação destas;
- Tratamento recebido;
- Motivo da não-freqüência;
- Divulgação dos serviços;
- Relação destas entidades com o Estado;
- Impacto da atuação em suas reais condições de vida ou a dos outros moradores;
- Busca de auxílio em outros recursos da rede;
- Possíveis benefícios da atuação dessas organizações aos moradores e representantes;

³⁶ Os nomes das entidades citadas nas entrevistas pelos moradores serão mantidas em sigilo, sendo revelados apenas os tipos de serviço mencionados.

³⁷ Idem.

- Possíveis prejuízos ou conseqüências negativas da atuação dessas organizações aos moradores e representantes.

c) Entrevista com representantes das organizações:

- Classificação da entidade que participa;
- História de atuação desta na comunidade e história de atuação do representante;
- Tipo de trabalho da instituição;
- Parcerias com o poder público ou empresas privadas;
- Características dos profissionais da instituição (remunerados e voluntários, de dentro ou de fora da comunidade);
- Interlocução da entidade com outros serviços;
- Alteração das reais condições de vida da população através do trabalho desenvolvido;
- Concepção sobre participação popular;
- Formas de participação popular em Paraisópolis;
- Participação popular na organização em que atua, inclusive na elaboração e na avaliação dos serviços;
- Critérios de inclusão e exclusão nos serviços.

3.8.2. Proposta de análise dos dados

As falas dos sujeitos foram analisadas para extrair delas as unidades de sentido que interessam ao objetivo da presente pesquisa. Uma vez delineadas essas unidades, elas foram analisadas à luz do referencial teórico em busca do subtexto, isto é, da base afetivo-volitiva dos sentidos relacionados ao processo de exclusão/inclusão.

Após a defesa da dissertação, será dada uma devolutiva aos membros participantes da pesquisa e também será feita uma apresentação dos resultados no Fórum de Multientidades da comunidade.

4. Resultados e discussão

Para fazer a análise das entrevistas realizadas com o objetivo de compreender os sentidos da não – participação para os sujeitos, optou-se pelo método da análise de subtexto, inspirada em Vygotsky, para que assim seja possível compreender a base afetivo-volitiva que está por trás dos discursos e das palavras escolhidas pelos entrevistados. Como afirma Sawaia (2001), deve-se lembrar que a participação pode estar tanto voltada ao “status quo” ou à revolução, sendo necessário atacar sua questão central que é ético-política. Assim, o subtexto ideológico por traz da variedade de sentidos da participação é a dialética exclusão/inclusão.

Em um primeiro momento, apresentei a descrição detalhada do processo deste estudo, situando os sujeitos e o contexto histórico da comunidade, narrando minhas impressões mais significativas dentro deste recorte espaço-temporal onde construí essa experiência.

Neste segundo momento, busca-se ir além da aparência, fazendo uma análise mais profunda, levantando unidades de significado e hipóteses sobre os sentidos encontrados para a não-participação e a base afetivo-volitiva para estes, assim como outros fatores que influenciam neste processo, levantados também pelos discursos dos representantes das organizações e de uma análise do contexto sócio-histórico no qual a comunidade está inserida.

As atividades citadas por aqueles moradores que já participaram e pararam de participar foram teatro, doação de alimentos, doação de enxoval, curso de artesanato, curso de crochet, curso de informática, puericultura e curso de gestante. Lembrando que as atividades do atendimento básico, como ambulatório e creche, por exemplo, de instituições conveniadas com o governo público, não estão incluídas.

Na análise dos sentidos da não-participação, foram identificadas categorias descritivas dos aspectos mais objetivos, às quais foram submetidas à análise do subtexto.

Tempo

O tempo foi um dos fatores mais apontados para a não-participação pelos moradores:

“Não tem tempo...” (Janete – PeP – C³⁸)

“É que eu não tenho tempo. Ultimamente é essa correria...” (Michel, P e P - P)

“Não... Acho que porque não tenho tempo, né, de sair pra ir atrás dessas coisas não. Eu não fico dormindo em casa, né... Não dá tempo pra essas coisas não.” (Norma, NP – C)

“Acho que falta de tempo, né... Trabalho à noite e durante o dia tenho que dormir...” (Odracir, NP – C)

“Não tem muito como eu ir nessas reuniões, a única reunião que tenho que ir é na escola que é obrigatória, nessas outras eu não vou não que eu não tenho tempo de ir, correria com as crianças, nunca tenho tempo... Horário de escola, tudo... Então eu nunca tenho tempo de participar de reunião nenhuma, só escuto pelas bocas o que deu, o que deixou de dar...” (Samantha, P e P - P)

“Porque eu trabalho e estudo aí não tenho tempo, né. Aí é meio corrido minha vida, né...” (Dalva, P e P – C)

“Acho que é falta de tempo, viu...” (Tamires, NP – P)

A questão do tempo também aparece relacionada com a do emprego. Este aparece como impeditivo à participação, sendo que ele é visto como prioridade para os moradores:

“Até uma vez já fiz inscrição, né... É, mas não consegui, né... É que... Como eu... Foi bem na época que comecei a trabalhar aqui, aí eu (...) abdiquei de lá e vim pra cá. (...) Eu nunca consegui, nunca fui, só fiz minha inscrição.” (Janete – P e P – C)

“É, eu não posso participar porque eu também tenho serviço, né... Eu cuido, passeio com o cachorro, cuido do cachorro... Aí não posso faltar. (...) Eu pego o das sete,

³⁸ Foram utilizados alguns códigos para identificar a participação do morador e a região de onde ele vem: P e P (participou e parou), NP (nunca participou), - P (região periférica) e - C (região central).

entro às sete horas, até às quatro da tarde. Tô em casa umas seis horas, dependendo do trânsito, né... É muito demorado. (...) É, não dá, porque eu chego cansada, né...”
(Nilde, NP – P)

Distância

Para um dos moradores, a distância de sua residência até a organização também foi relatada como empecilho à sua presença na entidade. Ambas situam-se em regiões periféricas:

“E tem outra, é longe... A (nome da organização) é contra-mão. E sempre que eu falo... Se tem associação que é contra-mão é a da (nome da representante da ONG). Não sei como sobrevive, né...” (Michel, P e P - P)

Questões de gênero

Outro sentido atribuído à não-participação no discurso de uma moradora foi em relação ao machismo presente na família:

“Eu fiz até inscrição pra minha filha na creche, mas na hora de levar os documentos o marido não deixou, que disse que tenho que ficar em casa pra cuidar das filhas, então ele que trabalhe pra sustentar nós três... Cheguei até a fazer a matrícula nessa aqui debaixo e na de cima também, mas naquela nunca fui chamada... Nessa aqui fui chamada, mas quando fui fazer o marido não deixou...” (Samantha, P e P – P)

Para outra moradora, outro sentido encontrado foi relacionado à gravidez, que apareceu como impeditiva à participação e que também se encontra dentre as questões de gênero:

“Em relação ao curso de informática foi porque eu engravidei” (Arlete, P e P – C)

Indisposição pessoal com pessoas da organização

Também emergiu na fala de uma moradora uma indisposição pessoal com uma pessoa da organização, que pode estar ligada ou não a outra categoria discutida posteriormente, que é a desconfiança:

“Aí mudou de diretora e eu sou muito é cismada, aí entrou pessoa nova e eu já vou saindo de fininho...” (Marinalva, P e P – P)

Necessidade temporária

Também foi apontado como relacionado à não-participação o fato da necessidade que motivara a busca pelo serviço ter sido temporária: assim que ela é resolvida, cessa-se a participação:

“Todo final de ano eu pegava também. Aí durante o ano, marido tava trabalhando, aí falava: “não estamos precisando, deixa para quem precisa”, aí não fui mais detrás... (...) Aí quando meu marido voltou a ter o serviço registrado, bonitinho, salário bonitinho, aí não estamos precisando mais ir detrás disso. Marido fala, “se eu tô trabalhando, não tô precisando. O que eu ganho dá pra nós viver” (sic). Entendeu?” (Samantha, P e P – P)

O término de um curso, por exemplo, também foi indicado como a causa da interrupção da participação, visto que o objetivo foi conquistado:

“É porque eu recebi o diploma e aí não fui mais.” (Marinalva, P e P – P)

Impedimentos da própria organização

A própria organização às vezes pode sofrer alguma baixa ou limitação que acaba por cessar o serviço ou benefício ao morador. Nota-se que no discurso desta senhora há uma desqualificação imaginada, atribuída por ela mesma por conta de sua idade.

“É porque eu não ganhei mais, acho que se eu tivesse... Entrou muita gente nova e eles tiraram os mais velhos. Eu acho, né... (perguntada se isso foi uma fala da

organização) Não, não falaram não... (...) Falaram que agora não ia ter mais porque as coisas tavam muito difícil e que não ia ter mais.” (Marinalva, P e P – P)

Tratamento recebido

A maioria dos moradores elogia o tratamento recebido nas organizações das quais já participaram, porém alguns fazem sérias ressalvas, relatando vivências neagativas que até mesmo foram determinantes na decisão de deixarem de freqüentar o serviço:

“Não tenho do que reclamar... (...) Não, não tenho o que falar...” (Samantha, P e P – P)

“Gostei muito” (Arlete, P e P – C)

“Também. Também gostei.” (Tamires, NP – P)

“Ah, legal... Ah, lá é bom, muito bom, eles tratam todo mundo bem... (...)A dona... Mãe da menina, que tá se candidatando, também tratava a gente muito bem... A Dona Nalva... Tratava a gente muito bem...” (Marinalva, P e P – P)

“Aí assim, tratam bem? Tratam. Eu tenho minha menina na creche. Tratam muito bem. Porque todo mundo vai por a criança na creche, faz a inscrição primeiro lá. Nasceu a criança, faz a inscrição na creche da Ivone (creche conveniada com a prefeitura)” (Michel, P e P – P)

“Foi ali embaixo que eu fui e a mulher veio gritar comigo, aí eu disse “não minha filha, você pode ficar aí que eu vou embora...”(sic). (...) Fui lá porque falaram que tinha curso de futebol. Aí eu fui jogar futebol, aí elas falaram que não tinha mais vaga. Aí elas falaram que era pra eu voltar no outro dia... Aí a mulher me tratou mal. Aí eu não voltei mais, mandei ela ficar com os negócio dela e vim embora, mas também nem apareci mais lá. (...) Ela falou que... Ah, uns bagulho lá, mas não tem importância não, eu entrego tudo na mão de Deus... (...) Não precisa falar não, moça... Eu vou queimar a mulher... (...) É, porque são pessoas ignorantes, né...”

Porque só porque tem um pouco de poder querem passar por cima da gente, aqui da comunidade, né... Tem esse ditado, né: dá comida mas não dá poder pra ninguém, né? Porque o pessoal passa por cima...” (Dalva, P e P – C)

“Tem uma ONG aí que eu não sei o endereço dela, tem um projeto... Ela vem, vem e de vez em quando fala os maior absurdo. Eu fui nessa reunião que foi o maior absurdo... (...) Aquilo... “ Ah, que vocês são invasores. Estão aqui invadindo”. (...) Não sei se ela faz parte do governo... Porque eu fui lá reclamei que tavam tirando as casas da Praça é Nossa (região da comunidade) e eu conheço uma mulher que tem oito filho e vocês vão dar cinco mil pra ela e pra onde que ela vai? Aí ela falou: “Ah, pobre é assim mesmo... Tem um monte de filho”. Comparou assim com...animal. “Igual cachorro, tem um monte de cachorrinho e ainda toma conta e pobre não, deixa pra gente tomar conta”. Tem pessoas assim! Até briguei com ela, arrumei encrenca com ela. Foi na reunião de Multientidades, aqui na Santa Escolástica. Tem um companheiro meu que tava e as pessoas da comunidade às vezes perde a esportiva, né... Aí eu falei, “ calma, não vai bater nela que isso aí vai ficar pior do que...” (risos). (...) Aí eu perguntei pra ela: “que culpa têm os filhos dessa mulher?”. Nenhuma. Vocês tomam conta? O governo tem obrigação de tomar conta! É outra coisa, a mãe faz o serviço de prevenção de maternidade, aí é outra coisa. Procura fazer... Agora que culpa tem uma mulher que tem oito filhos e abandona aí, os filhos não têm culpa nenhuma. O governo tem que dar um amparo. Ou dá um amparo ou proíbe, proíbe, não sei como... Agora não vai dizer que a gente faz e deixa pra vocês tomar conta. Isso aí não tem que reclamar. Tem ONG que tem essa visão. (...) Aí eu falei, perai, a gente não precisa dessas pessoas na comunidade, não. Então, têm essas pessoas... Mas têm pessoas que eu acho que, penso seu, tratam bem... A (nome de uma ONG), aquilo lá, não sei se pra entrar na lei, pra receber alguma algum benefício, mas faz com amor... Chega lá, entrega aquela cesta, aquela feirinha, faz um serviço pra gente... Eu acho que eles têm uma visão diferente, mas... As outras não sei o que pensam, porque quando não lucram vão ajudar a comunidade, não sei... Ainda tô pra entender. (Michel, P e P – P)

Pelo relato do tratamento recebido por moradores que vivenciaram situações negativas dentro das organizações, nota-se que no subtexto encontram-se situações de real desqualificação da pobreza, que serão analisadas melhor posteriormente.

Recusa ao assistencialismo: a obtenção do benefício como humilhação

Notou-se também que algumas vezes os moradores não querem ser identificados como alguém que necessite de assistência.

“Todo final de ano eu pegava também. Aí durante o ano, marido tava trabalhando, aí falava: “não estamos precisando, deixa para quem precisa”, aí não fui mais detrás... (...) Aí quando meu marido voltou a ter o serviço registrado, bonitinho, salário bonitinho, aí não estamos precisando mais ir detrás disso. Marido fala, “se eu tô trabalhando, não tô precisando. O que eu ganho dá pra nós viver” (sic). Entendeu?” (Samantha, P e P – P)

“É, esse negócio de dar alimento, se fosse todo mês... Mas é uma vez ou outra. Eu acho que não ajuda muito assim, mais essa coisa da alimentação... Se for um curso assim, uma coisa pra trabalho, aí ajuda. Porque um trabalho, sabe... Mesmo que fique duro, aí você consegue adquirir algum dinheiro pra... Agora alimento, cesta básica, eu mesmo não recebi isso não... A não ser o do (nome da organização) mesmo. Mas eu não corro atrás dessas coisas não, eu acho muito humilhante. (...) Ah, eu acho. Pra mim eu quero trabalhar, ter meu dinheiro pra comprar as minhas coisas, o que meus filhos precisam... Do que sair pedindo, alguém doar, essas coisas... Isso aí eu não gosto, não... Gosto de trabalhar pra eu ter o meu.” (Clothilde, NP – C)

No subtexto dessa recusa ao assistencialismo encontra-se a obtenção do benefício sentida como humilhação. Nota-se que Clothilde ressalta a importância da formação, do trabalho e da autonomia.

Falta de interesse: o discurso da acomodação

A falta de interesse em participar também foi muito citada. Vários moradores colocam que não participam porque não querem.

“Porque... Nunca quis ir, não..”. (Paulina, NP – P)

“Porque nunca me interessei, não...” (Clothilde, NP – C)

“Acho que é falta de interesse meu mesmo. De não ir atrás” (Tamires, NP – P)

“Não, saber sabem... Mas vai muito do interesse de cada um. Cada um tem que ter a sua... Sei lá, tem que se interessar por atividade, porque tem muitos que não se interessam. É mais os adolescentes e as crianças. Os pais e as mães têm que incentivar. Mas as crianças e os adolescentes não... Ficam mais de zoeira... Não procuram se especializar numa atividade específica para mais tarde ser reconhecida. (...) Falta interesse. Não é falta de divulgação. É falta de interesse.” (Arlete, P e P – C)

Este aspecto da falta de interesse também é muito controverso. Vários moradores colocam que não participam porque não querem. E isso é absolutamente legítimo, visto que a participação deve fazer sentido para o sujeito.

Porém, sabemos que a falta de interesse não surge do nada, ela está imbricada com as outras categorias analisadas mais adiante, como a questão de grande parte dos representantes das organizações serem de fora da comunidade e também de grande parte desses representantes não consultarem a população na elaboração dos serviços. Assim, no subtexto da falta de interesse há vários elementos relacionados, como a desigualdade social entre moradores e representantes, diferenças culturais, de interesses e de poder. Além disso, no subtexto da fala de muitas pessoas encontra-se o discurso da acomodação da população, que parece ser reproduzido mesmo por aquelas pessoas que criticam esse reducionismo:

“O que tem, que oferecem para os jovens de Paraisópolis eles não se interessam... Dificilmente você vê um jovem, não sei o que acontece, não sei o que... Não sei o que acontece mesmo, que ninguém se interessa. Só se vem de família mesmo, uma educação já... Dificilmente vê um jovem “ah, vou fazer um curso, vou começar a trabalhar, vou procurar emprego...”. Agora o que passa vem, “ah, tal fulano foi pra universidade, começou na (nome de creche conveniada com a prefeitura), continuou”... Tem capacidade, tem capacidade pra fazer tudo” (Michel, P e P – P)

“Agora acho legal, até teve a discussão que saiu numa reunião, a menina falou “ah, Paraisópolis dá cesta básica em todo lugar e as pessoas acomoda...”. Eu falei “óia, graças a Deus que tem essas associação pra dar alguma coisa, porque tem gente que passa o ano todo esperando a cesta básica do (nome de organização). Tem gente que tá abaixo da pobreza mesmo. Então graças a Deus mesmo, querem tirar? Daqui a pouco vão tirar a feira da (nome da organização), aí vão fazer o que? A associação, a União dos Moradores dá almoço. Daqui a pouco tira e como é que fica esse povo que tá na rua?” (Michel, P e P, P)

“Porque as pessoas não tentam procurar as coisas assim, sabe... Às vezes o pessoal é ignorante também aqui da comunidade, nem tenta procurar... (...) Aí quando vai saber já faz tempo, vai acabar... Já ta indo embora o negócio...” (Dalva, P e P – C)

“Ó, se conhecer... Deve de conhecer, mas não deve de dar atenção, né? Não deve de... Aproveitar. (...) Não vai, não... Porque o povo daqui é assim: tal lugar tem tal coisa, tá dando, aí todo mundo vai... Agora se fala que é pra ir lá pra fazer pra não ganhar nada, aí não vai ninguém. O povo daqui é assim. (...) É, o povo só vai assim... Se todo mês for pagar alguma coisa pra eles, eles vai... Do contrário não vai não. (perguntada em relação a cursos) Não vai não... Porque é muito preguiçoso, até os velho é preguiçoso, que eu mesma sou uma! (risos) Não vou lhe enganar!” (Marinalva, P e P – P)

O discurso da acomodação aparece também na fala de um dos líderes comunitários:

“Como no nordeste com o bolsa-família. As pessoas não querem mais trabalhar na agricultura, não quer fazer mais nada, pois sabem que vão receber gás, alimento, se a mulher engravidar eles pegam... Isso é que é preocupante, isso não é bom. Mas o trabalho social de orientação, vou te dar um exemplo: Acabamos de formar 10 jovens para trabalhar em restaurante, isso não têm preço. Tão formando lá em Paraisópolis, a Escola do Povo do Gilson, mais de mil pessoas que não sabiam nem escrever o nome e passaram a ter o RG. Eu acho que esse é o caminho. Agora esses da bolsa eu acho que não ajuda muito não, eu acho que cria uma sociedade preguiçosa” (Rolim)

Assim, parece que a não-participação torna-se fator de discriminação, de forma que a própria população reconstrói em nível local o processo de exclusão/inclusão, reproduzindo um discurso reducionista que encobre a verdadeira dinâmica da relação entre organizações e moradores, marcada pela desigualdade de classes. Não se discute que a própria participação da maneira como é estruturada nessa dinâmica comunitária é que acaba por gerar acomodação, por meio de intervenções muitas vezes assistencialistas. Para contrapor este discurso, houve diversos moradores que enunciaram sua luta na busca daquilo que sentiam como uma necessidade. Janete, por exemplo, havia dito que não participava por falta de tempo, mas depois afirmou ter outra postura quando algo despertava seu interesse:

“Mas sempre que eu sei assim, de alguma coisa interessante, eu corro mesmo atrás...E se não tiver aqui eu vou...” (Janete, P e P – C)

“Até no sopão, que é lá no Taboão, eu vou detrás, na hora da minha necessidade eu dou meus pulos. Entendeu?” (Samantha, P e P – P)

“É, uma luta... E é assim, né... Paraisópolis é muito grande, né. Então quando começou a prefeitura, a gente não conhecia... Depois que foi tendo aquelas primeira reunião que a gente foi conhecendo as pessoas. Eu vivia aqui no Brejo, não conhecia o pessoal de lá, do Antonico, vivia aqui, nesse setor... Aí passou a reunir aquela turma e tem gente boa! Gente boa” (Michel, P e P – P)

Outros recursos da rede e solidariedade entre os pares

Outro contraponto ao discurso da acomodação são as redes de solidariedade que se estabelecem entre os moradores, nas quais sua participação é ativa. Michel, por exemplo, na época em que freqüentava uma das organizações, distribuía a seus colegas parte do que recebia, havendo o que poderíamos chamar de uma terceirização da distribuição:

“Dava uma sacola de gengibre pra vir aí distribuir pra turma. Aí eu acostumei assim, acostumei assim mesmo...” (Michel, P e P, P)

“Porque eu acho assim... Se você abre a mão pra ajudar alguém na hora da necessidade, assim... É igual, se que nem hoje, se tem alguém que hoje necessite e eu posso ajudar, eu não vou fechar minhas mãos. Entendeu? Vou ajudar porque um dia eu precisei... Se eu precisei e tive ajuda, vou abrir a mão para quem precisa, entendeu?” (Samantha, P e P – P)

Outra rede comumente apontada como de auxílio aos moradores em favelas é a do tráfico. Neste estudo em Paraisópolis, foi mencionada por uma moradora:

“Às vezes o traficante ajuda o pessoal aqui muito mais do que o pessoal daqui da favela... Você vai pedir uma cesta básica eles te ajudam, você vai pedir qualquer coisa e eles estão sempre ali te ajudando, entendeu? Ai tem gente que pensa que todo mundo é bandido, né? Não é assim... Não é querendo defender bandido não, mas às vezes os bandidos são melhor que esses péla-saco daqui.” (Dalva, P e P – C)

Falta de vagas e competição entre pares: o Terceiro Setor não é para todos

Um dos primeiros elementos encontrados como impeditivo à participação foi a falta de vagas nos serviços e o relato de enormes listas de espera para o ingresso nestes. Porém, este indicativo foi apontado mais pelos representantes de organizações do que pelos próprios moradores. Assim, eles mesmos apontam as limitações do serviço, que apesar de muitas vezes serem de muita qualidade, acabam deixando muitos moradores de fora:

“Meu filho está na lista de espera da creche. Pra tudo tem fila aqui” (Gilson)

“(...)Hoje a gente tem uma demanda de duas mil crianças aguardando vaga pra Educação Infantil.” (Meire, representante de organização)

“Tem, em todas as atividades tem lista de espera. O (nome da organização) é uma referência importante aqui na comunidade... Pela qualidade do serviço, sobretudo a qualidade...” (Elvira, representante de organização)

Houve também o relato de uma representante que se mostrou desconectado desta percepção maior da comunidade, afirmando que o serviço oferecido que atende oitocentos e cinquenta crianças dá conta da demanda da comunidade. Sobre pessoas que ficam esperando pelo serviço, ela afirma:

“Não tem, nós conseguimos dar conta.” (Mara, representante de organização)

Além disso, notou-se também que muitas vezes os critérios de inclusão/exclusão nos serviços, que estão relacionados à falta de vagas, acabam estimulando a competição entre os pares:

“Ah, acho bom que eles ajudam quem eles podem e quem não podem eles não ajudam” (Marinalva, P e P – P)

“Vamos supor, eles fazem a matrícula de uma criança de quatro anos lá. Aí a criança faz a provinha, aí vê o procedimento da criança... Se for uma criança com bom procedimento eles ficam lá até a faculdade. Agora se for uma criança mal-educada, que for ser mau-exemplo, aí eles tiram fora, entendeu? Tanto que eles fazem até entrevista pra ver o procedimento da criança, deixa a criança sozinha com a pessoa que vai fazer a entrevista, aí conforme... Porque teve uma época que muita criança chegou a ser expulsa de lá porque sabe que tem criança que não é educada, que passa a mão em coisa que é dos outros, que chama palavrão... Tudo vai da educação da criança, você tá entendendo? As com mau procedimento não permanecem lá, eles tiram fora. Já saiu muita criança, até mesmo adolescente, porque tem mau procedimento, foram expulsos de lá. Eu sempre digo pra minhas filhas “vocês têm tudo pra ser, pra ter... Ter bom estudo e ser boa gente na vida”. Heloísa não conversa com ninguém lá... (...) Aí quando eles têm bom procedimento eles chamam os outros. Aí no ano seguinte, quando a minha filha fez quatro anos, eles chamaram a minha pequena” (Samantha, P e P – P)

“Sempre falo pras minhas filhas: “dêem valor, porque nessas escolas que são da prefeitura vocês não têm a mesma oportunidade que vocês têm lá”(sic). Lá elas têm tudo. Nas de cá você têm que comprar tudo. E lá, você ganha tudo. E quanto melhor você ter um exemplo, um bom comportamento, melhor pra você, porque o que tiver de

bolsa pra ganhar, pode vir mais tarde. E lá tem, minha colega ganhou uma bolsa de espanhol... Então têm as outras bolsas. Então quanto melhor for seu procedimento na escola, melhor a oportunidade que você tem de ganhar as bolsas lá” (Samantha, P e P – P)

“É igual como eu tinha te falado no colégio, porque eles vão investigar a vida da mãe e do pai, como é que é, pra poder ter seus filhos lá estudando no colégio, por exemplo... Se for, é... Filho de traficante, por exemplo, não tem como porque os registros ficam lá no colégio. Se meu marido trabalha em tal firma, então o nome da firma, o que meu marido faz, fica tudo lá no computador.” (Samantha, P e P – P)

No subtexto desses aspectos apontados, encontra-se um “salve-se quem puder” entre os moradores, o que acaba por enfraquecer os laços de solidariedade e a noção de direito. O próprio serviço público é desqualificado ao ser comparado com os serviços das organizações e a resposta a essa desigualdade acaba por não favorecer a luta coletiva e sim somente o benefício individual do usuário. Conseguir uma vaga num dos requisitadíssimos serviços já é bem difícil, um privilégio. O critério deixa de ser a universalidade de direitos e passa a ser meritocrático, e quem define os critérios de tal mérito são as organizações.

Notou-se também que algumas vezes as organizações não se dão conta deste processo, atribuindo somente aos moradores a responsabilidade por esta situação. Comentando com uma representante sobre uma situação que ouvi entre os moradores de que em dias de inscrição eles deveriam estar na porta da entidade às quatro da manhã, ela responde:

“É, na verdade isso é uma coisa assim, a própria população que acaba divulgando, né... A gente nunca falou pra fazer isso. Então existe os dias de inscrição. Nos dias de inscrição, nós oferecemos quarenta senhas. E aí é feita a inscrição pra quarenta pessoas. Então as quarenta pessoas que chegarem primeiro e pegarem a senha fazem a inscrição. Então assim, começou a criar uma situação que as pessoas queriam chegar cada vez mais cedo, mas a gente tem o horário que a gente começa a entregar, né, que é às sete e meia. Então não precisa, né, não tem a necessidade, né... Mas às vezes as pessoas acabam... Mas não é uma orientação que nós damos. (risos)

(...) Muito pelo contrário, a gente tem estimulado pra que isso não tenha a necessidade de ocorrer. (Meire, representante de organização)

Outro problema encontrado dentro deste sentido do privilégio foi a duplicação de demandas, ou seja, algumas famílias acabam sendo beneficiadas por vários serviços e outras por nenhum. Assim, muitas vezes há um mau – aproveitamento dos recursos devido a problemas na avaliação das necessidades e na fragmentação entre os serviços:

“Se eu te falar que teve época que eu cheguei a pegar nove cestas básicas indo detrás das comunidades, nesses lugares assim pra poder ter o alimento das minhas filhas em casa... Andava meio mundo, andava detrás de cesta básica. Agora que meu marido tá trabalhando, deixa... Mesmo assim eu ainda pego do colégio e do posto do (nome da organização), no final do ano são quatro cestas, fora a que meu marido pega no serviço.” (Samantha, P e P – P)

“Eu não vi, mas eu vi a reclamação. (...) A fulana tem um monte de leite no lixo. Então aquela briga, agora... Dá trabalho, levanto, entrego as coisas pra todo mundo, mas tem umas pessoas que pegam e jogam fora... Então não tem aquelas associação assim, tem que entregar um leite, entregar pra pessoa certa, só se for usar. Já tem entregado e daí, a pessoa vai usar? Tem criança? Agora que é época de eleição, abarrotaram mais leite... Você entendeu? (...) Tem gente que não. Tem gente que se oferecer alguma coisa leva, no outro dia não tem onde guardar, joga fora... Estraga. Mas é assim...” (Michel, P e P – P)

Desconhecimento das organizações e nebulosidade: que setor é esse?

Em diversas falas de moradores, foi possível identificar que muitas das pessoas nem sequer sabiam da presença das organizações na comunidade. Alguns só faziam referências a duas ou três que são mais conhecidas por todos:

“Não. (...) O (nome da organização) eu conheço, né... Que meus filhos estão matriculados lá, têm o plano de saúde de lá, até os dez anos... (...) Eu fui indicado por uns amigos meus pra ir pra lá e fiz a matrícula deles. (...) Eu acho que a população

nem fica sabendo, eu por exemplo nem sabia que existe isso, tô sabendo agora que você tá falando...” (Odracir, NP – C – morador de Paraisópolis há catorze anos)

“Não (não conhece o trabalho das entidades) Aliás... A única que ainda conheço é o do... Não sei se encaixa aí, mas é o do (nome da organização). A minha filha é matriculada lá. Ela passa no ambulatório médico às vezes...” (Janete, P e P – C)

“O (nome da organização) todos sabem. Agora as outras ONGs, acho menos divulgado” (Janete, P e P – C)

“O que eu sei mesmo é muito pouco, sei da sede ali, que entrega currículo... (...)O que eu sei é mais de lá mesmo. Entrega currículo pra dar oportunidade de trabalho mesmo... (...)Ah, o (nome da organização) sim! O (nome da organização) é bacana.” (Paulina, NP – P)

“Não, nunca fui... Eu nem participei, nem sei que dia tem reunião... Pra eu poder ir, né... (...) Minha nora fala, minha nora conhece, ela fala que tem bastante entidades aqui... Eu mesma nunca fui, né... Nem sei como que é.” (Nilde, NP – P)

Foi possível identificar que faltam informações sobre as organizações e que aqueles que as têm, geralmente tem uma participação mais ativa na comunidade, como Michel e Gilson, ou tem laços de amizade pelos quais essa informação é trocada:

“Outra questão é talvez a informação. Tem poucas informações do trabalho, por mais que a gente quer divulgar, às vezes não sabe nem o que que é, o que que faz, como funciona e se pode ter acesso, né... (Gilson)

“(...) Conhecía quase todas, né...” (Michel, P e P – P)

“Não sei se é mal-divulgado, ou eles não chegaram no público certo...” (Michel, P e P – P)

“Acho que falta informação...” (Paulina, NP – P)

“Tipo assim, vamos supor... Tem um médico no posto pra tal exame. Um exame que é difícil de você conseguir. Se você tem muita amizade, você consegue através de boca, você consegue a comunicação de saber que tal dia tem aquele médico. Agora se você não tem muita amizade, são poucas comunicação que você vai ter... Tem coisa que quando eu vou saber já passou! (...) Por exemplo, ver as fichas no final do ano pra conseguir a matrícula... Se eu tenho colega com criança pequena, falo: “tal dia tá pra vir as coisas”(sic). Eu não tô precisando mais, eu não vou pegar e rasgar, eu passo pra quem eu vejo quem tem criança na faixa etária da minha pra passar pra ela. Falo tal dia, tal hora, aqui tá a folha, vai lá e faz a inscrição...” (Samantha, P e P – P)

“Eu não converso com quase ninguém aqui. Eu moro aqui, mas eu não tenho amizade. Sabe, do serviço pra casa e eu vou pra casa da minha nora. E só. E vou na casa da minha filha.” (Nilde, NP – P)

“Não sei nem por onde começa isso aí... O povo que comenta aí na rua, né... Aí eu sou Zé Povinho...” (Dalva, P e P – C)

“Tem no (nome da organização), tem no posto aí, culinária, uma coisa assim, mas eu nunca participei, não...(...) Acho que a maioria sabe e a minoria não sabe.” (Clothilde, NP – C)

“Acho que é falta de comunicação. (...)Falta... Tipo, tem uma reunião.... Convidar a gente, pra poder explicar o serviço deles... Isso não tem aqui. (...)É, não informam muito...” (Tamires, NP – P)

Em relação ao desconhecimento das organizações, novamente aparece a simplista culpabilização dos próprios moradores:

“Ah, eu não sei porque eu nunca procurei saber, né? Aí eu nem posso dizer como é, porque eu nunca procurei saber, né?” (Norma, NP – C)

“Acho que nem fica sabendo. (...) Porque as pessoas não tentam procurar as coisas assim, sabe... Às vezes o pessoal é ignorante também aqui da comunidade, nem tenta procurar... (...) Aí quando vai saber já faz tempo, vai acabar... Já ta indo embora o negócio...” (Dalva, P e P – C)

Assim, no subtexto do desconhecimento das organizações por parte dos moradores estão a falta de clareza e de definição em relação a seus objetivos e vinculações, tanto por parte dos moradores como algumas vezes dos próprios representantes. Pôde-se perceber que estes últimos nem sempre têm clara sua nomeação, sendo para eles também nebulosa essa definição:

“Não sei te informar. Acho que não é nenhuma dessas nomenclaturas. (Neste momento ela chama outra representante da organização) Marilda, a nossa organização, ela pode ser identificada como? Não é ONG.” (Meire, representante de organização)

“É, não somos uma OSCIP também não. Eu acho que a gente poderia dizer que nós somos classificadas como filantrópica, mas não somos classificadas como uma organização não sei o que. Mas acho que uma entidade social, uma organização social filantrópica...” (Marilda, representante de organização)

“Então a gente considera isso terceiro setor, mas a gente não pode dizer que é uma OSCIP, nem uma ONG... Porque de verdade a gente responde pra uma instituição que é de interesse privado. Com algumas ações que são da mantenedora, que ela é beneficente” (Elvira, representante de organização)

A nebulosidade das organizações também se refere a sua relação com o poder público. Poucos dos moradores entrevistados tinham uma opinião formada sobre o tema. Em virtude de todo o processo de terceirização dos serviços públicos que vem ocorrendo nos últimos anos, pode-se pensar na relevância deste dado:

“Ah, acho que pode ter, mas aí ninguém sabe...” (Janete – PeP – C)

“Pode ter sim... Não sei...” (Tamires, NP – P)

“Não sei responder... Acho que com a prefeitura. Os cara da prefeitura ta aí, a obra, tudo né... A prefeitura de São Paulo. Isso aí, prefeitura mesmo.” (Nilde, NP – P)

“Ó, se tem eu não sei, é porque eu não participo nesses lugar...Aí eu não tenho contato com esse povo... Agora se eles têm alguma coisa com a prefeitura eu não sei.” (Marinalva, P e P – P)

“Então, não sei.... Eu conheço a dona de lá, a filha... Isso aí eu sei que eles não têm ajuda do governo e que não tem nada. É eles que pagam os funcionários, eles que fornecem tudo através do trabalho deles, da costura, que é da reciclagem do jeans, um pano de jeans que você tem e eles reciclam. (...)As outras eu não sei te informar” (Arlete, P e P – C)

“Eu acho que não” (Paulina, NP – P)

“Eu acho que não...”(Clothilde, NP – C)

“Acho que sim. (...)Eu acho que esse negócio do (nome da organização) aí é bom. Eu acho que tem alguma coisa.” (Norma, NP – C)

“Acredito que sim, porque prefeitura, governo, não mexe com eles? Tem tudo a ver!” (Samantha, P e P – P)

“Ah, deve ter, né meu? Deve ter alguma ajuda sim pra vir aqui pra comunidade, né...” (Dalva, P e P – C)

Na fala de Gilson, morador e líder comunitário, aparece a idéia de que as ONGs estão na comunidade para suprir a ausência do Estado:

“Eu não quero que as pessoas precisem de mim a vida inteira... (...)Meu sonho é que não tenha nenhuma organização aqui, por não precisar. Vai estar num processo de mobilização tal que a gente vai dar conta de ir lá no governo e garantir as coisas. (...) As ONGs estão aqui hoje pela ausência do Estado, né... O papel que o Estado

deveria cumprir as organizações fazem e com o dinheiro do Estado, né, o que é estranho, né... E a noção não é percebida da mesma maneira, acha que é favor...”
(Gilson)

Já Michel, coloca que as organizações recebem dinheiro do governo e vê com desconfiança essa relação:

“Olha, eu não tenho certeza, não sei se é só pelo... Eles correm em cima da lei pra receber os benefício do governo, ou... Mas é... Não sei qual a relação mesmo assim, não sei se é só mesmo pra tomar o dinheiro do governo. Agora se... Não aparece, né. Se eles recebem do governo, não... Não tem... Raramente devolve pro povo, né. Tem aquelas, né, “vou fazer uma festinha do dia das crianças”, pacote de bala, um pacote de bala pra criançada é isso. Ai fica assim, eu recebi por causa do Conselho do CADS, toda associação recebeu uma planilha, um absurdo, tem ai marcado... A planilha de todas as subprefeituras, de todas as ONGS... Não fala especificamente qual ONG, mas fala ao todo dos benefícios do governo. Um montante grande de dinheiro. Se tão dando, não é pra cá. Se tão distribuindo alguma coisa ai não é... Porque a subprefeitura do Campo Limpo não tá, as ONG do Campo Limpo não tão distribuindo pra Paraisópolis. Algum lugar tá levando o dinheiro... (...)Ai tá, vamos ver o que acontece, por que esse dinheiro não é revertido. Agora que eu tô no Conselho do CADS eu vou saber (risos)!” (Michel, P e P – P)

O discurso de uma representante das organizações relata a repercussão de mudanças das diretrizes do Governo Federal na atuação da entidade:

“Dentro da área de educação a gente agora tem um papel importante de complementar o Estado, então a gente não tem mais Educação Infantil em função de que em Paraisópolis se criou EMEI, Centro de Educação Infantil... Então a gente tem serviços públicos que... Então a gente começa o ano pensando nisso, no que podemos complementar e não substituir o Estado. Então a gente avalia que em alguma medida nesses anos teve um papel importante dentro da comunidade, mas muito de substituição, né... E a gente só tinha uma única Unidade Básica de Saúde aqui. Agora que está tendo, politicamente falando, toda uma reestruturação governamental pra essa coisa de pensar a questão da saúde, tem coisa que eu não posso falar... (risos). E

aí tem a ampliação da rede de serviços de saúde e a gente tá se revendo nesse sentido, revendo o foco, revendo o que pode ser complementar, o que pode ser a mais pra população, mas que não repita. Então nós estamos reavaliando tudo. (...) São vários fatores, é muito difícil falar de uma maneira que... Mas você tem uma conjuntura política, mudanças importantes na lei da filantropia, né, que faz muitas instituições do terceiro setor e instituições privadas que atuam nessa área a repensar o foco de atendimento, porque passa a exigir que “ó, você não vai mais repetir, não vai mais fazer doação, e sim complementar e dar qualidade pro SUS...”. Isso foi uma diretriz importante do governo federal. Então a gente tem um Sistema Único de Saúde e o que o Sistema Único de Saúde precisa das instituições privadas é a tecnologia, a complementação, e não um serviço que é equivalente. Tem uma mudança que a gente entende que é nossa mesmo, interna, de avaliação do trabalho, de repensar os serviços, de repensar ao longo desses dez anos o que tem sido esse trabalho dentro de Paraisópolis... Tem mudanças aqui dentro da própria comunidade, que a gente em alguma medida tem que se aproximar, tem que entender, né... (...) Então a gente tem que tentar acompanhar essas mudanças. Paraisópolis é uma comunidade muito jovem, então acho que um pouco da característica dela é essa coisa da mudança, é importante a gente pensar... (...) A própria participação, articulação, envolvimento, que é um movimento próprio da comunidade rebate muito nisso, e vice-versa. Então eu acho que tem um pouco a ver com tudo isso. É uma diretriz que é política, mas tem um conjunto de fatores que interfere nisso.” (Elvira, representante de organização)

Outro sentido encontrado dentro da nebulosidade do terceiro setor foi em relação aos interesses conflitantes das partes envolvidas, mencionados pela representante de uma das organizações:

“Então é um fluxo muito grande de pessoas e de profissionais, né... Então é um desafio muito grande, porque você trabalha numa instituição que é de interesse privado, dentro de uma comunidade carente e tem que administrar tantos interesses, né... Porque os objetivos de um voluntário muitas vezes não são os mesmos de um parceiro, e assim, é uma colcha de retalhos... O desafio do trabalho, pensar em um objetivo comum, que é interesse pra comunidade... Atender com qualidade... E também trazer o retorno que é pra uma instituição privada, que é algum tipo de

retorno... Que não é o lucro, mas que tem a sua lógica, né... (Elvira, representante de organização)”

Desta maneira, a nebulosidade do terceiro setor é entendida como um dos fatores que interferem na não-participação dos moradores, visto que não posso participar do que não conheço, daquilo que não compreendo, que não confio. Há muitos atores e interesses distintos, que não são explicitados. A própria relação com o governo e com as políticas públicas não é percebida por grande parte dos moradores e é muitas vezes confusa até mesmo para os representantes.

Desconfiança

A desconfiança em relação ao trabalho e às boas intenções de algumas organizações (que também está vinculada à nebulosidade) também apareceu nos discursos de alguns moradores, porém somente daqueles que tinham uma postura mais ativa dentro da comunidade, por meio das associações de moradores, conselhos e presença nas reuniões do Fórum de Multientidades. Podemos assim identificar como a participação pode ser um elemento fundamental na formação do pensamento crítico e político:

“Tão ganhando muito dinheiro, tem salários superfaturados... Tem gente séria trabalhando aqui em Paraisópolis e tem pessoas que não são sérias... (...) Eles não falam com as instituições, não ficam sabendo de nada, ficam ali só usando o nome da comunidade pra pegar dinheiro... Vender produtos, vender a imagem, lançar carreira política, quer dizer, não é o foco, né... E usam o nome da ONG e da comunidade pra tentar se eleger. Tem instituições aí que arrecadam milhões de reais aí por ano pra usar em Paraisópolis e a associação não tem um telefone, porque cortaram, a gente tem que ficar mendigando... Às vezes eu acho que seria mais fácil pegar esse dinheiro que as ONGs arrecadam e dar na mão dos moradores e acabar com as ONGs... Veja quanto que daria por mês na mão de cada morador... Daria muita grana... O cara vai poder comer, fazer, comprar e com autonomia. (Gilson)

“Eu mandei embora um projeto aqui... Falei que não queria. Era um projeto de 400 mil reais que tinha uma parceria com (fala o nome de uma empresa conhecida) que

destinou recursos pra ele, mas querem fazer do jeito que eles querem, não querem a opinião da comunidade. Tem recursos, mas não tem equipamentos, os recursos são pra pagar os salários da equipe... Então não quero. Manda embora. Na comunidade eu não quero um negócio desse, só pra usar o nome da comunidade. (...) A gente quer projetos que mudem a realidade no sentido da autonomia pra comunidade. Aí você vai lá e põe um projeto de 500 mil reais, você usa 50 mil e o resto só Deus sabe pra onde vai. Coloca um salário de 50 mil pra um, pra outro... Acontece. Tem entidade aqui que tá sendo investigada... (Gilson)

“Então por isso que quando falam que dão, eles dão, mas tão ganhando pra isso. Eles não fazem nada de graça. Mas pelo menos dá alguma coisa pra população e os outro que não dá? Não sabe pra onde foi. É complicado, não sei, não aparece... (...) Vai e sumiu. Vai e fala “ a gente não tem condições”. Como não tem condições? O governo manda. O mesmo dinheiro que manda pro (nome de organização) manda pras outras associação. Não presta serviço por quê? Não dá nada em troca por quê? A gente não sabe por quê” (Michel, P e P – P)

Fragmentação da atuação das organizações e interlocução incipiente

A presença de tantas organizações atuando em Paraisópolis e a incipiente interlocução entre estas, apesar do esforço e dos avanços conquistados pelo Fórum de Multientidades, acaba perpetuando a já fragmentada atuação destas entidades e criando problemas como a duplicação de demandas, dificuldade no acesso de muitos moradores por conta da falta de vagas (em virtude de não terem um mapeamento da população atendida nos recursos do entorno), divergências de informações, entre outros problemas. A população acaba ficando confusa e sem as informações necessárias de como acessar esses espaços, o que reflete em sua participação. O Fórum como espaço privilegiado para esta interlocução, construído ao longo do trabalho de diversos atores empenhados nessa busca, procura se efetivar mais como espaço de interlocução e discussão de necessidades da comunidade em geral e cada vez menos ser apenas um espaço para troca de informação e auto-promoção. Há relatos de que cada vez mais tentativas são realizadas nessa direção, mas há gradações no otimismo dos discursos dos representantes:

“Eu tenho colocado umas polêmicas no fórum de Multientidades... Pra discutir o papel do Multientidades nas questões mais gerais da comunidade. A questão da violência e do policiamento... Tem policial quebrando braço de gente na rua, agredindo, montando flagrante e ninguém faz nada, ficam com os olhos fechados... E o que as instituições vão fazer? Ah, a escola tal trata mal as pessoas... Vieram falar pra mim que é responsabilidade da associação com as outras organizações. Então tem que ter poder. (...) Vamos pensar nisso em conjunto. Senão a gente vai ali pra reunião, conta um pouquinho do que cada um tá fazendo e fica tudo lindo, maravilhoso... Fica a transformação pra gente mesmo, né, olha que legal e tal. Tem que repensar esse papel, mas colocar isso é sempre polêmico. Porque não é fácil também. Fica nessa questão do coitadinho, na questão do favor, nós estamos investindo aqui, tá achando ruim? Eu tô devolvendo projetos!” (Gilson)

“(sobre a interlocução) Não tem, viu... Pelo menos aqui em relação às de fora... Não tem. E poderia ter... Olha, eu imagino que... Dá a impressão que cada um quer trabalhar por si. Sabe, quer o foco das atenções pra si. É meio estranho isso, né... Quando você pensa em criança, pensa em comunidade, você procura buscar um elo, né? Se é pra ajudar então, né... Precisa haver, né, uma boa relação... O que você precisa, o que eu preciso, poderiam falar a mesma palavra, mas eu não... É aquela idéia de força, a força de várias vozes, né... Cabeças juntas. (...) Mas era bacana que houvesse uma maior parceria aqui... Ainda mais quando você pensa nas crianças, né? Se você pudesse criar mais e mais trabalhos, mais e mais ONGS, mais e mais instituições pra atender... Tudo é válido, tudo o que você puder fazer pra eles, não tô pensando só como educadora, tô pensando como... Eu não moro aqui, mas eu me sinto parte da comunidade, né...” (Mara, representante de organização)

“Nós fazemos parceria com várias escolas, aqui próximo à comunidade, tanto escolas particulares, tanto as escolas estaduais, municipais... Em relação às escolas da comunidade é uma parceria até de um grupo que foi formado, um grupo de multientidades. Formamos um subgrupo que tem reuniões, que antes eram mensalmente, hoje são bimestralmente, de qualquer jeito é uma afinidade bem grande que tem com as escolas. A gente faz um grupo de estudo juntos, pensa em melhoria pra comunidade, em relação... Pensa no aspecto educacional, em parceria... Monta programação em conjunto, cruza calendário pra não bater programação pra

comunidade nos mesmos dias, como festa junina, reunião de pais... Enfim, outras programações. (...) Principalmente dentro de Paraisópolis, eu acho assim que é uma situação bem privilegiada. Paraisópolis é maior que muita cidade que tem por aí, e esse grupo de multientidades e esse grupo de gestores, que é mais envolvido nesse aspecto educacional, eu acho que existe uma preocupação muito grande, a gente tem muito que avançar... Temos, mas acho que o caminho é esse mesmo, a gente sempre terá, mas assim, eu tenho muito orgulho de ter essa preocupação aqui dentro, é uma união bem bacana que permite a gente atender muitas necessidades da comunidade. (...) De uma forma geral, de todas as entidades. Algumas são mais atuantes, outras menos, mas eu acho que é um privilégio que a gente tem de ter essa abertura, esse espaço... Podemos dizer que a maioria procura ser atuante, quando não se faz presente nas reuniões da multientidades, tá sempre acessando o site, se atualizando com as pautas, e o grupo de gestores, a gente tem percebido... Eu tô nesse grupo há cinco anos, percebo assim um grande crescimento, a gente já teve muitas conquistas. (...) Agora pensar na comunidade como um todo é uma visão que se amplia, até pra poder fazer essa transição da Educação Infantil pro Ensino Fundamental... Tem sido uma experiência bastante prazerosa. (...) É, tem evoluído muito, outras comunidades tinham... Mereciam se dar essa oportunidade, de fazer esse intercâmbio que é super importante..” (Meire, representante de organização)

“Ai... (risos) Acho que tem dentro da dinâmica que é da comunidade e da própria instituição, momentos de mais avanços e momentos de alguns recuos. Né... Dentro do possível a gente busca sempre trabalhar junto com a comunidade, especialmente com outras organizações de interesses afins. Então no ano passado, por exemplo, a gente participou da Mostra Cultural, a Semana da Paz, a Semana das Bibliotecas... Sempre buscando essa coisa da... A participação freqüente dentro do Fórum de Multientidades, né... A discussão das prioridades da comunidade, toda essa discussão das creches... Por exemplo, né, da emergência da necessidade das creches, houve uma importante participação nossa... Então tem uma proximidade. Eu acho que ela poderia ser maior, eu acho que ela poderia ser diferente, mas existe, não dá pra dizer que não existe. (perguntada de achava que existe essa busca em todas as entidades da comunidade) Não... Eu acho que é muito da coisa do interesse, né, por parte de todo mundo... Tem gente que tem mais essa diretriz de trabalhar mais junto porque entende que é assim que se faz. Tem gente que entende que o espaço da articulação é

mais um espaço de troca só de informações. Né, enfim... Aí tem níveis de participação, né, do entendimento que se dá, do entendimento do desenvolvimento social, comunitário... Tem diferentes construções. (questionada quanto aos entraves) Agora você me pegou, porque se eu falo o que eu penso... (...) Eu acho que tem várias questões, que eu tenho pensado muito. Eu acho que as instituições, as mais antigas, e talvez mais legitimadas, como (...) que estão aqui há muito tempo, (...) São instituições que tem uma dinâmica em que é importante essa coisa da vinculação, que é muito difícil trabalhar muito sozinho, né... Porque tem momento que você até vai fazendo tudo sozinho, mas tem momentos que é necessária a interlocução, né... Eu acho que a maneira como a gente chegou aqui, foi uma maneira mais de interlocução. A gente veio fazer territorialização, a gente foi buscar pesquisadores daqui mesmo, era uma diretiz. Hoje, a instituição está dentro de um outro momento, né... De muitas vezes ter que fazer sem ter muito a participação, né... Com as mudanças de visão, com as mudanças de pessoas, com as mudanças de concepções, tudo isso tem influência. Então eu acho que é isso. É um pouco da dinâmica de concepções, de momentos, momentos que eu preciso estar mais próximo, momentos que pra mim é muito mais difícil... Tem a questão dos profissionais, né, tem uma coisa que é muito de quem tá lá, né, de ter essa predisposição. Tem gente que acha que ficar discutindo, ficar discutindo as coisas, é uma baita perda de tempo, né. Eu acho que o boom do terceiro setor, essa coisa de ter muita ONG na comunidade... Eu tenho lá as minhas críticas, um pouco em relação a isso, tem muito essa coisa do fazer sem pensar muito no que é desenvolvimento social, comunitário, no que é interesse, no que é necessidade da população... Entendeu... Eu tenho aí várias críticas. Eu acho que o entorno, o fato de Paraisópolis estar localizado numa área de contraste de classe social muito grande, propicia que Paraisópolis tenha muitas instituições, né, que ajudem..." (Elvira, representante de organização)

Diferenças entre moradores e representantes das organizações: a desigualdade permeando a participação

Essa categoria será a mais extensa, pois a desigualdade social foi identificada no subtexto de diversos aspectos relacionados às diferenças entre os moradores e os representantes de organizações que atuam na comunidade e que são de fora dela.

Intenções da atuação das organizações

Quando se pensa na participação dos moradores junto a essas organizações, faz-se necessário investigar como os moradores vêem as intenções daquelas instituições. Quando foi perguntado aos moradores o porquê daquelas instituições estarem ali atuando, alguns responderam abertamente que não faziam idéia do motivo:

“Não sei te responder essa pergunta, não...” (Odracir, NP – C)

“Ah, eu não sei nem te informar. (...) Acho que eles acham bom, né... Porque tá muito mudado aqui, né? (...) Porque aqui antigamente só era barraco. Cada um fez suas casinhas... Tá tudo bem organizadinho mesmo. Quem olha assim, vê que aqui tá habitado, né? (...) Ah, eu não sei, não sei te informar... Não sei, não sei nem dizer nada. Isso aí eu não sei” (Norma, NP – C)

Nos discursos mais críticos de alguns moradores também aparecem os sentidos relacionados à necessidade de emprego dos funcionários das entidades; obrigações legais das organizações; interesses políticos; benefícios que as entidades recebam, como desconto em impostos e até mesmo a vaidade dos filantropos:

“Que nem... Digamos os aprendizes... Geralmente ninguém quer dar emprego, né, e muitos são obrigados a arranjar emprego aqui, de 5 a 15%, dependendo do tamanho da empresa, 5 a 15%... Talvez seja por isso também”. (Janete, P e P – C)

“Ah, aí eu já não sei te dizer, não posso te dizer, não sei... Acho que eles vêm por necessidade também, né... Trabalhar, né... Ocupar a cabeça de alguma coisa também, né. Se ocupar e não fazer coisas erradas. Muitas coisas erradas, né” (Nilde, NP – P)

“Olha, não sei que visão que eles podem ter daqui... Sei lá, deve ser alguma visão positiva, não sei... (...) Acho que é porque é a segunda maior favela, né... Tem muita gente que precisa de oportunidade, serviço, tudo, né... Aí acho que é por isso” (Paulina, NP – P)

“No meu pensar é interesse político. É... Por trás tem política no meio.” (Tamires, NP – P)

“Então por isso que quando falam que dão, eles dão, mas tão ganhando pra isso. Eles não fazem nada de graça. Mas pelo menos dá alguma coisa pra população e os outro que não dá? Não sabe pra onde foi. É complicado, não sei, não aparece...” (Michel, P e P – P)

“Não sei te dizer, porque não tem nem comentário. (...) Ó, do comentário que eu vejo falar, geralmente... Vamos supor, o (nome de organização), eu já vi comentário que através deles darem essa mão para as pessoas necessitadas aqui, são abatidos, tipo assim, impostos. São abatidos impostos deles. Mesma coisa no colégio. São abatidos nos impostos. Aqui é o que eu vejo falar. Através deles fazerem alguma coisa pro pessoal aqui da favela, são abatidos lá, nos impostos, né” (Samantha, P e P – P)

Acho que essas pessoas que trabalham em reunião deve ganhar algum benefício sim, né... Porque elas não vão trabalhar aqui sem ganhar nada. (...) Sim, em termos de alguma renda, né... Deve ganhar” (Nilde, NP – P)

“No Paraisópolis é isso, as pessoas entram para que? Para ter visibilidade. Tá ajudando Paraisópolis, logo logo tá na mídia. Fez qualquer coisa em Paraisópolis, tá na mídia. Se faz bem feito, não sei. (...) Abre uma associação, pega os benefício e faz qualquer coisa e pega os benefício e pronto. Fica na do governo e pronto. Por isso saiu que o governo tá querendo fazer um, dá mais incentivo, né... Agora não sei, tem muita associação que é isso aí, quer ter visibilidade, enricar e vão embora, não prestam serviço pra nada. Não presta e não aparece, pelo menos... Aparece na televisão bonitinho, ajudando, mas não resolve nada... Na prática mesmo, um absurdo. Só. A gente também não sabe o que acontece né, como funciona... (Michel, P e P – P)

O sentido da vaidade e da visibilidade dos filantropos também aparece na fala de um líder comunitário e de uma representante de organização, que também apontam outros aspectos positivos da atuação destas organizações na comunidade:

“Algumas vêm por vaidade, outras por costume de fazer filantropia” (sic). Fala que também “é muito fácil dizer que fulano está lá por causa do desconto no imposto de renda, mas você também poderia estar lá fazendo isso. É melhor falar essa frase infeliz e não fazer nada. Faça alguma coisa. Só falar, só criticar...” (Rolim)

“Tem uma loja no shopping, né... E ela cria peças (...), até ganhou vários prêmios já, Projetos de Ecologia...(...) Tem algumas peças que vão... Tem peças premiadas... Que foram expostas em Milão... (...) No ano passado... Esse ano ela não participou... Não teve aquela feira das noivas no prédio da Daslu? Ela foi com os vestidos... Ontem ela participou de um evento, ela leva as meninas da comunidade pra desfilar, pra participar desses eventos... Mas é enfim, é isso... O interesse dela é voltar o olhar para a comunidade de Paraisópolis...” (Mara, representante de organização)

Outros sentidos muitas vezes encontrados nas falas dos moradores foram relacionados à ajuda e à caridade. A ajuda vem daquele que não tem o dever, da celebridade altruísta, daquele que tem mais condições que ele:

“Ah, acho bom que eles ajudam quem eles podem e quem não podem eles não ajudam. (...) Eu acho, né... No meu pensar que eles vêm pra ajudar.” (Marinalva, P e P – P)

“(sobre benefícios aos representantes das organizações por estarem atuando lá) Acho que não... Pelo menos eu acho que não, né... Porque se tiver é muito pouco. (...) Acho que só o agradecimento mesmo, de muita gente.” (Janete, P e P – C)

“Ah, aí eu já não sei... Acho que vontade própria de ajudar, né... Que nem a (nome da celebridade), acho que eles não têm, é... Dever nenhum aqui dentro, né... Só vem pra ajudar mesmo, ajudar, né... Não sei... exatamente. Olha... Ou então... O que que pode ser... Eles querem ajudar e... Alguém manda eles pra cá, né...” (Janete, P e P – C)

“Acho que como todos que estão precisando de ajuda, né... Aí acho que é por isso que essas pessoas vêm, porque têm condições... Vêm aqui pra ajudar, pra poder ajudar... Porque de um jeito ou de outro tem que ajudar as pessoas, os moradores

daqui de dentro, né... (...) Ajuda aí com cesta básica, várias coisas... Ajuda com muita coisa, doação de alimento...” (Clothilde, NP – C)

“Ah, eles tentam passar coisa melhor pros moradores daqui, mas os moradores não quer, né... Acho que eles pensam que moram aqui na favela, eles não querem conhecer coisa nova, só querem conhecer o que tem aqui dentro. Então acho que não é assim... A pessoa tem que estar procurando coisas novas, né.. (...) Ah, pra ajudar o pessoal aqui da comunidade, né...” (Dalva, P e P – C)

“Olha, eu acho assim, é o interesse deles de querer mudar. Que nem aqui, o Paraisópolis... Quando fala em Paraisópolis, lá fora... Acha que é só uma favela, que não tem criatividade, que não tem espaço para as crianças e adolescentes... Então eles procuram mudar a forma de ver lá fora. A forma de pensar: não, favela não é aquilo que você fala lá fora. Tem que procurar conhecer pra depois falar como que é. É aquele negócio: cada um tem seu caminho aqui dentro, tem o lado ruim e tem aquele que corre pro lado bom. Então às vezes julgam lá fora por causa de um aqui dentro. Acha que existe um aqui errado por opção. Então esses que já conhece também, que já freqüentaram e viram como que é aqui dentro e então procuraram se aperfeiçoar, mudar o modo de vista lá fora. Então eu penso isso, é quem decide mostrar o outro lado que existe. Não ficar como aquilo. É quem tem interesse de mudar. Tem força de vontade. É muito o que a gente pode ver pelos adolescentes hoje em dia. Hoje em dia a gente tem que cuidar muito dos adolescentes e crianças. Porque se não tiver uma pessoa que apóie e que dê oportunidade, lógico que eles vão pelo caminho ruim, pelo caminho do crime. Eu penso isso. (...) De querer mudar, de querer mudar o ponto de vista” (Arlete, P e P – C)

O olhar e a atuação que vêm de fora: vivências e memórias de opressões

Observou-se que grande parte dos representantes das organizações do terceiro setor que atuam na comunidade são de fora desta, pertencendo a classes sociais mais elevadas, como menciona a representante de uma das organizações entrevistadas:

“Moram aqui perto, né... Aí eles acabam vindo pra cá... Ela mora ali perto da Casa da Fazenda e vem pra cá” (Mara, representante de organização)

Pôde-se identificar que essa diferenciação do eu da comunidade X outro de fora é disparadora de memórias de opressões, preconceitos e até mesmo reproduções, que se fundem em discursos até mesmo de uma mesma pessoa, demarcando desigualdades que muitas vezes são vividas com resignação. Ao investigar a visão que os moradores acreditavam que estes representantes tinham da comunidade e dos moradores, estes indicadores emergem em suas falas:

“É, por ser favela, né... Deve morrer de medo de entrar aqui dentro. (...)Eu acho que sim. Aqui devia ter bastante gente pra ajudar... Não tem, acho que não vêm porque têm medo, fala “ah, favela do Paraisópolis...”. (...) Porque... Eu acho que vieram aqui, conversaram com alguns e viram que não é isso mesmo que, de fora, ficam imaginando... E são poucos que têm coragem de vir, né...” (Tamires, NP – P)

“No meu pensar que eles vêm pra ajudar. (...)Eu não sei minha filha, (eles pensam) que quem mora na favela é tudo manjado. (...)Eu não sei, é que o povo é mais vivo... Quem mora na favela eles vão dizer que é quem não presta. É, eles acham isso. Disso eu tenho certeza.” (Marinalva, P e P – P)

“Você chega nuns lugar e fala que mora na favela o pessoal já fica com medo, acha que vai te matar, pensa que é traficante, que é bandido, mas... Não é assim, pelo contrário, cada um faz o que quer... Pelo contrário... Às vezes o traficante ajuda o pessoal aqui muito mais do que o pessoal daqui da favela... Você vai pedir uma cesta básica eles te ajudam, você vai pedir qualquer coisa e eles estão sempre ali te ajudando, entendeu? Aí tem gente que pensa que todo mundo é bandido, né? Não é assim... Não é querendo defender bandido não, mas às vezes os bandidos são melhor que esses péla-saco daqui.” (Dalva, P e P – C)

Ao mencionar a atuação de pessoas externas à comunidade, as associações que muitos moradores fizeram refletem a história de opressões na comunidade, que trazem elementos anteriores aos da atuação das organizações e que muitas vezes são sentidos como submissão e impotência diante de um histórico de violências.

Foi muito freqüente a associação das organizações do terceiro setor à Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo (que estava desapropriando

moradores de áreas de risco), principalmente para aqueles moradores que não tinham muitas informações sobre os serviços. Isso me chamou muito a atenção, assim como o discurso deles diante da possibilidade de perderem suas casas, que ao meu ver vem carregado de uma resignação acarretada pela impotência sentida por eles diante dos poderes. Pela frequência de referências a este tema, nota-se que este é um problema que tem angustiado muito os moradores:

“Ah, eu fico sabendo assim, eles vai pelo negócio de... De casa que vai sair, eles falam assim que essa reunião é negócio de casa que vai sair. Saber se vai tirar ou não vai... A gente fica em dúvida, aí a maioria das pessoas vai lá saber. Eu não vou assim, né, não tenho, não vou...” (Nilde, NP, P)

“Ah, dessas reuniões de moradores que eles têm, que vão mexer aqui na favela... Essas coisas que eles tão mexendo, que vai precisar tirar o pessoal de área de risco, de cima dos esgotos...” (Samantha, P e P – P)

“É, a reunião pode ajudar e pode prejudicar também. (...) Sim... Dependendo da conversa lá pode prejudicar também a pessoa. (...) Levando a casa, tirar daqui, né... Não dá o valor que a gente pagou... Aí é uma coisa que já prejudica, né” (Nilde, NP, P)

“Vieram falar pra minha vizinha e ela falou pra mim. Mas eu nunca tô em casa, aí eu não fico sabendo de nada. Nós fica aqui até o dia que der certo, o dia que vier pôr pra rua, aí nós vai pra rua. (...) Eu falei pra minha patroa, aí ela falou: “Não, Nilde, eles não podem deixar você na rua, não...Agora que você comprou sua casinha, reformou... Não, não... Pessoa trabalhadeira igual você vai deixar levarem suas coisas?”. É, só Deus sabe o destino...” (Nilde, NP, P)

“Não, não... Nem cheguei, nem fui ainda... Nem tô preocupada, você vê? Nem fui ainda na comunidade pra saber. Tô sabendo pelo povo que fala pra eles... (...) A gente fica com medo. Ainda bem que eu não tenho criança, né, pra... Já tá tudo, entendeu...? (...) É, a vida da gente, a gente vai levando, né... Vou morando aqui perto até quando Deus quiser... Também não sei o dia de amanhã, eu falo pro meu marido... Não posso falar nada que eu não sei, né? Se tirar eu e jogar pra rua, a

gente tem que sair, né, vai fazer o que? Eu não tenho poder com eles...” (Nilde, NP, P)

“Acho que muda. Acho que muda assim pra melhor, né? Se não mexer no que tiver que mexer... Tem que ver se vai mexer mesmo... Se for tirar a favela, não sei. Se for tirar aí fica pior, né? Tirar esse negócio do povo que mora aqui... (...) É. Se tirar vai ficar pior. Tanto tempo, depois vir aqui e querer tirar, aí não dá, né... (...) É que quem fala disse que o prefeito queria tirar, né? Vai botar em predinho. Porque se for tirar a gente pra colocar em predinho, ninguém vai querer. Porque se não aceitar ficar em predinho vai ganhar cinco mil reais. Pra que dá isso? Não tem como... Aí vai ficar chato pra gente, né... Não tem como. Tá todo mundo revoltado com isso. Se eles forem tirar a gente daqui pra botar em predinho eu também não quero... (...) A minha casa não tá na área disso não, mas eles dizem que vão tirar pra fazer negócio de lazer pra criança... (...) O povo tá falando aí. E vai fazer lazer pra criança, que lazer de criança? Se for fazer uma praça é pra juntar bandido, né fia? Porque mais do que já tem aqui... Se for fazer uma praça, pra que, pra juntar isso? Então se eles fizerem as casinhas direitinho, com tudo organizadinho, com água, luz, com telefone, tudinho, vai tirar pra fazer praça? Porque onde eu moro vão fazer uma praça. Pra que praça? Pra bandidagem. Acho que é só isso mesmo” (Norma, NP – C)

“Ah, com a urbanização vai melhorar!”. Vamos ver! Vai melhorar pra quem? Pra quem fica ou pra quem sai daqui (risos)? “Ah, Michel, você é contra a urbanização...”. Não sou contra a urbanização, sou contra tirarem eu de lá! Tô acostumado, to há 30 anos lá dentro... Viram... Sempre corri atrás, trabalho, me viro... Agora, vão me tirar e vão por eu lá pra onde? Eu não sei, é complicado... A briga é isso. (...) Não sei como vai ser, mas até lá eu me arrumo (risos)!” (Michel, P e P – P)

A desigualdade de classes na comunidade é muito mais ampla do que a dinâmica restrita entre moradores e representantes das entidades. Aquela situação nas cercas do cemitério do Morumbi, onde a moradora afirmou que aquelas pessoas “que sempre viveram bem, estão mortas e bem melhores do que as pessoas que sempre sofreram e continuam a sofrer por aqui” (sic), que pode ser entendida como “os

mortos ricos estão “melhores” que os pobres vivos”, é um dos exemplos da desigualdade escancarada e da mensagem que isso passa aos moradores.

Outros relatos desse tipo de mensagem permearam as entrevistas:

“Fui dispensada porque engravidei, né... (...)A patroa me agrediu, ofereceu dinheiro pra eu abortar... Ai eu coloquei ela na justiça... Tá na justiça... (...) Tem audiência mês que vem... Porque o que ela fez comigo não se faz nem com um cachorro. (...)Aqui no Portal do Morumbi (em casa de família) (...)Ela me agrediu pra eu poder assinar a demissão... Disse que eu tinha duas opções: ou eu abortava e ficava aqui e ela pagava o médico e pagaria dinheiro do bolso dela também, como ela falou pra mim... Se eu abortasse, eu ficaria trabalhando lá... Como eu não aceitei, ela me dispensou e me agrediu pra poder assinar a demissão. Ela me puxou, ela e meu patrão... Eu passei muito mal dentro do apartamento... A amiga dela do oitavo andar que me prestou socorro. A minha amiga também trabalhava lá. Ela foi muito má comigo. O que ela fez comigo... (...)Eu trabalhei nove meses. Ai coloquei na justiça. (...) Já, já tem audiência mês que vem, se Deus quiser... (...)Meu marido ficou revoltado com eles. Eles falaram que não iam me pagar, que eu não ia receber um centavo... Ai eu falei, eu trabalhei eu tenho que receber! É justo eu receber! Preciso pagar pra pessoa que cuida dos meus filhos... Ninguém trabalha de graça. Eu coloquei na justiça, agora o juiz vai decidir” (Clothilde, NP – C)

A dinâmica do processo de exclusão/inclusão entre moradores e organizações é constituída pela afetividade e subjetividade dos sujeitos implicados. Como afirma Sawaia (2006), o processo de exclusão/inclusão traz uma configuração de dimensões não só materiais e políticas, mas também relacionais e subjetivas. Assim, o sofrimento ético-político é um guia analítico deste processo e “retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (p. 104). Conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social.

A própria estrutura das organizações, a arquitetura, a segurança, marcam espaços que muitas vezes já sinalizam um distanciamento para os moradores, o que foi enunciado por um dos líderes comunitários:

“Muitas vezes a pessoa olha aquilo lá, você pega o (nome de uma organização), por exemplo... Você olha lá, tudo uniformizado, um monte de seguranças, aquela coisa bonita... “Aquilo lá não é pra mim, não, né!”... Então a primeira coisa, o primeiro medo, é o cara chegar lá e tomar uma... Como é que chama quando o policial pára, ela faz o que... Uma batida! Tomar uma batida ali o risco é grande... (risos) Então ele tem medo, quer passar longe daquele lugar ali, porque pode ser um lugar de risco, de... E como a comunidade sofre bastante preconceito, não porque o pessoal é bandido e tal e tá aqui, não passa porque tem medo de batida e tal, mas porque é fruto do preconceito, essa batida freqüentemente pode ser com o bandido ou pode ser com o trabalhador, não tem diferença, né... Pela cara não dá pra saber... Então vai todo mundo. A polícia passa... Tem várias organizações aqui que tem uma segurança muito forte vamos dizer assim... (...) Eu acho que a questão da segurança acaba inibindo das pessoas irem lá e participar das coisas. E as pessoas também precisam se identificar.” (Gilson)

A ilusão da harmonia

Para muitos dos representantes das organizações, há uma naturalização das desigualdades, uma falsa noção de harmonia e convivência entre as classes sociais.

“(a representante de uma organização) E ela cria peças (...), até ganhou vários prêmios já, Projetos de Ecologia...(...) Tem algumas peças que vão... Tem peças premiadas... Que foram expostas em Milão... (...) No ano passado... Esse ano ela não participou... Não teve aquela feira das noivas no prédio da Daslu? Ela foi com os vestidos... Ontem ela participou de um evento, ela leva as meninas da comunidade pra desfilar, pra participar desses eventos... Mas é enfim, é isso... O interesse dela é voltar o olhar para a comunidade de Paraisópolis...” (Mara, representante de organização)

A suposta “harmonia” com os vizinhos ricos é muito tênue, sendo quebrada algumas vezes. Em 2008 e 2009 houve um aumento do policiamento dentro da comunidade, que parece não ter sido para proteger os moradores de Paraisópolis e sim para contê-los, atendendo às pressões dos seus vizinhos do Morumbi, como afirmam representantes de organizações:

“É mais por conta dos vizinhos moradores das mansões que parece que a Secretaria de Segurança tem que mostrar uma atitude. Que tá fazendo alguma coisa pra que... Não seja tão cobrado, né? Mas sai na Veja, sai na... Hoje quando eu cheguei eram seis carros só na primeira entrada e mais quatro aqui embaixo” (Mara, representante de organização)

“ (...)É... Eu acho que são diferentes atores que eu acho que esse entorno ele prejudica nesse sentido, a postura dos atores em relação... Haja vista esses últimos episódios que a gente teve da questão da violência, da polícia e tudo... Tem uma coisa do entorno que influencia muito na dinâmica da comunidade. Tem diversas questões que são da comunidade, a questão do tráfico, a questão da violência, da adolescência, enfim... Mas você tem a questão de um entorno e o que representa isso dentro desse entorno, né... Que tipo de pressão a mídia vai fazer, que tipo de pressão política vai ter quando você mexe com alguém que é do Morumbi. Então tem a questão de classe, que é uma leitura muito minha e de algumas pessoas, mas não necessariamente das instituições. Tem gente que tá adorando ver esse monte de polícia aqui, por exemplo. Minha própria instituição apóia. E eu sou uma profissional que faço considerações a esse respeito, em relação ao respeito, à cidadania, de ver um policial vasculhando sacolinha. Por outro lado, pra população que se sentia muito rendida também pela situação por parte de baderna, por parte de moradores do próprio tráfico, pra eles é bom. Eles têm uma sensação de segurança, pra muitas pessoas... Então é muito louco você estar dentro deste espaço, porque é muito dinâmico assim, mesmo nisso que você entende que é uma violação de direitos, e que você entende que precisava ser feito alguma coisa em relação a isso, você tem uma parte importante da população que se sente segura, porque em alguma medida a polícia representa isso. Ela representa a violência, mas ela também representa a segurança. São as contradições do momento social, né. Eu acho que isso não é só em Paraisópolis, isso é em qualquer lugar. (Elvira, representante de organização)

Assim, pode-se pensar que essa suposta “harmonia” é difícil de ser mantida porque não se trata de uma harmonia real, e sim de uma convivência imposta.

Conhecimento da comunidade e das potencialidades dos moradores

Algumas vezes essas organizações que vêm de fora não têm muitas informações sobre a comunidade, chegando a Paraisópolis com a imagem de carência e de falta. Dessa maneira, para algumas delas caberia-lhes somente suprir estas necessidades, fechando o ciclo assistencialista, o que foi explicitado nas falas de uma representante de uma organização e também de Gilson, que é líder comunitário:

“As pessoas precisam de cesta básica que ajuda”, de repente essa não é uma necessidade. E talvez as organizações ainda não tenham conhecimento do que é a comunidade, um trabalho de pesquisa, um trabalho pra fora. Às vezes essas pessoas vêm pra instituição e não pra essa comunidade, nunca andou, não sabe quantas ruas tem, quantos moradores tem, não sabe as carências... Chegam aqui no centrinho, ficam por aqui e acham que é isso mesmo e de repente acham que Paraisópolis é um bairro.” (Gilson)

“Porque eu tinha um amigo que trabalhava aqui com as crianças nessa creche e conforme o relato dele, sabe quando você se vê trabalhando, “nossa, é pra esse lugar que eu quero ir”...? Pelo trabalho também que eles faziam na acolhida das crianças e por ser em Paraisópolis você fala, “nossa, comunidade carente...”. Sei lá, ficou marcado, aí acabei chegando lá primeiro e depois aqui” (Mara, representante de organização)

Esse aspecto reflete-se na concepção que esses representantes têm da participação. Algumas das organizações que vêm de fora da comunidade, ainda que cheguem a fazer o chamado mapeamento das necessidades, acabam chegando com projetos prontos, sem a efetiva participação dos moradores na sua elaboração. Porém, esses projetos muitas vezes não refletem a realidade da comunidade e acabam muitas vezes por não fazer sentido aos moradores. Em muitos desses projetos os moradores acabam sendo vistos como meros usuários que não tem nada a contribuir, só lhe restando o lugar daquele que recebe, incentivando uma postura passiva nos moradores que acabam por assumir esse lugar nessa relação. A mensagem que fica é de desqualificação desse morador, de todas as suas potencialidades, sendo ele considerado somente pela sua condição de falta. No referente a esse assunto, apenas Gilson e representantes de organizações se posicionaram:

“Eu acho o seguinte, esse negócio da participação, o que a gente procura incentivar é principalmente a participação dos jovens no trabalho, né... Muitas vezes as organizações entram em Paraisópolis com o projeto muito fechadinho... Vem aqui, achando que todo mundo aqui tá passando fome e eu quero dar cesta básica, porque é meu projeto de vida e eu acho que vai me satisfazer pessoalmente... Dar cesta básica pras pessoas em Paraisópolis, na favela, os coitadinhos... E aí muitas vezes as pessoas chegam aqui e vêem que essa não é a realidade. (...)Porque chegam com a coisa montadinha, o que é bonito pra fora e que o morador não se identifica. A maioria das vezes é por aí. Olha e aí não se identifica, por isso que acho que muitas pessoas não participam.”(Gilson)

“Eu acho que talvez haja uma diferença entre a Associação e as ONGs, porque o foco da Associação é uma entidade de massa... Pra uma ONG que tem uma diretoria, um cara que é lá de fora, o cara da empresa vai e monta, doze pessoas, super bambambam, vai lá e põe o nome na ONG e leva a organização pra cima... Do que um cara que é líder comunitário, trabalha na comunidade, que já faz isso porque gosta e não ganha nada por isso e quer modificar essa comunidade. Então há uma diferença maior, há uma identificação e por isso talvez mais moradores venham, pra ser voluntários, pra participar... Então o morador pode falar: ah, quero fazer isso aqui. Se precisar de uma sala o espaço é nosso, o morador pode usar à vontade, é um espaço da associação, onde ele pode escolher os representantes, não é a empresa mantenedora, então aqui o povo vota quem é o representante. Então tem quatro ou cinco chapas e a que fizer as melhores propostas vai ganhar.(...) Há mais espaço pra participação. A gente costuma fazer mais atividades de mobilização, tem o evento das mulheres aí, com a participação de um monte de mulher, tem caminhada na rua... Tem reunião, palestra, pra que essas pessoas possam participar e contribuir de várias formas. Você chega na instituição e ela tem o foco em educação, se o cara não fez Pedagogia, não fez isso, não fez aquilo, ele não pode ajudar com nada. Aí a pessoa acaba sendo só beneficiária. Aqui as pessoas podem ser beneficiárias e podem também construir com a gente, e essa é a proposta. Quando a gente monta um projeto, nem sempre funciona, mas a idéia inicial é que as pessoas sejam multiplicadoras... Por exemplo, fez o cursinho pro vestibular, a idéia é que ele vá pra faculdade e que volte pra dar aula no cursinho... Então sempre esse retorno. A idéia é

que fique e descobre que ela enquanto agente de transformação pode fazer alguma coisa, né... Então se você descobrir que pode fazer alguma coisa pra melhorar a vida de alguém, você fala pô... E é tão pouco às vezes, então vou ajudar, vou me ajudar, passa às vezes até do individual, quero ajudar pra ajudar minha casa, minha família, sei lá, ter alguma coisa. De repente você tá ajudando a outra comunidade, o vizinho e tá multiplicando isso. Acho que essa é a diferença e é fundamental. Porque aqui a gente tem problema de participação, mas não é a participação que nem tem nas outras organizações. Por exemplo, o (nome de uma organização) quando quer gente pra participar, ele chama a gente pra levar gente. Se a gente não participa do processo, as pessoas não costumam participar, não porque somos os bons, mas porque a gente consegue chegar em mais pessoas e mobilizar a participar. Por exemplo, o (nome de uma organização) atende 10 mil pessoas hoje, se eles quisessem parar 16 mil eles conseguiriam, mas não... Fica naquele processo assistencialista, a pessoa vai lá e tal... (...) (Gilson)

“Do benefício, da ajuda, “ah, eu monto um novo serviço”, vamos tentar entender, né... Qual é a dinâmica dessa comunidade? O que é necessário? Às vezes o valor que... O sentido de necessidade pra mim e pra você é muito diferente da necessidade e do valor que é para outra pessoa. Em que medida a gente está disposto a desvendar isso e pensar como trabalhar isso? Eu acho que isso não é só aqui, é em qualquer lugar do Brasil... E um pouco em função disso, a gente tem agora trabalhado essa coisa da capacitação da geração de renda e às vezes eu fico pensando um pouco nessa esperança que a gente tem, mas mesmo assim tem poucas pessoas qualificadas para estarem fazendo um curso de capacitação, tem poucas pessoas entendendo que tem habilidades e potencialidades pra desenvolver um negócio e tem muitas pessoas que não entendem que isso seja uma prioridade. Não é? Então tem tudo isso. (...) A gente fala, né: “mas será que é necessidade?”. Tudo é necessidade dentro de uma comunidade carente. Falta tudo, né, tudo é necessidade. Mas não necessariamente eu tô preparado pra isso. Eu tô preparado... Vou dar um exemplinho concreto... Pra uma proposta de capacitação. Às vezes dentro das seqüelas que foi minha história de exclusão, tem tantas coisas antes disso... Né, pra se alcançar... A gente tem uma população jovem que não tem escola direito, que muitas vezes não tem projeto de vida pensado, e que a gente também tem tudo isso, porque às vezes é um projeto e escolhas que a gente não tem como valor, né... O fato das meninas engravidarem

cedo, que a gente fica querendo debater, tem muitas meninas que fazem isso por escolha. (...) Sim, da subjetividade, da cultura, não são consideradas. Da própria cultura, do próprio projeto que eu tenho pra minha vida, né... E tudo isso é muito complexo mesmo, e é uma... Um pouco... Um pouco inocente a gente achar que montar uma instituição num lugar e fazer lá o seu serviço, vai ter o resultado sem pensar nessas coisas todas. É um pouco inocente, é um pouco atestado de frustração e um pouco leviano também. Acho que é um pouco leviano, no sentido de que no trabalho social existem muitas complexidades, principalmente quando a gente fala da questão da participação, né... E também em que medida a gente consegue trabalhar no dia-a-dia a questão do direito, né..” (Elvira, representante de organização).

“(sobre a participação da população na comunidade) Olha, na comunidade de Paraisópolis, pensando aqui... Aqui, eu vejo que tem, que os moradores vão atrás das associações de moradores... Eles sempre que vem aqui a gente vê que tão buscando coisas com o Gilson... (...)Então aqui eles aprenderam a reclamar. Mas não que tenha isso, é muito a... Assim, é esperando algo em troca, que eles vão atrás... Mas é assim, não é pelo coletivo... Não tem coletivo. (sobre a participação da população na organização da qual faz parte) É... É a mesma coisa. Eles chegam aqui querendo o curso pro filho. Quando você faz uma festa e quer que a mãe venha ajudar ela não vem. Ela pode chegar aí na porta e querer tirar foto, mas ela não vem nem pra ajudar... É pro filho dela, mas ela não vem ajudar. (sobre a participação da população na elaboração e avaliação dos serviços) É, só as pessoas que trabalham que organizam” (Mara, representante de organização)

Pôde-se identificar na fala dessa última representante transcrita acima uma crítica à postura dos moradores, como não-colaborativos. Porém, ela reforça que a atividade citada no exemplo, ao qual ele se recusa a ajudar, não foi elaborada junto com ele. Após a elaboração da atividade pela organização, o morador é “convidado” a ajudar.

Já Elvira, coloca que a instituição em que trabalha parece não tratar a participação da população como prioridade, mas afirma que mesmo assim os moradores muitas vezes possuem uma postura ativa e participativa diante dos problemas da comunidade, relacionando esse fato a características individuais:

“ (sobre a participação da população) Eu não sei se a instituição pensa muito nisso... (risos) (...)Né? (risos) A gente tem que fazer o recorte de interesses e de classes, que vem muito de cima pra baixo, né... Acho que tem pouca participação, eu acho que poderia ser maior, assim... (...)Acho que teve momentos mais próximos disso... Mas eu acho que a participação se dá sempre de um modo muito voluntário, então é a Dona Vilma, agente comunitária, que ela mesma resolve discutir, mesmo como representante dos agentes comunitários de saúde, mas não necessariamente ela tá falando em nome do posto, mas ela tem essa coisa que é dela de organizar a recolher o lixo na tal viela. Tem uma coisa na comunidade, forte, que é assim, acho que tem a ver um pouco com a solidariedade, que é muito voluntária assim, por parte de alguns moradores. Isso é uma coisa de valor, importante. A gente tem isso, em vários lugares, nos becos, nas vielas e algumas regiões, você tem representantes, voluntários, né, que exercem algum tipo de liderança, algum tipo de mobilização, mesmo que pequena, dentro daquela... Do ponto de vista da participação enquanto política mesmo, enquanto pressão, enquanto... Eu acho que a população tem muito pouco... Elementos assim, do poder que tem. Não tem assim, uma palavra... Tem pouca articulação, pra fazer disso que é a solidariedade, essa coisa que é mais... Num poder de articulação, de diálogo com o poder público, enquanto coletivo. Pouca articulação do que é o coletivo e que pode se formar um poder... Eu acho que a grande questão da participação é o poder. Quando as pessoas começarem a sacar que é participando que a gente vai ganhando, vai exercendo, vai fazendo a correlação de forças com o poder, então às vezes essas várias ações elas vão se articulando num sentido de um coletivo. Acho que estamos no caminhar pra acontecer, se vai acontecer, né, a gente não sabe, depende de n coisas... Enquanto representação, eu falo de União de Moradores, eu acho que ao longo dos anos a gente tinha um estilo, né, que é muito parecido com as cidades do interior do nordeste de alguém que coordena ali, um coronel, mas que não necessariamente que a população entenda que aquilo é representante, que é uma coisa de Brasil também, né... A gente não entende muito que quem tá no poder é representante dos nossos interesses, né? As pessoas acham que é alguém que cuida da gente ou alguém que rouba da gente, né... (...)Mas essa leitura da participação, enquanto coletivo, enquanto pensar uma identidade... Uma representação, né, “ó, estamos aqui representando a comunidade de Paraisópolis”, não tem... Então acho que isso falta ainda” (Elvira, representante de organização)

“A participação aqui ainda não tem... Acho que a própria instituição tem uma coisa muito de oferecer o serviço, né... Não tem essa coisa da população como beneficiário participando. Esse ano até a gente tem uma proposta diferente do trabalho, a gente vai ter... Coisas diferentes assim... E em alguns momentos já foram feitos alguns ensaios, então a formação de lideranças pra pensar alguns indicadores pra comunidade, pra pensar o trabalho mais comunitário, de ter as lideranças trabalhando junto com a gente... Então empreendemos algumas ações, mas sempre muito vinculado aos projetos específicos, à iniciativa de alguém... É um ensaio... Não que a instituição tenha tido, tenha investido nessa frente de trabalho, porque entendemos que isso é importante. Não é uma prioridade. (...) Não dá pra dizer que não tem nada, né, não dá. Porque a gente faz os processos de avaliação, busca meios participativos do resultado do trabalho, mas não existe assim, “vamos sentar junto e pensar a mudança desses projetos junto com a população”. É uma diretriz institucional, não é nem técnica.” (Elvira, representante de organização)

“Eu acho que tem a ver com um movimento que é da própria comunidade, no sentido de... (...) Da construção do que é participar, dessa relação com o outro, assim... Participação não é uma coisa que ninguém dá pra ninguém, né, eu digo que ela tem níveis... Tem níveis de participação... Você não pode querer que uma pessoa que nunca saiu, acabou de chegar do nordeste e está lá isolada na casa dela, nunca fez muito mais do que lavar a roupa dela e cuidar da casa e não sei o que, de um dia pro outro passe a brigar por um direito, né... Acho que tem uma gradação assim, né, porque a gente vai aprendendo da onde a gente vai se apropriando... É o que a gente vai se apropriando, né... E eu vou me apropriando disso muito a partir do meu próprio universo, do que eu entendo que é prioridade, do que eu entendo que é importante, né... Então muitas vezes o abandono ele se dá muitas vezes, pelo meu ponto de vista, pela falta de entendimento mesmo ou de compreensão, de uma compreensão de saúde. (...) Acho que tem uma outra coisa que é como a instituição constrói isso. Na verdade é como eu já te disse, não tem essa diretriz, não tem essa coisa da participação que é prioridade, então não vai construindo, né... É claro que tecnicamente a gente vai se virando, vai trabalhando... A gente não tá rendido. A gente que é profissional, que tá na linha de frente, apesar das diretrizes institucionais, a gente faz muita coisa que sequer a instituição sabe o que você faz,

né, que você trabalha, que você vai construindo junto com a população isso, de trabalhar um jeito... Então tem muita gente que fala, que liga aqui pra avisar que vai faltar... A gente tem espaços de convivência, por exemplo, oficinas de trabalhos manuais que as mulheres nunca faltam, porque representa um super bem-estar eu aprender a fazer um crochet, fazer um boneco, uma coisa que é pra mim, né... Então cada serviço tem uma dinâmica... Um serviço de fonoaudiologia... Depende do conceito que eu tenho, né... De bem-estar, de saúde, né... A gente tem muita falta em cursos mesmo, que é um enigma pra nós, né... A gente criou uma oficina de criatividade com os jovens, ah, a gente acha que tá abafando! E aí não tem, o pessoal não vem. E a gente não pode cair naquela armadilha de falar: “ah, o povo não quer nada”, porque não é isso. É em que medida isso se apresenta como legal, como gostoso, como atraente, como alguma coisa que faz diferença, que faz parte... Que faz sentido. Não, é? Então isso que eu acho que é o desafio. Pra mim é um pouco isso.”
(Elvira, representante de organização)

A fala desta profissional que representa a organização aponta para outro aspecto importante: dentro de uma mesma organização há vários atores com visões completamente distintas e muitas vezes a diretriz do diretor da organização não é a mesma seguida pelo técnico. Isso revela a importância de cada ator neste processo, o quanto cada um pode construir em cada âmbito de atuação.

Na fala de outra representante, podemos ver uma construção sobre a não-participação que responsabiliza somente os moradores por esta dinâmica, na qual resta às entidades o difícil trabalho de lidar com a falta de interesse e criar estratégias para convencê-los da importância de uma presença mais ativa junto à instituição:

“Focando mais no aspecto pedagógico, que é a área onde atuo na instituição, eu tenho um grande desejo de que essa participação seja mais intensa. A gente tem percebido que cada vez mais as crianças estão perdendo a inocência de criança, até por assumir muito precocemente algumas responsabilidades, então a gente tem criança que às vezes os pais querem que se responsabilizem pelos irmãos mais novos, enfim... Eles muitas vezes acabam se ausentando de algumas responsabilidades enquanto pais mesmo, enquanto família, e isso interfere diretamente no desenvolvimento e na formação da personalidade das crianças. Então isso é uma preocupação, a gente percebe isso e vem fazendo alguns convites pros pais pra que

eles possam participar de alguns encontros pra gente estar discutindo essas questões, elencando alguns temas pra serem trabalhados com eles, pra poder conseguir perceber a importância da família na vida do filho e no acompanhamento, né, deles aqui na instituição com a gente, o acompanhamento na escola... A gente vem tentando se esforçar o máximo possível pra poder despertar nele essa necessidade, que muito vai contribuir também com o desenvolvimento deles, mas a gente percebe que é bastante difícil, né... A gente tem que ficar planejando várias estratégias pra poder conquistar os pais, pra se fazerem presentes, pra participar dessas programações, pra vir nessas reuniões, então... (...)Eu acho que um pouco é por conta até da própria rotina da vida, que eu acho que assim, não é nem só dessa comunidade, acho que de outras classes sociais também, né... Eu acho que as pessoas estão cada vez mais com a vida atribulada e acabam tendo que priorizar algumas coisas... Eu acho que essa questão da humanização, de se preocupar com isso, se preocupar com o aspecto psicossocial, né, eu acho que isso tem se perdido muito. Então eu acho que é uma questão de perda de valores e princípios, mas não dessa comunidade, eu acho que da vida social como um todo, né, e eu acho que isso é um dos principais fatores, né... Porque é assim, mesmo aqueles que muitas vezes têm condições de ter uma maturidade maior em relação à importância desses aspectos, a gente vê que na prática muitas vezes não se coloca em prática, né... Mas algumas vezes eu acho que também falta um pouco essa maturidade de reconhecer essa importância, né... Isso a gente também percebe em muitos pais, então assim...”
(Meire, representante de organização)

“Sim, a gente tem uma comissão de pais e funcionários que se reúne mensalmente pra poder trabalhar em cima desse planejamento e discutir as necessidades, colher sugestões da comunidade... Então a gente faz isso tanto via comissão de pais que está cada vez menor porque eles não se disponibilizam a participar dessas reuniões, muitas vezes até porque, lógico, tem que priorizar o trabalho do que participar, mas às vezes a gente vê pais que não estão trabalhando, mas que também não conseguem se organizar ou não tem interesse de se organizar pra poder participar então, é... (...)Então assim, a gente vem buscando algumas alternativas pra envolver, né, porque é uma de nossas prioridades, né... Envolver a família, ajudá-los a perceber o que o espaço tem a contribuir com a vida deles, né, que não é um simples depósito de crianças, mas que tem toda uma preocupação com o desenvolvimento, com o

desenvolvimento como um todo. (...)Mas assim como nosso projeto com os jovens, a gente tem tido muita dificuldade porque os pais são muito ausentes, então nas escolas não é diferente, por mais que eles tentem e promovam situações que permitam isso, muitas vezes os pais ainda não se fazem presentes. (sobre a existência de algum tipo de avaliação dos moradores sobre o serviço) Isso geralmente, principalmente em relação ao trabalho em sala de aula... Então o que nós fazemos: até pra encantar, tentar encantar as famílias, é mais uma estratégia.” (Meire, representante de organização)

Tal construção da participação também se reflete na relação com os voluntários e funcionários. Grande parte do voluntariado é de fora da comunidade. Novamente, o morador é tolhido da possibilidade de construir sua realidade através de suas potencialidades. Os argumentos utilizados variam desde a idéia de que o morador precisa trabalhar e não tem tempo, até a idéia de que o voluntariado está cada vez mais qualificado e na comunidade não existem pessoas com a formação necessária, aparecendo na fala tanto de moradores como de representantes de organizações:

“Cai naquela dificuldade... De não ter voluntário... Cai naquela dificuldade... Sempre... Não sei, não sei... Voluntário... Um bairro pobre... As pessoas não dá mesmo pra fazer um voluntariado... Num dá... Eu mesmo podia fazer um voluntariado, agora... Mas há dois anos atrás eu não podia. Tem que trabalhar de qualquer jeito ou ia trabalhar, saia cedo pra trabalhar... (...)Como você vai fazer um voluntariado e a família passa fome? Não tem jeito, não tem coerência nenhuma. Dificilmente arruma voluntariado aqui. Tem o voluntariado do (nome da organização). É de fora! É de fora... Tem um voluntariado espetacular o (nome da organização)... (...)De dentro mesmo dificilmente tem. Tem os empregados daqui... Empregados. Mas voluntariado mesmo, dificilmente alguém presta fazer voluntariado aqui. Exceção... Tem uns três ou quatro voluntários aqui, permanente aqui... Tem na União dos Moradores... Mas não é aquilo, aquele voluntariado freqüente... Vai, de repente dá um branco, não vou mais, acabou! Aí a pessoa que... Até a associação tem dificuldade por causa disso... A União dos Moradores tem dificuldade por causa disso, né...” (Michel, P e P – P)

“De todos os funcionários dela, são quantos funcionários aqui? Vinte? (...) A maioria dos professores aqui são voluntários. (...) Os voluntários que trabalham com as crianças não são remunerados. Com as crianças. Os demais profissionais são remunerados. O pessoal da costura... Que são profissionais da comunidade que são remunerados e ficam aqui a semana inteira. Os outros professores são voluntários. Professor de inglês, de ballet, de violão, de percussão, de teatro... São voluntários, não são remunerados... (...)Tem professor daqui sim, o de violão é daqui e a professora de ballet também é daqui. Uma professora de inglês mora na região, os outros vêm de fora, são da região do Morumbi. Os demais vêm de fora, Vila Mariana, tem uma que vem do Cambuci... Cambuci, não... Chegaram aqui através do site até... Foram buscar no site e chegaram aqui... Primeiro todos eles vêm primeiro conhecer...” (Mara, representante de organização)

“Aqui é assim, os profissionais que trabalham diretamente com as crianças em sala de aulas, nós chamamos de educadores. Todos os educadores são remunerados. A gente abre muito espaço pro trabalho voluntário, mas a grade maioria é remunerado, tanto a parte administrativa quanto higiene e saúde, cozinha, educadores de sala de aula, são todos remunerados. (...) Tem, é bem mesclado, tem muitos que moram aqui e muitos são de outras comunidades. (...) Na grande maioria (os voluntários) são de fora, mas tem também da comunidade.” (Meire, representante de organização)

“Duzentos voluntários... Mas a gente também tem um número muito grande de funcionários, acho que uns oitenta funcionários. Ai além disso tem os prestadores de serviços, tem parceiros, né... (...)Porque a gente não incentiva a participação de voluntários de... É uma estrutura, assim... A maioria dos voluntários são da SI, né, então não tem... (...)Sei lá, não sei muito bem, por que foi se dando assim... É porque sempre foi assim, a gente na verdade nunca nem se questionou em relação a isso, mas de um modo geral as pessoas procuram o hospital pra ser voluntárias e a partir do momento que ela se torna voluntária da instituição (nome da organização), é oferecida a ela vários lugares, né, várias oportunidades de desenvolver um trabalho, e muita gente escolhe vir pra cá. Mas talvez seja uma coisa de cultura mesmo, de onde vem... Não tem uma cultura de incentivar a participação voluntária... É que tem um contrato, são quatro horas semanais, tem toda uma... (...)Exigências. Tem um estágio que eles fazem, mas eu não acho que seja por isso que a população não

participe, eu acho que é uma questão de que sempre foi assim... (...)É, da instituição, tem um fluxo de chegada dos voluntários que não é um fluxo vindo da comunidade, e sim da sociedade civil. A comunidade também é sociedade civil, mas eu digo assim, é um fluxo que não é desse núcleo. Tem muitas pessoas que participam do hospital que são religiosas, que são da SI. Tem muitos profissionais voluntários. Então por exemplo, a gente tem profissionais da área de Psicologia, algumas pessoas são estagiárias, tem muitas pessoas que acabaram de se formar que querem ser voluntárias... Da área de Fonoaudiologia... E a gente tem pouco dessa mão-de-obra dentro da comunidade, né... (quanto aos funcionários)O pessoal da área mais operacional, limpeza, administrativo, é bastante gente da própria comunidade. Agora os técnicos, de um tempo pra cá, a gente tem tido o desenvolvimento e a formação dessas pessoas, então a gente tem algumas professoras que são daqui... Muitos deram entrada aqui como agentes comunitários, depois foram estudar e foram se desenvolvendo e aí passaram a trabalhar aqui. Tem um incentivo, assim... Mas a maioria dos técnicos é de fora, por conta da própria mão-de-obra, né... Mas na área da Educação tem bastante gente que é daqui. Professoras, auxiliares de sala, auxiliar de cozinha, ajudante de cozinha...” (Elvira, representante de organização)

Outro sentido encontrado nas entrevistas foi bastante surpreendente e revelador das contradições do uso do termo voluntariado em tempos de terceirização de políticas públicas. Uma senhora diz que faz trabalho voluntário para se manter:

“Ó, pra mim se manter eu trabalho voluntária na igreja de Santa Tereza fazendo comida pro povo de rua e quem já tá muito tempo lá trabalhando, tem uma cesta básica por mês.(...) A gente vai um sábado por mês fazer serviço lá, serviço de... Como é que chama, gente... De artesanato. E tem uma cesta básica por mês.” (Marinalva, P e P – P)

Uma fala de uma moradora define de maneira muito interessante o sentido atribuído à atuação assistencialista de algumas das organizações, demonstrando uma forma de resistência a esse tipo de relação:

“É, porque são pessoas ignorantes, né... Porque só porque tem um pouco de poder querem passar por cima da gente, aqui da comunidade, né... Tem esse ditado, né: dá

comida mas não dá poder pra ninguém, né? Porque o pessoal passa por cima... (...) É... O pessoal só da comida, mas não dá poder pra esses favelados, né... O pessoal pensa que só porque tem um carro pode passar por cima de todo mundo, não é assim não... Hoje ela pode estar subindo e amanhã estar descendo de volta... Eu acho assim. Nem Deus agradou o mundo, quem é a gente pra agradecer? Dá comida, mas não dá poder pra essas porra.” (Dalva, P e P – C)

Relembrando Kisil (1997) e sua definição de dois tipos de compreensão sobre a participação, como um meio e como um fim, pode-se entender que na comunidade a participação é mais frequentemente vista como um meio de atingir um objetivo estabelecido fora dela e não como um fim, num processo no qual seria vista como oportunidade de capacitar as pessoas a se tornarem mais envolvidas no desenvolvimento.

Vale retomar também neste momento a quarta tese de Toro (1997) sobre o papel do terceiro setor em sociedades de baixa participação, que afirma que este deve criar condições para que todos os diferentes sentidos e símbolos da diversidade social possam competir e circular em igualdade de condições, tornando possível a competência cultural, visto que uma das características da pobreza é a exclusão simbólica nos sistemas de comunicação e que a democratização cultural aumenta a auto-estima das comunidades.

O que se viu na comunidade é que a participação como atitude que potencializa, construída a partir das necessidades do sujeito, muitas vezes é reservada somente aos membros das organizações. Os moradores muitas vezes permanecem somente na sua condição de usuário, que algumas vezes é cobrado por não querer contribuir com as tarefas que lhe são solicitadas, em troca do serviço oferecido. No subtexto dessa não-atenção à participação popular está uma desqualificação das potencialidades dos moradores, que não estão sendo contempladas nesta relação entre estes e as organizações. Importante ressaltar que esta desqualificação está presente no discurso tanto de representantes das organizações como de moradores.

Dulany (1997) afirma que autênticas parcerias devem procurar meios de superar as desigualdades de poder para que todos tenham os mesmos direitos de expressão, o que toma tempo e demanda esforço, mas conduz a soluções conjuntas e fortalece a participação popular, gerando autonomia. Penso que a superação das desigualdades de poder seja uma perspectiva demasiadamente otimista, mas creio que

possa haver uma maior distribuição deste, onde seria possível uma maior circulação dos discursos e onde objetivos e soluções pudessem ser construídos conjuntamente, através das potencialidades de todos os envolvidos e da rejeição a formas de dominação e subestimação do outro.

5. Considerações Finais

A participação neste estudo é encarada como um processo complexo que envolve o indivíduo por inteiro nas suas relações com o meio, podendo potencializar a autonomia ou reproduzir formas de dominação. O que se percebeu neste estudo é que a desigualdade social permeou grande parte dos sentidos relacionados à não-participação, seja no cotidiano estressante de quem corre para ganhar a vida, seja no resgate de memórias de opressões vividas, seja na vivência de relações com pessoas de classes sociais mais elevadas.

A questão da participação na comunidade evidencia a desigualdade social vivida na relação entre moradores e organizações. Os conflitos encontram-se nessa relação, na maneira como esta foi sendo construída.

Assim, há uma trama complexa de sentidos que se afunilam na desigualdade social, que aparecem na estrutura das organizações, no cotidiano das pessoas e na relação entre eles.

Apesar da participação da sociedade civil ser exaltada no discurso do terceiro setor, nesse tipo de intervenção social na comunidade de Paraisópolis grande parte das personagens que participa nas funções de organização, coordenação e planejamento tem características comuns: são pessoas de fora da comunidade, com alto grau de instrução e pertencente às classes mais abastadas. O perfil dos voluntários muitas vezes acompanha o desses representantes. Assim, caberia aprofundar a compreensão desse fenômeno que evidencia o conflito de classes que não pode ser encoberto. O potencial e as habilidades dos moradores ainda não são totalmente compreendidos e valorizados por estes e pelos representantes das organizações, e a idéia da ajuda do “rico qualificado” ao “pobre sem instrução e recursos” ainda permeia de maneira muito marcante os sentidos para ambos os atores, indo na contra-mão da noção de direito e equidade.

Gohn (2000) alerta para os perigos de se tratar o terceiro setor como um bloco homogêneo, sem contemplar suas diferenças, simplificando e estigmatizando, pautando-se numa leitura reducionista da realidade. Vale lembrar que as críticas desenvolvidas neste estudo referem-se a processos que foram identificados nessa dinâmica da comunidade e não à organizações específicas, até porque o estudo não se propõe a uma análise do setor e nem das organizações. Além disso, o terceiro setor é

um fenômeno em desenvolvimento e transformação principalmente no cenário político atual da América Latina, com a emergência de governos que tem buscado o fortalecimento do Estado e procurado formas de controle e regulamentação dessas organizações. O terceiro setor ainda se depara com muitos obstáculos em sua efetivação, sendo necessário aprimorar a crítica desse tipo de intervenção para que este não seja um processo de desresponsabilização do Estado e da transformação da noção de direito em benefício ou privilégio, reproduzindo antigas formas de dominação dentro do recorte de classes.

Dentre estes obstáculos, podemos citar a atuação independente das entidades, que por um lado favorece a autonomia das organizações, mas por outro gera a fragmentação e todos os problemas decorrentes desta, como a duplicação de demanda, famílias que ficam excluídas da cobertura destes serviços, a falta de fiscalização da atuação, orientações divergentes que podem confundir a população, dentre outros. A interlocução incipiente também apresenta-se como um obstáculo que se superado evitaria este tipo de problemática. A cobertura dos serviços também é insuficiente, geralmente as organizações dão conta de uma parcela muito pequena da população. Outro problema é que muitas das entidades têm uma atuação paliativa que não chega na origem dos problemas, atuando de forma emergencial. Esse tipo de intervenção muitas vezes pode favorecer o voluntarismo, o assistencialismo e o individualismo, em detrimento da autonomia e da liberdade, reproduzindo formas de dominação e reforçando uma condição de passividade que se perpetua no contexto e nas condições devidas, sem possibilitar uma transformação nos envolvidos e nas suas relações entre pares.

Como o estudo é compreendido a partir da lógica dialética e da concepção do homem como um sujeito histórico, ativo e social, a questão da participação só pode ser entendida como um processo entre os moradores e os representantes das organizações que extrapola também as fronteiras da comunidade, tendo como pano de fundo o recorte de classes e a dialética exclusão/inclusão. Nessa perspectiva, rejeita-se a idéia de um sujeito passivo, mas não se nega que há formas passivas de submeter-se. A história de opressões e desigualdades na comunidade constituiu a vida desses atores e reflete-se na dinâmica com as entidades. A humilhação social e o sofrimento ético-político são indicadores desses processos e iluminam a compreensão de posturas que muitas vezes são condenadas como preguiça, acomodação, desinteresse e falta de capacidade. A desqualificação é anunciada na “comida de pobre”, no “seja o que

Deus quiser” quando forem desapropriados de suas casas, na desqualificação sofrida pelos agentes comunitários em seu trabalho, “nos mortos ricos melhores que os pobres vivos” do cemitério do Morumbi, na recusa sofrida durante a seleção de um emprego por morar na favela, na violência policial, dentre tantas outras situações.

Não houve diferenças significativas encontradas nos sentidos da não-participação para os moradores das regiões centrais e periféricas. Também foi possível identificar na fala dos moradores os sentidos relacionados a um possível processo de resistência à atuação a qual discordam, inclusive através da não-participação e da recusa a uma atuação assistencialista. A fala de que “eles dão comida, mas não dão poder” foi bastante significativa e parece retratar a insatisfação com os processos de inclusão das pessoas nos serviços somente como assistidos, o que acaba por manter a estrutura das relações de poder e dominação. Também há resistência de representantes a esse processo, que buscam formas de estimular a participação e democratizar as decisões.

Jacobi (2002) afirma que as propostas participativas ainda permanecem mais no plano da retórica do que na prática. Para ele, a nova dimensão da cidadania inclui a constituição de cidadãos no papel de sujeitos sociais ativos, e, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente. A participação social se enquadraria no processo de redefinição entre o público e o privado, redistribuindo o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não têm acesso. Acredita que um estímulo à participação ativa deve basear-se no pressuposto de estimular a co-responsabilização dos usuários e uma disponibilidade para maior interlocução, assim como uma permeabilidade das propostas populares junto à administração. Assim, o desafio colocado é o de “construir novos hábitos, de neutralizar o clientelismo e de aproximar o cidadão do processo decisório” (JACOBI, 2002). Assim, seria necessário romper com o autoritarismo social que prevalece.

No estudo de Coelho (2002), a autora discute que os voluntários em questão não demonstravam uma consciência crítica e nem uma história de participação e de luta pela conquista de direitos, mas ressalta que isso não significava que eram impotentes para transformar sua realidade. O mesmo pode-se dizer neste estudo: a falta de compreensão sobre o que é o terceiro setor, quem são seus atores, seus interesses e suas relações com o poder público, assim como a falta de compreensão

das potencialidades dos moradores, gera um distanciamento destes que pode ser transformado a partir da mudança de concepção de ambos os lados, moradores e representantes, possibilitando que vivências e afetos sejam melhores compartilhados, fortalecendo a autonomia, a liberdade e a ressignificação dos sentidos do que é participar.

6. Bibliografia

AFONSO, M.L.M. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Casa do Psicólogo, 1ª Edição, São Paulo, 2006.

AGUIAR, W.M.J. **Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica e A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: contribuições para o debate metodológico**. In: AGUIAR, W.M.J.; BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M. e FURTADO, O. (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. Editora Cortez, 3ª Edição, São Paulo, 2007.

ANDRADE, R. P. C. **Considerações de fim de século**. In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

BOCK, A.M.B. **A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. In: AGUIAR, W.M.J.; BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M. e FURTADO, O. (orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. Editora Cortez, 3ª Edição, São Paulo, 2007.

BOMBARDI, L.M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2001.

CAMPOS, R.H.F. **Introdução: A psicologia social comunitária**. In: CAMPOS, R.H.F. (org.) e outros. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 9ª Edição, 2003.

CARDOSO, R. **Fortalecimento da sociedade civil**. In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

CASTRO e SILVA, C. R. **Aspectos psicossociais do processo de participação em entidades não-governamentais: um estudo de caso de uma organização que atua no campo da AIDS.** Dissertação de mestrado defendida na PUC-SP para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, 1998.

COELHO, R. T. **Trabalho voluntário na favela: uma experiência construída na relação entre ações, afetos e saberes.** Dissertação de mestrado defendida na PUC-SP para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, 2002.

D'ANDREA, T. **Estrutura de Oportunidades em uma Favela de São Paulo.** In: Marques, E.; Torres, H. (Org.). São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

DULANY, P. **Tendências emergentes em parcerias intersetoriais: processos e mecanismos para colaboração.** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

FALCÃO, J. **Por um jornalismo cívico.** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

FERNANDES, R. C. **O que é o terceiro setor?** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

GOHN, M. G. **Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2000.

GONÇALVES FILHO, J. M. **Humilhação social - um problema político em psicologia.** Revista Psicologia USP, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 de outubro de 2007.

IOSCHPE, E.B. Prefácio do livro **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina**. Revista Ciência e Saúde Coletiva, São Paulo, v.7, n.3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232002000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 Ago 2008. doi: 10.1590/S1413-81232002000300005.

JODELET, D. **Os Processos Psicossociais da Exclusão**. In: SAWAIA, B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, 6ª Edição, Petrópolis – RJ, 2006.

KISIL, M. **Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária**. In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

LANE, S.T.M. **A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia**. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs), Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 2006.

LANE, S.T.M. **Linguagem, pensamento e representações sociais**. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs), Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo, Brasiliense, 2006.

LANE, S. T. M. **O processo grupal**. In: LANE, S. T. M. (Org.) e CODO, W. (Org.) Psicologia Social: o homem em movimento. Editora Brasiliense, 13ª Edição, São Paulo, 1994.

MARCOVITCH, J. **Da exclusão à coesão social: profissionalização do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

MARTINELLI, A. C. **Empresa – cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora.** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** Cortez Editora, 4ª Edição, 2007.

PAUGAM, S. **O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social.** In: SAWAIA, B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, 6ª Edição, Petrópolis – RJ, 2006.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Brasil de Cardoso: a desapropriação do país.** Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2001.

RIFKIN, J. **Identidade e natureza do Terceiro Setor.** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor.** In: IOSCHPE, E.B. (org) 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

SAWAIA, B.B. **Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? e O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, B. (org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 6ª Edição, 2006.

SAWAIA, B.B. **A emoção como locus de produção do conhecimento: Uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa.** Las emociones y la personalidad: desafíos para su reconstrucción desde una perspectiva histórico-cultural. In: III Conference for Sociocultural Research, Campinas, 2001.

SAWAIA, B.B. **Participação social e subjetividade.** In: SORRENTINO, M. (org.) *Ambientalismo e participação na contemporaneidade.* 1ª Edição. São Paulo, EDUC/FAPESP, 2001.

SOARES, L. T. Prefácio do livro de MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social – Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** Cortez Editora, 4ª Edição, 2007.

SUDBRACK, M.F.O. **Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda.** In: MACEDO, R.M. (Org.); *Família e comunidade.* São Paulo, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** Editora Cortez; 12ª Edição; São Paulo, 2003.

THOMPSON, A. A. **Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina.** In: IOSCHPE, E.B. (org) *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

TITO, R. P. de C. **Segregação, desigualdade social e participação popular em Palmas (TO).** In: DAGNINO, E.; PINTO, R.P. (orgs) *Mobilização, Participação e Direitos.* São Paulo: Contexto, 2007.

TORO, J. B. **O Papel do Terceiro Setor em sociedades de baixa participação (Quatro teses para discussão).** In: IOSCHPE, E.B. (org) *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado.* Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2ª Edição, 1997.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** Martins Fontes; 3ª Edição; São Paulo, 2005.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente – O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Martins Fontes; 1ª Edição; São Paulo, 1984.

WANDERLEY, M.B. **Refletindo sobre a noção de exclusão**. In: SAWAIA, B. (org.)
As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.
Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 6ª Edição, 2006.

Anexo I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente trabalho de mestrado, cuja finalidade é contribuir para a compreensão dos sentidos da não-participação para alguns moradores nos serviços prestados pelas organizações do terceiro setor atuantes na comunidade, tem como autora Letícia Oppido de Castro e como orientadora Prof^a Dra. Bader Burihan Sawaia, ambas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Tal estudo poderá contribuir para o debate sobre a atuação das organizações na comunidade e para a relação estabelecida entre tais entidades e a população.

Eu, _____, RG número _____ autorizo a utilização dos dados obtidos em entrevista semi-dirigida por Letícia Oppido de Castro para fins de pesquisa sobre a relação entre a população e as organizações atuantes na comunidade. Permito que a entrevista seja gravada e transcrita, sendo garantido o sigilo dos meus dados de identificação.

Declaro estar ciente de que estou autorizado a encerrar minha participação no trabalho a qualquer momento que julgue necessário sem que sofra qualquer tipo de penalidade.

Entrevistado

Letícia Oppido de Castro
Pesquisadora

São Paulo, ____ de _____ de _____.

Anexo II - Relação das organizações e projetos que atuam na comunidade



QUADRO DE INSTITUIÇÕES PARAISÓPOLIS

Mês: Junho/07



Nome da Entidade	Trabalho desenvolvido	Recursos			Escala de atendimento do trabalho	Critérios de atendimento	Local das atividades	Responsável	Projetos	Observações/ pendências para realização das propostas	
		Mantenedora	Convênios	Outras fontes							
Governo Municipal Em Paraisópolis	E.M.E.F Dom Veremundo Toth antiga Paraisópolis I (ex escola de lata) Ensino fundamental Projeto Ler e escrever	Governo Municipal	Não tem	Parceria com a Escola Graduada	2480 alunos 680 alunos das 6:50 às 10:50h 680 alunos das 11:00 às 15:00h 680 alunos das 15:10 às 19:00h 440 alunos das 19:10 às 23:10h	A partir de 7 anos	Rua Dr. José Pedro de Carvalho Lima, 100 Paraisópolis	Diretora Alteia Garaguinani Turpin tel: 3742 -9911/ 3742-7124 e Rosana (coordenadora pedagógica) tel: 3742 - 9911 rosanascaringella@yahoo.com.br	Não tem	Precisam de Voluntários para palestras sobre sexualidade	
					Alunos da escola						
	E.M.E.F Professor Paulo Freire	Ensino fundamental I (1ª a 4ª série)	Governo Municipal	Não tem	Repasso do Governo Federal	1200 alunos 245 alunos das 7:00 às 11:00h 245 alunos das 11:00 às 15:00h 245 alunos das 15:00 às 19:00h 460 alunos (EJA) das 19:00 às 23:00h	A partir de 7 anos	Rua Dr José Pedro de Carvalho Lima, 150	Diretora Cristiane Ferreira Martins tel: 3561-1319/ 3742-9505/3742-3573/3501-1319 emefpfreire@prefeitura.sp.gov.br	Não tem	Transporte para excursão, precisam de mais espaço para outros eventos, grupos de teatro, parcerias com psicólogos para alunos que necessitam deste atendimento e assessoria técnica para professores
		Suplência I e II : EJA					A partir de 14 anos				
		Projeto Ler e escrever					A partir de 7 anos				
		PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas)									
	E.M.E.F Casarão	Ensino fundamental I (1ª a 4ª série)	Governo Municipal	Não tem	Não há	861 alunos 202 alunos das 6:50 às 10:50h 214 alunos das 11:00 às 15:00h 210 alunos das 15:10 às 19:10h 235 alunos (EJA) das 19:00 às 23:00h	A partir de 7 anos	Rua Major José Mariotto Ferreira, 101	Diretora Rosângela Fiorane Coord. Pedagógica Sonia Regina tel: 3749 - 9133/ 3501 - 5858/ 3507-1979 emefcasarao@prefeitura.sp.gov.br	Sala de leitura, de informática e de reforço escolar	Faltam recursos financeiros e materiais (reforma elétrica e hidráulica pois as fossas estão transbordando, não há espaço físico adequado e suficiente para as crianças)
		Educação Jovens e Adultos (EJA)					A partir de 20 anos				

	Escola da Família: centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho.			Não há	9:00 às 17:00h aos sábados e domingos	Sem limite de idade				
	Alfabetização de Jovens e Adultos EJA			Repasse do Governo Federal	700 alunos (EJA) das 19:00 às 23:00h	Adultos (35 a 40 anos)				
E.E. Professora Etelvina de Góis Marcucci	Ensino Fundamental II (5ª A 8ª série)	Governo Estadual	Parceria com Crescer Sempre do Cía Porto Seguro	Não há	2.354 alunos 772 alunos das 7:00 às 12:00h 784 alunos das 13:00 às 18:00h 798 alunos das 19:00 às 23:00h	A partir de 11 anos	Rua José Carlos de Toledo Piza, 10 Paraisópolis	Diretora Sofia Elena Baccari e vice Eliseu Neves tel: 3743-5956/3773-7831 eliseu_neves@hotmail.com	Não tem	Não tem
	Ensino médio (1ª - 3ª série)									
E.E. Maria Zilda Gamba Natel (Paraisópolis III ex de Lata)	Ensino Fundamental II (5ª A 8ª série)	Governo Estadual	Parceria com Crescer Sempre do Cía Porto Seguro	Não há	1950 alunos 650 alunos das 7:00 às 12:00h 650 alunos das 13:00 às 18:00h 650 alunos das 19:00 às 23:00h	A partir de 11 anos	Rua José Carlos de Toledo Piza, 80 Paraisópolis	Diretora Maria Cecília M. F. Almeida tel: 3501-7255/ e925469a@see.sp.gov.br	Preservação do Meio Ambiente / Desperdício	Está aguardando o resultado da pesquisa sobre questões de meio ambiente que uma Ong ambiental fez c/ alunos da escola. Posteriormente pretende implantar um sistema de coleta seletiva.
	Ensino médio (1ª - 3ª série)									
E.E. Vila Andrade (nome provisório)	Ensino Fundamental I (1ª A 4ª série)	Governo Estadual	Não tem	Não há	1.200 alunos 600 alunos das 7:00 às 11:40h 600 alunos das 13:00 às 17:45h	A partir de 6 anos	Rua Herbert Spencer, s/nº	Diretora Marisa Garcia tel: 3739-4974	Ainda não tem propostas devido o pouco tempo de existência	Não tem

ONGS e setor privado	Biblioteca Escola Crescimento Educação Infantil (BECEI) Paraisópolis	Cultura, informática, lazer	Associados pagam R\$ 40,00/ano	Não tem	Doação de computador pelo Banco do Brasil/ Bovespa, SGU Brasil	100 - 150 pessoas/dia 2ª - 6ª feira das 10:00 - 22:00h sábados das 12:00 - 19:00h	Comunidade e entorno	Rua Melchior Giola, 20	Claudemir Alexandre Cabral tel: 3744-2398 bibliotecabecei@globo.com	Ampliação do espaço da biblioteca e da sala de internet	Faltam Recursos. A Vitor Engenharia tem projeto para ampliação do prédio
	Centro de Educação Infantil Lina Rodrigues-Paraisópolis-Grotão	Ensino infantil/ Reforço escolar aos sábados	Igreja Episcopal Anglicana de São Paulo (Iniciativa do Referendo Aldo Quintão)	PMSP/ SMADS	Não há	123 crianças/ dia de 2ª - 6ª feira	faixa etária de 2 - 6anos reforço escolar para os familiares das crianças aos sábados	Rua Taubaté, 294 Viela Canita nº 10 Grotão	Cibele Machado tel: 3501 -9653 cibe2.7@hotmail.com	Ampliação da estrutura física (salas para atender faixa etária de crianças da 1ª a 4ª série, que é a maior demanda)	Estudos de ampliação do espaço físico, patrocínio e recursos financeiros
		Atendimento odontológico e enfermagem não são mais utilizadas por falta de profissional há mutirões com médicos e dentistas voluntários da igreja		Voluntários da igreja	Não há	mutirões eventuais com os voluntários	moradores				
	Mosteiro São Geraldo - Núcleo CEISER - Centro de Educação Infantil Santo Estevão	Creche 24 horas para mães que trabalham fora	Mosteiro São Geraldo de São Paulo	Não tem	Não há	242 Crianças de 0 - 6 anos educação infantil e odontologia e 3- 14 anos atividades recreativas atendimento 24 horas	Mãe tem que estar trabalhando. O horário das 17:30 - 23:30 horas é destinado às mães que estudam.	Rua Itajubaquara, 140	Diretora Roseli Coutinho Neubauer tel: 3739-4065/ 2244-1615 r.neubauer@terra.com.br e Juliana de Lima Santos julisocial@terra.com.br tel: 3742 -0399	Não tem	Não tem
Mosteiro São Geraldo de São Paulo - Núcleo Centro Comunitario de Trabalho de Paraisópolis / Centro de Educação Infantil Santa Escolástica	1) Centro de Educação Infantil Santa Escolástica: creche, atendimento médico, odontológico e terapêutico	Mosteiro São Geraldo de São Paulo	PMSP/ SME	Não há	201 Crianças de 0 - 6 anos em período integral com 5 refeições	-	Rua Itapanhau, 170	Margareth Negrão tel: 3742 - 7625- mmnegrão@terra.com.br	Ampliação dos CEIS, Mutirão de cadastramento	Precisam de digitadores (600 documentos)	
	2) Núcleo Socioeducativo		PMSP/ SMADS	Não há	380 Crianças de 7- 14 anos e 11 meses de 2ª a 6ª feira das 8:00 as 17:00 horas						

	3) Núcleo Socioeducativo de qualificação profissional: informática nível I e II, Intel, Web design, Oficinema, Robótica, Arte e Corte e costura		PMSP/ SMADS	INTEL	90 adolescentes 15 - 18 anos (meio período das 7:00 - 17:00 horas)					
	4) Clube de Gestantes: orientação e acompanhamento pediátrico e obstetrícia até o sexto mês de nascimento da criança e entrega de enxovais para mãe que se manteve no programa		Universidade São Camilo	Não há	40 - 50 mães uma vez por semana					
	5) Grupo da Terceira Idade: atividades lúdicas, de lazer e artesanato		Não tem	Não há	20 idosos uma vez por semana					
	7) Terapia aberta com florais de Bach		Sociedade Brasileira de Psicointese	Não há	40 moradores uma vez por mês					
Paróquia Nossa Senhora do Paraíso (matriz) - Paraisópolis	Evangelização crianças, jovens e adultos, visitas domiciliares às famílias e doentes, reunião com dependentes químicos, grupos da 3ª idade, oficina de costura e distribuição de cestas básicas	Diocese de Campo Limpo	Não tem	Doações e quermesses para arrecadar verbas para a construção da igreja	Grupo 3ª idade: 25 idosos, Cesta básica: 180 - 200/mês Oficina de costura : 2 participantes	Ser morador de Paraisópolis	Rua Itajubaquara, 330	Pe. Luciano do Sagrado Coração de Jesus tel: 3742 -0399	Concluir a construção da igreja	Recursos financeiros

	Associação Crescer Sempre - Paraisópolis	Pré escola: Curso de pintura, violão, garçon e garçonete	Cia Porto Seguro	Não tem	Não há	Pré-escola: 620 Crianças (5 - 6 anos) de segunda à sexta-feira. 310 crianças das 7h30 às 11h30 e 310 crianças das 13h00 às 17h00. Curso de pintura: 15 alunas, 2 x por semana das 13h30 às 16h30. Violão: 15 alunos, 2 x por semana das 17h às 20h. Garçon/garçonete: 25 alunos, 1 x por semana das 19h às 21h. Alfabetização de adultos: 60 alunos de segunda à sexta-feira das 18h30 às 21h	Residir em Paraisópolis	Rua Pasquale Gallupe, 939	Helena B. Ortigona tel: 3772 -2182 Diretora Teresinha Paladino tel: 3744 -8573 crescer.sempre@uol.com.br; terezinha.crescersedre@uol.com.br	Não tem	Não tem
		Vivendo e aprendendo: alfabetização de adultos									
	Associação Beneficente de Amparo a Criança Lar Casa Humilde- Paraisópolis	Entrega leite para 150 famílias 4ª e 6ª feiras	Maria (dona do espaço)	Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Doações permanentes de supermercados locais e empresários do Morumbi	Entrega de leite para 150 famílias (4ª e 6ª Feiras)	Mães que trabalham	Rua Rudolf Lutz, 320 B	Maria José Clemente tel: 3743 -8286	Implantar uma creche e reforço escolar	Tem espaço mas faltam recursos e voluntários.
		Atendimento gratuito de 6 crianças enquanto as mães trabalham		Não tem	6 crianças (7 - 11 anos) 6:00 -19:00 horas						
	Ong Florescer- Paraisópolis	Reforço escolar, computação, inglês, teatro, dança, recreação, artes plásticas, futebol e violão	Doações, Bazar e eventos	Não tem	Não há	800 alunos / semana (8:00 - 17:00 horas)	Residir em Paraisópolis (não pode ter mais que 3 faltas)	Rua Manoel Antonio Pinto, 500	Nádia Rubbio Bacchi cel: 9919 -3397 ONG Florescer tel: 3746-9846 Lia projflorescer@uol.com.br	Implantar células de trabalho Recicla Jeans e Oficina para formação de profissionais	Falta de recursos financeiros, falta fechar convênio com a Secretaria Municipal do Trabalho.

	Oficina Recicla Jeans	Teve início com o Bolsa Trabalho		Doação de tecidos		Ser maior de 18 anos				
Programa Einstein na Comunidade-Paraisópolis	<p>Ambulatório: 1) diversas especialidades médicas, incluindo psicologia, fonoaudiologia, psicopedagogia, fisioterapia, serviço social e nutrição. Faixa etária: crianças de 0 a 10 anos; Centro de Promoção e Atenção à Saúde 2) Saúde Materno Infantil: Programa de Gestantes, Programa de Atenção ao Bebe, Planejamento Familiar e Campanha de Saúde da Mulher - faixa etária: mulheres adolescentes e adultas; 3) Núcleo Social: Atendimento em serviço social, grupo sócio educativo, Campanha 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher; Oficina de Arte e Expressão e Espaço de Convivência e Capacitação - Trabalhos Manuais (crochê, bordado, tricô e corte costura); Moda; Coloração Natural (Surya Henna) e Maquiagem (Payot). Faixa etária: jovens e adultos a partir dos 16 anos. 4) Núcleo de Educação: Educação Infantil, Educação Cidadã, Biblioteca e Brinquedoteca; 5) Núcleo de Adolescentes: Adolescentes em Ação (Sexualidade, Empregabilidade); Inclusão Digital e Arte Cultura (música, teatro, artes plásticas, contação de histórias, ritmos, entre outros); 6) Núcleo de Esportes: esportes e capoeira</p>	Instituto de Responsabilidade Social Albert Einstein	Não tem	Diversos Patrocinadores (Safrá, Bradesco, e outros...)	10.000 crianças atendidas no Ambulatório 5.000 usuários no Centro de Promoção e Atenção à Saúde de 2ª a 6ª feira das 7:00 às 17:00h	Crianças de 0-10 anos e na atividade do Centro de Promoção e Atenção à Saúde, qualquer idade	Rua Manoel Antonio Pinto, 285	<p>Katia Taujain mail: katiatar@einstein.br -2366 Silva etianaps@einstein.br Maurenice Lima Leite tel: 3747 - 1546 tel: 3501-0305 Erica Santos (ambulatório) e Lidio Moreira (Centro de Promoção e Atenção à Saúde);</p> <p>e- tel: 3742 Etiana Pereira da e-mail:</p>	Perspectiva de investimento na área de capacitação profissional.	Não há serviços de proteção à violência doméstica na comunidade.

Instituto Missionário Nossa Senhora do Monte Calvário-Paraisópolis	Atividades e Reuniões com Dependentes quimicos e visitas domiciliares	Próprio Instituto	Não tem	Festas e eventos beneficentes	Aproximadamente 25 pessoas de segunda-feira (das 19:00 - 21:30 horas)	Ser dependente quimico ou familiares sem faixa etária	Rua Rudolf Lutz, 358	Frei George Luis Cardoso tel: 3744 -5259 casadocalvario@globo.com	Implantar projetos para atender às demandas de pessoas portadoras de HIV e asilos	Precisam de recursos (estão aguardando a ampliação do espaço que se dá de forma vagarosa pela falta de recursos)
Associação Meninos do Morumbi-Paraisópolis	Projeto Aprendiz, garagem digital, programas voltados para área psico-social, projetos esportivos, cursos de fotografia e escultura, informática e Inglês.	Diversas empresas	PMSP/ SMADS e lei Rouanet	Parcerias com empresas	1.800/Mês Crianças e adolescentes de 6 - 18 anos e famílias	Ser morador de comunidade carente	Rua Dr. José Jannelli, 485 - Morumbi	Flávio Pimenta tel: 3722 -1664 João Laurentino flavio.pimenta@meninosdomorumbi.org.br; joao@meninosdomorumbi.org.br	no momento não tem	no momento não tem
União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis	Projeto Escola do Povo (Alfabetização de jovens e adultos)	Sócios e doações	Repasso do Governo Federal	Repasso do Governo Federal	Escola do Povo: 1040 alunos, 3 x por semana, 3 horas/dia em diversos horários. Cozinha Comunitária: 100 refeições/dia aprox.	Fila de espera. Ser morador de Paraisópolis	Rua Ernest Renan, 1366	Gilson Rodrigues tel: 3743 -3204/ 3743- 01 72 gilsonrodrigues@gmail.com	Querem implantar a Fábrica de Padeiro e Confeiteiro e Cooperativa de Catadores (reciclagem)	Faltam recursos e espaço
	Cozinha comunitária									
	Inclusão Digital (telecentro), atendimento jurídico, plantão da Sabesp, palestra de cidadania, reforço de português e aulas de inglês e espanhol									
ONG Vivendo com Arte criada pela SAMOVIS- Sociedade de Amigos do Morumbi e Vila Suzano-Paraisópolis	Acompanhamento escolar, atletismo, violão, flauta, expressão corporal	Única Corretora de Seguro e Red Baloon (Escola de Inglês) e Nutrin	Não tem	Patrocinadores (empresas) e colaboradores (pessoas físicas)	100 crianças (Sábados e domingos das 10:00 - 13:00 horas)	Ser morador de Paraisópolis	Na Escola Etelvina	Jorge Eduardo de Souza tel: 3501 -6347 ou Juliana tel: 3771-4294 jorge@unicaseguro.com.br e juliana@unicaseguro.com.br	Receberam um terreno através de doação em Paraisópolis para construção da sede e buscam parceiros e patrocinadores.	Estão dispostos a conversar sobre a utilização do terreno que é grande .No dia 20 de dezembro de 2006, a empresa Nutrin doou para a ONG um terreno com 4.000m2. O terreno esta localizado na Giovanni Gronchi altura do numero 3000.
	Coral									

Grupo Assistencial Ponto de Luz- Paraisópolis-Brejo	Acompanhamento de gestantes, distribuição de enxovais, cestas, oficina de artesanato, consultório clínico e odontológico	Família Rodrigues de Oliveira	Não tem	Parceria com Associação de Mulheres de Paraisópolis e amigos	Cesta-básica: 150 famílias, 1 x por mês	Morador acima de 15 anos	Rua Silveira Sampaio, 309 - Brejo	Kelly Oliveira tel: 3741- 0905 kelly.pontodeluz@terra.com.br	Implantar programas de combate ao alcoolismo, melhorar o atendimento odontológico, curso de capacitação profissional (culinária, crochê, artesanato, palestras sobre saúde). Pretende destinar parte do espaço para atividades de lazer	Recursos financeiros, profissionais voluntários (médico, dentista, pediatra, dermatologista, nutricionistas, fisioterapeuta) parcerias com laboratórios
Associação Amigos Casa da Amizade- Grotão - Paraisópolis	Reforço escolar (50 crianças 7-12 anos)oficinas socio-educativas quinzenais para 100 crianças 5- 12 anos, feira semanal gratuita para 200 famílias, programa de apoio para 15-20 gestantes/ mês, kits anuais de material escolar para 750 crianças, distribuição de 750 cestas de natal	Da própria Ong	Não tem	Parceiros, PHD, AMDOCS, Life's Good, L.G.	Reforço escolar: 2as, 4as, e 6as, 8:30-10:00 e 15:30- 17:00 oficinas socio-educativas: sábados 10:00- 12:30 Feira: sábados 10:00 - 11:30 (senhas 6a feira- 19:00 horas) Programa gestantes: ultimo sábado do mês 10:00- 12:30 (vide calendário no site)	Ser morador do Paraisópolis, preferencialmente do grotão. Fila de espera	Viela Ernest Renan, 41 Grotão	contato com Helvio Mation (presidente) via site- www.casadaamizade.org.br (Fale conosco) ou 9224-2826	Querem implantar quadra esportiva (setor 64 grotão) e curso profissionalizante de elétrica para jovens (16- 18 anos)	Necessitam de voluntários e parceiros para implementar outros projetos para o setor Grotão
Espaço Nossa Casa- Antonico- Paraisópolis	ONG Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró Saber desenvolve atividades de Educação Infantil no Espaço Nossa Casa, esportes, reforço escolar e alfabetização de adultos	A própria Ong	Não tem	PDH, LG, AMDOCS, COLABORADORES:(PESSOAS FISICAS)	190 pessoas dias 2ª - 6ª feira das 8:00 - 18:00 horas	4 - 14 anos e adultos sem limite de idade (tem uma fila de espera de 400 crianças)		Coordenação Geral: Maria Cecília Lins e Coordenador Luiz Alberto Camacho tel: 3739-3435 e cel: 8229-5228 mariagu@terra.com.br	Projeto de Informática	Falta espaço, equipamentos e investimentos
Obra Social do Colégio Pio XII- Entorno - Paraisópolis	Reforço escolar, telecentros, curso pré-vestibular e biblioteca	Irmãs Franciscanas da Providência Divida	Não tem	SENAI e Parceria com Escola Homero para o transporte das crianças	180 alunos 120 alunos telecentro, 60 (2 salas de 30) curso pré-vestibular (2ª - 6ª Feira 7:30 - 16:30 horas e Supletivo e Pré vestibulares 19:00 - 22:00 horas)	Crianças e adolescentes de 06 - 14 anos através de estudo sócioeconômico	Rua Colégio Pio XII, 231	Irmã Odete da Silva obrasocialpioxii@uol.com.br e Mônica Maria E. dos Reis assistente Social tel: 3759 -2136	Cursos de informática	Falta firmar convênio com o SENAI
	Oficinas de corte e costura				Oficina costura (15 pessoas), Crochet (15) e pintura em tecido (15)					
Paraisópolis Associação Comunitária- Grotão Paraisópolis	Reforço Escolar	Maria (dona do espaço); uma moradora do Morumbi que doa mantimentos; e professores (Não tem	Venda de trabalhos manuais (artesanato)	130 alunos aos sábados das 8:00 - 12:00 horas	Crianças e adolescentes de 04 - 14 anos	Viela Passarinho 199 no Grotão	Responsável pelo espaço: Maria Rosa de Jesus cel: 7404 -9617 - Jaidete é a professora tel: 3501-8862	Gostaria de criar uma cooperativa de mulheres com o artesanato e o ramo alimentício	Faltam recursos financeiros. Apesar da Maria estar disponível às 3ª e 5ª feiras o espaço permanece

	Aulas de criatividade para crianças do reforço escolar (pintura, colagem)	voluntários) que trazem material pedagógico.			130 alunos aos sábados das 12:00 - 17:00 horas					ocioso.
	Aulas de capoeira				20 alunos aos domingos das 12:00 - 17:00 horas					
	Curso de artesanato (biscuit, tapete e colcha de retalho e fuxico)				15 mulheres	Sem limites de idade				
Mãos Fraternas- Grotão - Paraisópolis	Grupo espírita que atua com terapias alternativas	Não informou	Não informou	Não há	Não informou	Não informou	Rua Deputado Laécio Cort esq Pasquale Gallup	Não informou	Não informou	Não informou
Associação Comunitária Unidas do Paraisópolis e Comunidade da Paz	Entrega de leite	Não tem	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo	Não há	240 famílias	De 6 meses a 7 anos	Rua Itapli, 66	Haidee tel: 3746 -9898 e Eva tel: 3507-1329	Construção de uma Sede Social	Falta de recursos Financeiros
Instituto Luz- Antonico - Paraisópolis	Curso de terapias holísticas para o desenvolvimento de pessoas com foco pedagógico e terapêutico	Trainer S. Solutions Ltda.	Não tem	FASIS (Fac. de Ciências da Saúde ambulatório Reike, Cursos pedagógicos de formação terapêutica)	200 pessoas / mês e 20 pessoas por curso (2ª - sábados das 8:00 - 20:30 horas)	A partir de 18 anos	Rua Pasquale Gallupe, 899 vizinho do Crescer Sempre	Diretor Pedagógico: Carlos Anibal tels: 3501-4322 / 3749-0034 Diretora psicóloga Maria de Fátima E. Carga contato@institutoluz.com.br	Implantação de ambulatórios gratuitos para tratamento com Reike, cromoterapias e realização de cursos.	Disponibilizam o local para realização do Fórum de Multitendências e outras parcerias
Mackvest- Paraisópolis	Cursinho preparatório para vestibulares do Mackenzie	Mackenzie	Não informou	Não informou	sábados e domingos	Não informou	Utiliza o espaço da Maria Zilda	Lindemberg de Moraes Tel: 2114-8190 e 2114-8155	No momento não tem	No momento não tem
Associação Amigos de Paraisópolis	Distribuição de leite	Não respondeu	Secretaria do Trabalho	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu	Rua Melchior Giola, 163 - centro	Josefa - 3773-9302	Não tem	Não tem

Associação Mulheres Paraisópolis	Discutir questões relacionadas ao gênero feminino	Associadas	Não tem	Não há	30 mulheres	A partir de 15 anos	Utilizam o espaço do Ponto de Luz- Rua Siveira Sampaio, 309- Brejo	Juliana Gonçalves (Presidente)	Cooperativa de salgados, pães e artesanato.	Falta recursos financeiros
Espaço Esportivo e Cultural Bovespa: quadra Alcides Procópio- Paraisópolis	Atividades esportivas e culturais, e aulas de reforço escolar para crianças e jovens, além de cursos de artesanato para a comunidade de Paraisópolis.	Bovespa	Não tem	PMS/SE	620 crianças 2ª - 6ªfeira (7:45 - 17:30 horas) sábado 8:00 - 14:00 horas e 30 adultos	Estar matriculado na escola	Rua Iratinga, 84 em frente ao Florescer	Diane - coordenadora de Oliveira - secretário tel: 3749 -9917 bovespa.paraisopolis@yahoo.com.br	Em estudo, proposta de cobrir a quadra e ampliar o espaço.	Não há pendências pelo fato do projeto estar em estudo
Barracão dos Sonhos	O Barracão dos Sonhos é uma ONG que desenvolve um importante trabalho social na comunidade vizinha de Paraisópolis, oferecendo aulas e atividades de formação a crianças e adolescentes da região. É também o núcleo a partir do qual foi fundada a Escola de Samba "Primeira do Morumby" (em cujo enredo de Carnaval o escritor Miguel de Cervantes foi homenageado).	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Não informou	Rua Deputado Laercio Corte, 111	Não informou	Não informou	Recentemente, o "Barracão" recebeu a concessão de um terreno onde está sendo erguida sua nova sede. E o Colégio Miguel de Cervantes está iniciando uma campanha para arrecadação de recursos e filiação de novos sócios-contribuintes.

<p>Agenda 21 de Paraisópolis</p>	<p>Mapeamento dos becos e vielas, festa de final de ano para 30 crianças (3 - 8 anos) e palestras educativas de meio ambiente</p>	<p>Recursos dos membros</p>	<p>Não tem</p>	<p>Bazares</p>	<p>A população residente em Paraisópolis</p>	<p>Ser morador e não há restrições de faixa etária</p>	<p>As reuniões são realizadas no Einstein, as festas de final de ano na Creche Santa Escolástica e utilizam esporadicamente a Paróquia São José para palestras. O endereço para encontrar os responsáveis é UBS Paraisópolis Rua Melchior Giola, 80</p>	<p>Neusa Vicente tel: 3501-4732 Jornannio Nascimento e Maurenice (Japão) tel: 3501-0305</p>	<p>Gostariam de ter um espaço próprio para manter uma agência de empregos e desenvolver trabalhos relacionados com meio ambiente</p>	<p>Não há recursos financeiros para obtenção da sede e precisam rearticular o grupo para reiniciar os trabalhos relacionados com o meio ambiente.</p>
<p>CONSEG Portal do Morumbi</p>	<p>Segurança Pública, Prêmio Amigo do Morumbi (1 vez ao ano) e busca de patrocínios</p>	<p>Associação Cultural de Cidadania Panamby</p>	<p>Não tem</p>	<p>Não há</p>	<p>Distrito de Vila Andrade e Vila Sônia 2ª - 6ª feira das 16:00 - 18:00 horas</p>	<p>Sem limite de idade</p>	<p>Shopping Jardim Sul piso térreo próximo a Lojas Americanas</p>	<p>Presidente: Rosa Richter tel: 3507-0678 cel: 9983-6465 rosarichter@gmail.com 1º Secretário: Celso Neves Cavallini</p>		
<p>AILA - Aliança Internacional do Animal-Paraisópolis</p>	<p>Proteção e ajuda animal (castração, vacinação, atendimento de urgências) Unidade Móvel de esterilização. Para paraisópolis há preços populares</p>	<p>A própria clínica</p>	<p>Não tem</p>	<p>Eukamuba, Cobasi e Anjos da Guarda doam alimentos</p>	<p>300 atendimentos animal/ mês (2ª - 6ª feira das 9:00 - 18:00h Clínica popular sábados e feriados das 9:00 - 17:00 horas São recolhidos animais abandonados e com maus tratos em Paraisópolis</p>	<p>Animais de 0 - 17 anos</p>	<p>Rua Pasquale Gallupi,900</p>	<p>Presidente - Ila Franco, Vice-presidente - Tereza Vinios tel: 3749-9996 e 3749-0800 aila@aila.org.br Coordenadora - Marta tel: 3507-1418 Ao lado do Crescer Sempre</p>	<p>Retornar com a atividade móvel de esterilização(ônibus hospital móvel)</p>	<p>Não há recursos financeiros e precisam buscar parcerias e convênios com a Secretaria de Saúde.</p>

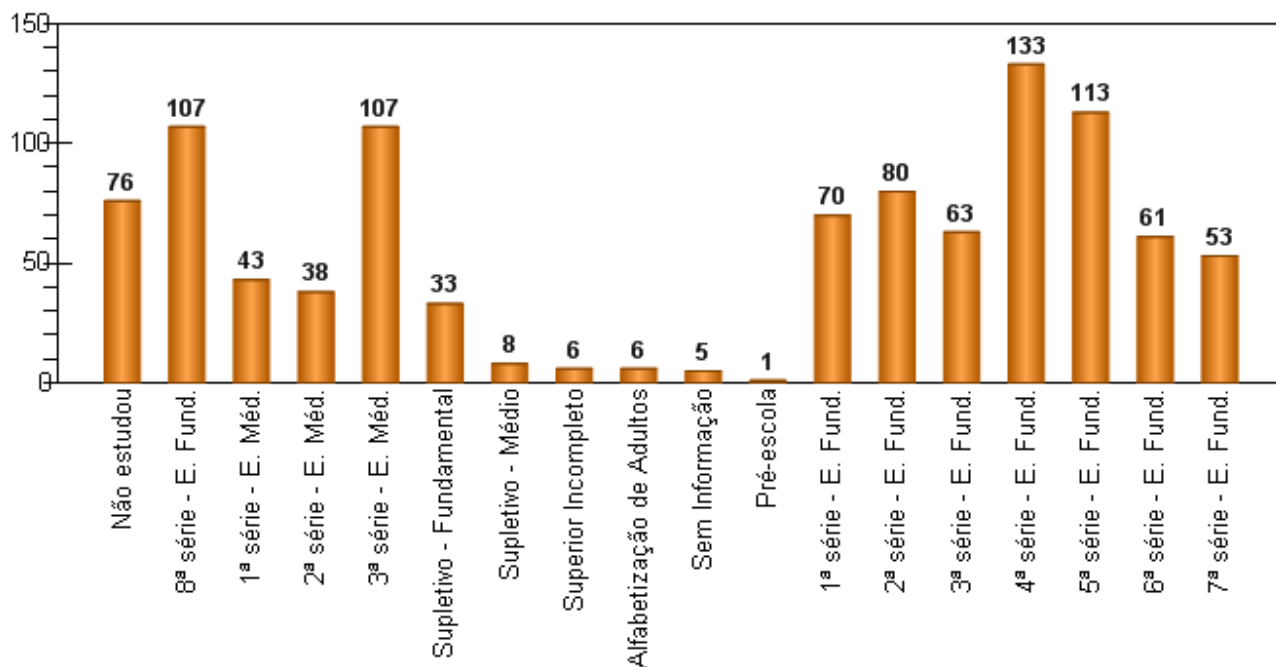
		Centro Cultural Espaço Jovem (Pirâmide)	Alfabetização de Adultos, Teatro, Capoeira, Cinema, Dança Axê, dança afro.	Ponto Brand Promotion	Não tem	Doações , parceiros recursos próprios , padrinhos	50 (cinema) ; capoeira (30) alfabetização de adultos (25) teatro (15) dança axê (40)	De 07 - sem limite	Rua Rodolf Luttez, 911 - Antonico	Presidente-Gilson Rodrigues Telefone- 374332204- E-mail- gilsonrodrigues@gmail.com	Coperativa de seleta coletiva- Controle Social da população Negra Sexualidade; Revista, Jornal	Falta de parceiros
		Associação Amigos do Povo Jardim Paraisópolis	Crianças de Rua; Idosos; Estudantes- Sociedade estudantil	Mantida pelos integrantes da associação	Não tem	Doações (conseg)	40 crianças	Sem limite de idade	Rua Ricardo Avenário, 287- Grotinho	Presidente- Irmão Fernando tel 91541587-1 secretária-Cida- 98785008 William Bastos de Oliveira- 37712718- 98018820-E-mail- williambastos90@hotmail.com	Projeto de oficinas de arte Projeto geração de Renda Oficina mecânica para jovens Projeto de oficina de informática	Falta de recursos financeiros
		Cáritas Diocesano de Campo Limpo NPE (Núcleo de Proteção especial de Vila Andrade- Entorno	Atendimento de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto- LA liberdade assistida PSC (Proteção de serviços a comunidade)	Cáritas Diocesano de Campo Limpo	SMADS	Não tem	120 jovens	Á partir de 12 anos	Rua Custodio Pereira 29 Super Quadra Morumbi- Cep- 05750-100	Coordenador- Marlon Cesar Messias Assiste Social - Selma Castro - tel- 37426172- 73020797 E- mail- selsol@ig.com.br	Parcerias com outras organizações sociais à fim de fazer a inserção dos adolescentes atendidos em projetos da comunidade	Início das atividades em 02/05/2007

Anexo III – Dados da Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo

Paraisópolis - Chefes de família segundo escolaridade (tabela)

Escolaridade	Total	%
Não estudou	76	7,60%
Pré-escola	1	0,10%
1ª série - E. Fund.	70	7,00%
2ª série - E. Fund.	80	8,00%
3ª série - E. Fund.	63	6,30%
4ª série - E. Fund.	133	13,30%
5ª série - E. Fund.	113	11,30%
6ª série - E. Fund.	61	6,10%
7ª série - E. Fund.	53	5,30%
8ª série - E. Fund.	107	10,70%
1ª série - E. Méd.	43	4,30%
2ª série - E. Méd.	38	3,80%
3ª série - E. Méd.	107	10,70%
Supletivo - Fundamental	33	3,30%
Supletivo - Médio	8	0,80%
Superior Incompleto	6	0,60%
Alfabetização de Adultos	6	0,60%
Sem Informação	5	0,50%
TOTAL	1003	100,00

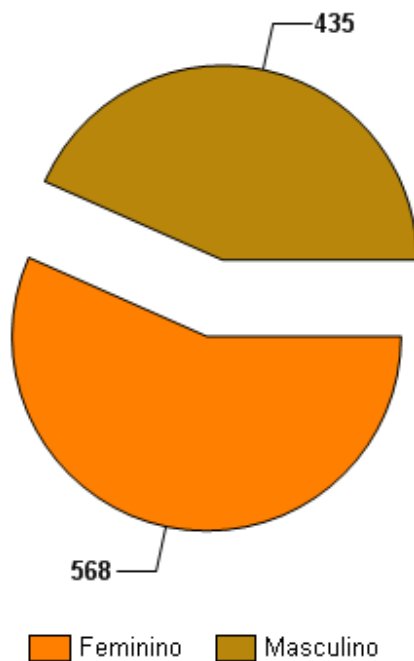
Paraisópolis - Chefes de família segundo escolaridade (gráfico)



Paraisópolis - Chefes de família segundo sexo (tabela)

Sexo	Total	%
Feminino	568	56,63%
Masculino	435	43,37%
TOTAL	1003	100,00%

Paraisópolis - Chefes de família segundo sexo (gráfico)

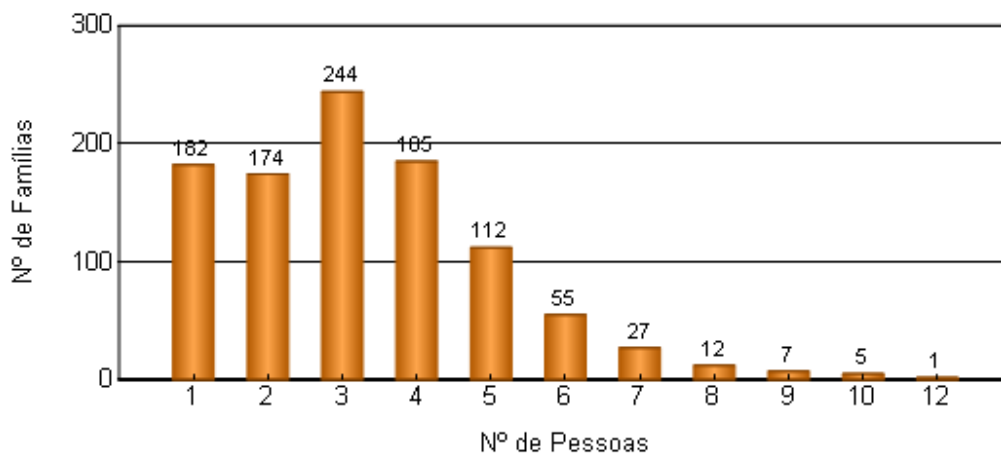


Paraisópolis – Grupos familiares segundo número de componentes (tabela)

Número de Pessoas	Número de Famílias	%
1	182	18,13%
2	174	17,33%
3	244	24,30%
4	185	18,43%
5	112	11,16%
6	55	5,48%
7	27	2,69%
8	12	1,20%
9	7	0,70%
10	5	0,50%
12	1	0,10%
Total	1004	100,00%

Paraisópolis – Grupos familiares segundo número de componentes (gráfico)

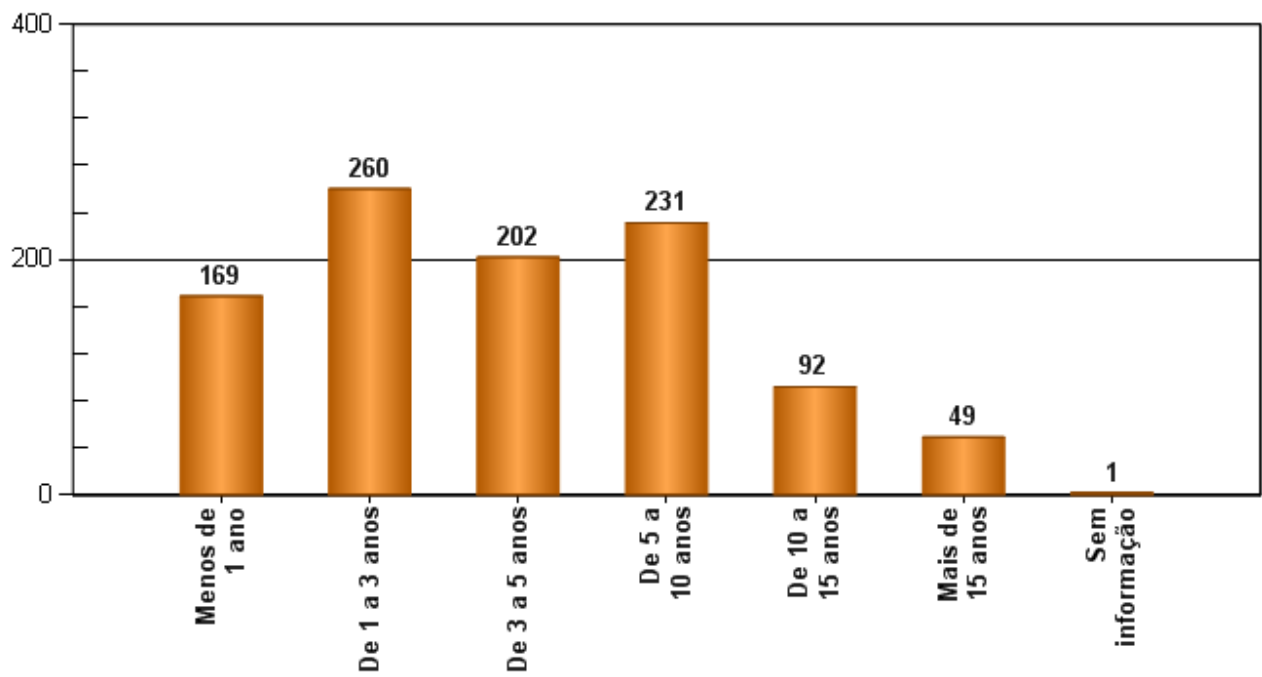
Número médio de pessoas por família = 3,29



Paraisópolis - Distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo tempo de moradia (tabela)

TEMPO DE MORADIA	Quantidade	%
Menos de 1 ano	169	16,83%
De 1 a 3 anos	260	25,90%
De 3 a 5 anos	202	20,12%
De 5 a 10 anos	231	23,01%
De 10 a 15 anos	92	9,16%
Mais de 15 anos	49	4,88%
Sem informação	1	0,10%
TOTAL	1.004	100,00

Paraisópolis - Distribuição dos responsáveis pelos domicílios segundo tempo de moradia (gráfico)

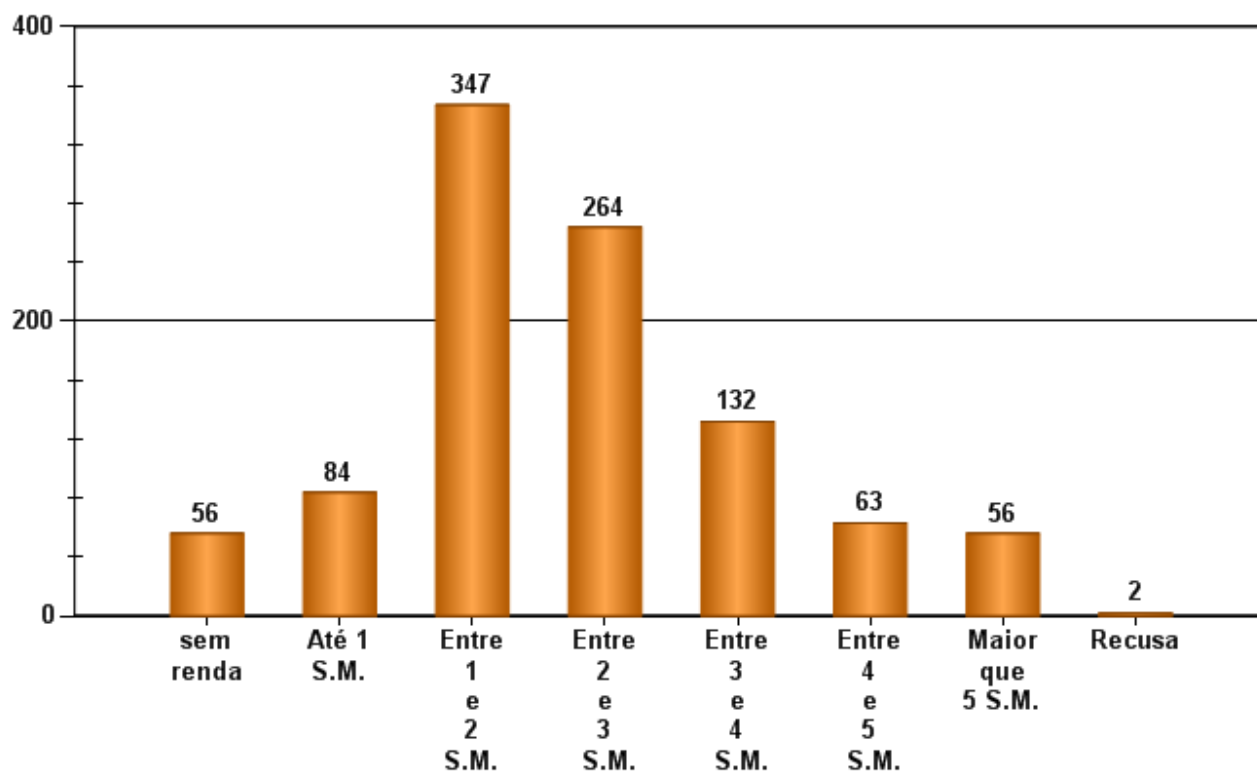


**Paraisópolis - Distribuição dos grupos familiares por número de pessoas segundo renda da família
(tabela)**

Renda Familiar	Número de pessoas na família									
	1		2 a 4		5 a 8		Mais de 8		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
sem renda	23	2,29%	29	2,89%	4	0,40%	0	0,00%	56	5,58%
Até 1 S,M,	19	1,89%	46	4,58%	17	1,69%	2	0,20%	84	8,37%
Entre 1 e 2 S,M,	75	7,47%	208	20,72%	61	6,08%	3	0,30%	347	34,56%
Entre 2 e 3 S,M,	51	5,08%	152	15,14%	59	5,88%	2	0,20%	264	26,29%
Entre 3 e 4 S,M,	8	0,80%	91	9,06%	31	3,09%	2	0,20%	132	13,15%
Entre 4 e 5 S,M,	1	0,10%	39	3,88%	20	1,99%	3	0,30%	63	6,27%
Maior que 5 S,M,	3	0,30%	38	3,78%	14	1,39%	1	0,10%	56	5,58%
Recusa	2	0,20%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2	0,20%
TOTAL	182	18,13%	603	60,06%	206	20,52%	13	1,29%	1.004	100,00

Valor do salário mínimo na época: R\$300,00

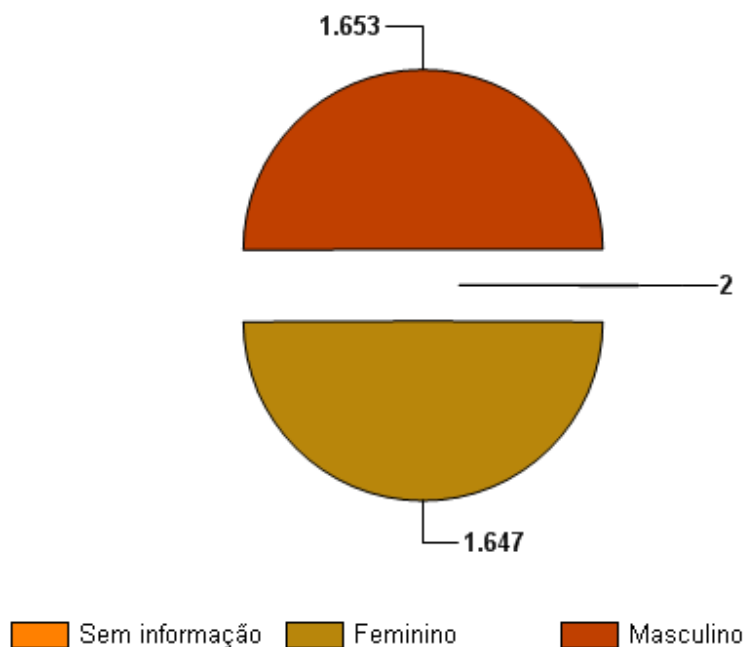
Paraisópolis - Distribuição dos grupos familiares por número de pessoas segundo renda da família (gráfico)



Paraisópolis – População segundo sexo (tabela)

Sexo	Total	%
Sem informação	2	0,10%
Feminino	1647	49,90%
Masculino	1653	50,10%
TOTAL	3302	100

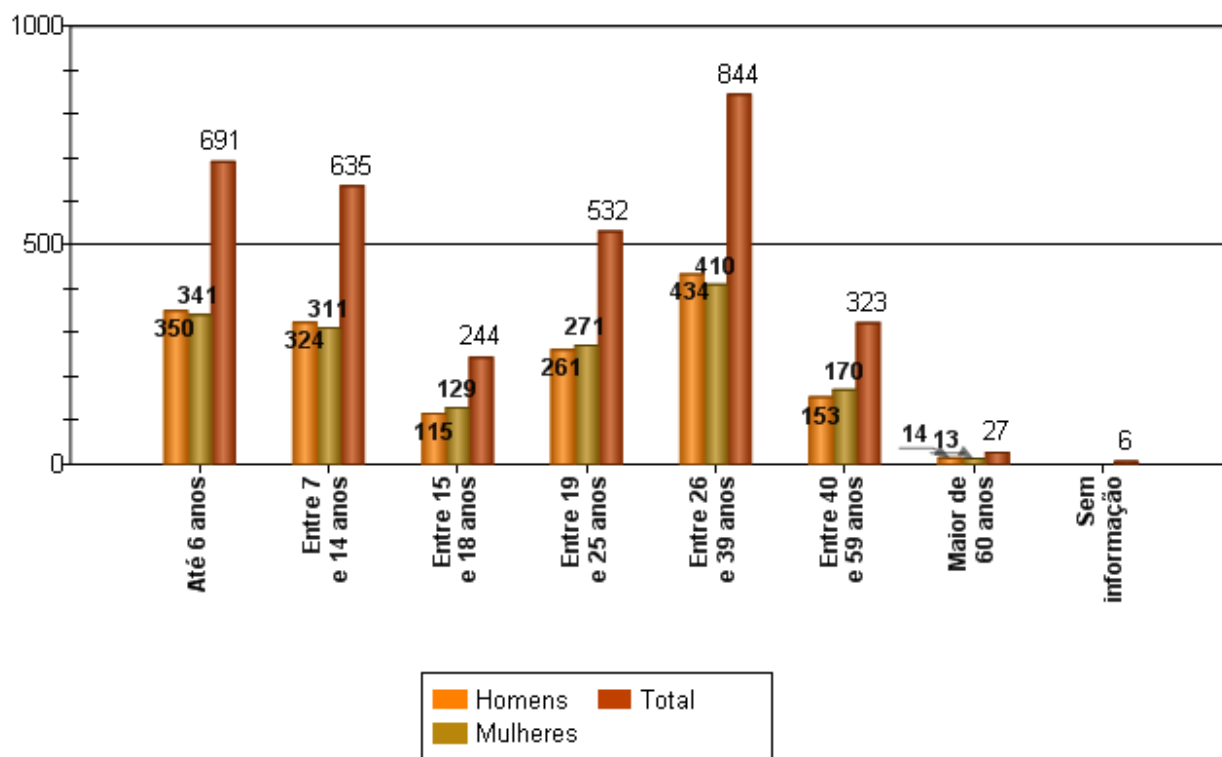
Paraisópolis – População segundo sexo (gráfico)



Paraisópolis – Distribuição da população segundo idade e sexo (tabela)

FAIXA ETÁRIA	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Até 6 anos	350	10,60%	341	10,33%	691	20,93%
Entre 7 e 14 anos	324	9,81%	311	9,42%	635	19,23%
Entre 15 e 18 anos	115	3,48%	129	3,91%	244	7,39%
Entre 19 e 25 anos	261	7,90%	271	8,21%	532	16,11%
Entre 26 e 39 anos	434	13,14%	410	12,42%	844	25,56%
Entre 40 e 59 anos	153	4,63%	170	5,15%	323	9,78%
Maior de 60 anos	14	0,42%	13	0,39%	27	0,82%
Sem informação	0	0,00%	0	0,00%	6	0,18%
Total	1.651	50,00%	1.645	49,82%	3.302	100,00

Paraisópolis – Distribuição da população segundo idade e sexo (gráfico)



Dados obtidos pelo site: <http://www.habisp.inf.br>